

**ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti, Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Andréia Galvão, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Salvador Pedretti Neto, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Cíntia Pereira Machado Tabchoury, Claudio Francisco Tormena, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Débora Cristina Jeffrey, Dirceu Noriler, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Érico Santos Pimenta, Eva Lopes Teixeira, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Enrique Hernandez Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jörg Kobarg, José Antonio Rocha Gontijo, José Henrique Toledo Correa, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz Seabra Junior, Marcelo de Oliveira Terra Cunha, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marcos Nogueira Martins, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Noel dos Santos Carvalho, Odilon José Roble, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Paulo José Rocha de Albuquerque, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rafael Silva Marconato, Ricardo Miranda Martins, Sandro Dias, SeyedMehdi Mohammadizadeh, Silvia Cristina Franco Amaral, Valentina Spedine Sierra e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Ignacio Maria Poveda Velasco, José Alves de Freitas Neto, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo Cesar Montagner, Regina Machado, Ricardo Dahab, Roberto Donato da Silva Junior, Sávio Machado Cavalcante, Silvia Maria Santiago; a doutora Raluca Savu; os doutores Fernanda Lavras Costallat Silvado, Marcos da Costa e Maria Augusta Pretti Ramalho; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza, Talita de Almeida Mendes e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Leandro Aparecido Villas; Roberta Cunha Matheus Rodrigues; Maria Helena de Melo Lima; Simone Appenzeller, sendo substituída pelo conselheiro Marcelo de Oliveira Terra Cunha; Rodolfo Jardim de Azevedo; Joana Fróes Bragança Bastos; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sendo substituída pelo conselheiro Noel dos Santos Carvalho; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pelo conselheiro Peter Alexander Bleinroth Schulz; Wagner de Melo Romão, sendo substituído pela conselheira Cíntia Pereira Machado Tabchoury; Emily Lourdes Mendes de Sá; João Mateus Silva Feitoza, sendo substituído pelo conselheiro Seyedmehdi Mohammadizadeh; Aline Sampaio Rodrigues Schmidt; Patricia Kawaguchi Cesar; Sarah de Medeiros Pinheiro Souza; Adilton Dorival Leite,

1 sendo substituído pela conselheira Eva Lopes Teixeira; Cláudio José Servato, sendo substituído
2 pelo conselheiro Érico Santos Pimenta; Eliana da Silva Souza; e Eduardo Gurgel do Amaral,
3 sendo substituído pelo conselheiro José Henrique Toledo Correa. Havendo número legal, o
4 MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Octogésima Nona Sessão Ordinária do Conselho
5 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial. Fazendo
6 as considerações iniciais, diz que esta Sessão do Conselho Universitário está sendo transmitida
7 pelo YouTube, e ela ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com capacidade para 81
8 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas para os conselheiros
9 e uma mesa para a presidência, que fica de frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há
10 *laptops* e microfones para que os membros possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem
11 precisar se deslocar. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da Secretaria Geral
12 e acessem o menu Consu - Sessões para que suas presenças sejam registradas e para que
13 recebam as cédulas de votação. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão
14 acessíveis. Lembra que é imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala
15 e que não fechem a página da SG (menu Sessões). Caso a cédula de votação não apareça para
16 algum conselheiro, este deverá aguardar a finalização da votação em curso e, em seguida, pedir
17 a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão
18 levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e de três
19 minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deve ser realizada por meio do livro
20 de inscrições que se encontra sobre a mesa lateral à sua direita. Antes de dar prosseguimento
21 ao usual da reunião, vai abrir a palavra ao doutor Marcos da Costa, que está ao seu lado, ele é
22 advogado, foi presidente da OAB São Paulo por dois mandatos e é atualmente o Secretário de
23 Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Está aqui presente também o professor Ignacio
24 Poveda, da Faculdade de Direito da USP, que foi membro por cinco anos do Conselho
25 Universitário da Unicamp, representando a Fapesp, e é assessor do doutor Marcos da Costa na
26 Secretaria. Dá as boas-vindas ao doutor Marcos e passa a palavra a ele, para que dirija a sua
27 mensagem ao Conselho Universitário. O Doutor MARCOS DA COSTA faz sua
28 audiodescrição: é uma pessoa de pele branca, cabelos castanhos, cabelos brancos acima das
29 orelhas, está trajando um paletó azul escuro e uma camisa branca. Registra a alegria e a honra
30 de voltar a este espaço vanguardista e democrático da Unicamp, onde esteve no ano passado
31 fazendo uma visita, conhecendo diversos projetos ligados à pessoa com deficiência. Depois
32 tiveram um encontro neste mesmo espaço com diretores e gestores, coordenadores e núcleos
33 com programas voltados à pessoa com deficiência, acompanhados pelo Magnífico Reitor.
34 Registra com muito carinho que o acompanha hoje o professor Ignacio Poveda, que foi titular
35 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, criador da Faculdade de Direito da USP
36 em Ribeirão Preto, é seu amigo de longa data e hoje os auxilia nesse trabalho importante, que
37 é a interlocução com as universidades e institutos de pesquisa, nessa grande bandeira da
38 inclusão e da dignidade das pessoas com deficiência. Cumprimenta todos na pessoa do senhor
39 Reitor e da senhora Coordenadora Geral, dos pró-reitores, diretores, professores, servidores e
40 alunos que compõem este importante Conselho Universitário. Teve uma vida acadêmica junto

1 à PUC, participou também do Conselho Universitário, então dá muito valor a um ambiente
2 como este, democrático. Sua presença é um gesto de agradecimento à Unicamp, ao Magnífico
3 Reitor e a este Conselho pela parceria com a Secretaria, e por abraçar de forma tão firme, com
4 tanto vigor, a causa das pessoas com deficiência. Tiveram, ano passado, a oportunidade de
5 conversar com os reitores, através de uma coordenação feita pelo professor Ignacio Poveda,
6 sobre a importância de as universidades se envolverem com essa temática que representa
7 inclusão, acessibilidade e dignidade para algo em torno de 8% da população de São Paulo. Há
8 3,2 milhões de pessoas com deficiências que reclamam de toda uma atenção para evitar que
9 sejam construídas, seja do ponto de vista do estado, seja do ponto de vista da sociedade,
10 barreiras que impeçam o exercício integral da cidadania por essas pessoas. Há pessoas que
11 nascem com deficiência, outras a adquirem, como ele, que é amputado, pois sofreu um acidente
12 10 anos atrás. Ora todos os dias para ter uma vida longa e produtiva, mas com o passar dos
13 anos o vigor da juventude vai se exaurindo, e então as deficiências vão tomando uma certa
14 proporção que faz com que comecem a pensar no futuro. Trata-se de um tema que diz respeito
15 à sociedade como um todo, e vai mencionar, neste contexto, algumas situações que vivenciaram
16 com a Unicamp, e também faz um registro especial a um grande parceiro da causa, coordenando
17 inclusive grupos de trabalho das universidades, que é o professor Roberto Donato. Passa a
18 mencionar algumas iniciativas que tiveram com outras universidades, e também algumas
19 iniciativas deste Conselho que precisam ser destacados e valorizadas. A primeira delas é uma
20 parceria com a Unicamp, com a USP, com a Unesp, com a Univesp, com o IPT, na sequência
21 com as universidades federais do Estado de São Paulo, Unifesp, UFABC, Ufscar, no sentido de
22 construir um ambiente de pesquisas trabalhadas, articuladas, em prol da temática da pessoa com
23 deficiência. A Unicamp se posicionou de uma forma muito firme, promovendo um projeto de
24 pesquisa, coordenando um projeto de pesquisa com outras entidades, com outros pesquisadores
25 de outros espaços, mas coordenando um projeto de pesquisa muito importante, no qual
26 depositam muita confiança, que é a aplicação da inteligência artificial em prol da quebra da
27 barreira da comunicação, notadamente da comunicação para as pessoas com deficiência
28 auditiva. A deficiência auditiva é capaz de levar a pessoa a se afastar da sociedade ao ponto de
29 criar uma comunidade surda, com cultura própria, comunidade que deixa de, por exemplo, ir
30 ao hospital porque não consegue se comunicar com o médico, deixa de ir a uma delegacia
31 porque não consegue explicar para a autoridade policial o crime que lhe acometeu. Deixa de
32 participar da sociedade, convive entre si, portanto estão procurando integrar as comunidades,
33 lançaram programas em relação a isso, mas não há dúvida de que a inteligência artificial poderá
34 ser um salto gigantesco em favor da quebra dessa barreira, fazendo com que as pessoas com
35 deficiência auditiva exerçam na plenitude a sua cidadania. Outro ponto é que um grupo de
36 trabalho levantou iniciativas das universidades para difundir o conhecimento, entre as
37 universidades e das universidades com outros centros de ensino superior, públicos e privados,
38 e cita especialmente uma iniciativa de transformar as universidades em ambientes amistosos
39 para as pessoas com autismo, para que possam desenvolver na plenitude todo o seu potencial.
40 Cita também, ao lado da iniciativa do centro de inteligência artificial com a Secretaria da Pessoa

1 com Deficiência, outro centro de ciência para desenvolvimento da Unicamp, não com a
2 Secretaria, mas com a Prefeitura Municipal de Campinas, que merece igual destaque. Houve
3 ainda um edital inédito das universidades, cujo prazo se encerrou há cerca de 15 dias, com
4 recursos próprios das universidades, e que visa colher projetos de diversas áreas, área da cultura,
5 área do esporte, área pedagógica, com a temática da tecnologia assistiva voltada à pessoa com
6 deficiência. Esse edital recebeu um número muito grande de projetos, foram 52 projetos
7 apresentados, o que demonstra que a comunidade científica está de fato abraçando a causa da
8 pessoa com deficiência. Outra iniciativa, entre tantas outras, é uma iniciativa que valoriza
9 demais por entender que ela tem um potencial de transformação gigantesco, conhecendo a
10 qualidade das universidades, que é a oferta que será feita a partir de janeiro do ano que vem de
11 uma disciplina inédita no Brasil, talvez inédita no mundo, que vai se chamar Disciplina Paulista
12 de Acessibilidade e Inclusão. Essa disciplina vai levar aos estudantes de graduação das
13 universidades a cultura da inclusão, tendo algo em torno de 16 mil vagas, oito por semestre, no
14 ano que vem. Elas serão ofertadas preferencialmente para alunos de último ano de todas as áreas
15 do conhecimento humano da Unicamp, da USP, da Unesp e da Univesp. Disciplina essa que
16 será ofertada no ambiente virtual da Univesp, ambiente assíncrono, mas com interação, que é
17 muito importante, através de grupos, através de fóruns de discussão, e que terá 80 horas de
18 duração. Serão duas ofertas por semestre, quatro mil vagas por oferta, portanto oito mil vagas
19 por semestre, 16 mil vagas no ano, e a esperança é de que os alunos, a partir da cultura da
20 inclusão, esses alunos que amanhã serão os profissionais, já comecem a mudar uma realidade
21 do mercado de ainda não ter profissionais qualificados com uma visão de inclusão, em qualquer
22 área de conhecimento humano. É advogado, foi presidente da OAB e diz com muita
23 tranquilidade que, no Direito, seja na Magistratura, no Ministério Público, na Defensoria, na
24 Advocacia, não há, salvo raras e honrosas exceções, a cultura de inclusão dentro da formação
25 desses profissionais, como não há na formação dos médicos, engenheiros, arquitetos. Então
26 essa iniciativa tem um potencial de fazer com que aqueles que estudam hoje, mas daqui a seis
27 meses, daqui a um ano, vão ser os profissionais, possam ter uma visão mais ampla de sociedade,
28 de serviço. Dessa forma, quando os arquitetos forem desenhar uma casa, que eles tratem a
29 questão da acessibilidade com a mesma naturalidade que eles tratam no desenho de colocar uma
30 janela, uma porta, um banheiro ou um quarto, que tenham também sensibilidade com essa
31 mesma visão. Ainda nesse contexto de parceria com as universidades, informa que no ano que
32 vem será inaugurado o Centro TEA do Estado, Centro do Transtorno do Espectro Autista,
33 ligado à Secretaria. O Centro TEA foi trabalhado junto com as universidades, a Unicamp
34 participou do desenvolvimento, e através desse centro pretendem auxiliar os municípios,
35 auxiliar os prestadores de serviços e toda a comunidade que lida com a questão do autismo a
36 ter uma qualificação adequada para atender essa enorme comunidade dos autistas.
37 Cumprimenta e agradece, como alguém que convive com essa causa há muito tempo, o
38 Conselho Universitário da Unicamp pela iniciativa da reserva de espaço para os alunos com
39 deficiência. Essa foi uma iniciativa inédita que precisa ser valorizada, que servirá como
40 exemplo, não tem dúvida nenhuma, e que mostrará quão importante é a convivência com a

1 diversidade dentro da sala de aula. Ter pessoas com deficiência dentro da sala de aula
2 certamente irá enriquecer o ambiente e permitir que todos juntos, pessoas com deficiência e
3 sem deficiência, tenham a produção com uma visão muito mais ampla da sociedade, uma visão
4 muito mais assertiva, e que certamente formará profissionais muito mais qualificados. Registra
5 os agradecimentos e os cumprimentos do Governo do Estado em relação a essa iniciativa. E
6 agora lhe parece que será promovida outra votação, que é a reserva também para professores
7 com deficiência para as unidades da Unicamp, que é outro marco histórico, em que vão olhar
8 não só para o aluno, mas também para o corpo de professores, fazendo com que o mesmo viés
9 da inclusão, do respeito, da dignidade, possa também ser estendido para o corpo docente. Este
10 Conselho e esta Reitoria têm servido de exemplo não só para as universidades de São Paulo,
11 mas para todos os espaços públicos e privados, ao promover políticas de inclusão, de respeito,
12 ao promover pesquisa em relação à temática, fazendo com que o governo de São Paulo, na
13 parceria com Unicamp, tenha uma experiência de que estão no caminho certo, construindo um
14 estado cada vez mais respeitoso, cada vez mais inclusivo e onde prevaleça a dignidade para
15 todas as pessoas com e sem deficiência. O MAGNÍFICO REITOR agradece muito ao doutor
16 Marcos e ao professor Poveda pela presença, que os honra, ao professor Roberto Donato, que
17 ajudou a promover este momento. Esta é a segunda vez que o doutor Marcos visita a Unicamp,
18 e relembra sempre um comentário feito por ele na primeira visita, quando ele se referiu à área
19 de Engenharia Civil e de Arquitetura, de que se houvesse uma cultura da inclusão, todas os
20 novos prédios e casas já seriam projetados com esse objetivo de incluir as pessoas. E isso
21 apontaria uma ideia de que em cinco anos estariam mais ou menos mudando as novas
22 construções, porque cinco anos é o prazo médio que levam para formar uma pessoa. Então, o
23 impacto que podem ter na inclusão é extremamente significativo. Ele pegou um exemplo, mas
24 isso pode atingir todas as áreas de conhecimento, e se forem capazes de incorporar essa cultura
25 na formação dos graduandos, em poucos anos estarão colocando no mercado profissionais
26 capazes de alterar isso de uma forma significativa. Esse é o potencial que possuem como
27 universidade. O doutor Marcos deu todos os exemplos que a Unicamp tem perseguido, cotas na
28 graduação, pós-graduação, concursos de docentes e servidores, algo extremamente importante.
29 É uma mudança inicial, mas que cria uma rota que provavelmente vai se ampliar cada vez mais.
30 O exemplo que o doutor Marcos deu das pessoas com deficiência auditiva é um exemplo
31 marcante; precisam, de fato, iniciar uma trajetória de criar a integração das pessoas, que as
32 pessoas se comuniquem, se relacionem, com todas as dificuldades que isso possa representar.
33 Destaca a participação ativa do professor Poveda, do doutor Marcos, do professor Donato, pela
34 Unicamp, na iniciativa bastante importante que envolve também a USP e a Unesp tanto no
35 incentivo à Fapesp de fazer uma chamada nessa área, e houve dois projetos de pesquisa da
36 Unicamp aprovados, que envolvem equipes grandes, mas também de fazer um edital próprio
37 das três universidades. Portanto, atuando tanto para desenvolver políticas e tecnologias, mas
38 também para que haja uma ação conjunta desse sistema de ensino superior do Estado São Paulo,
39 que tanto lhes dá orgulho. No caso particular da Unicamp, isso hoje tem também um efeito
40 importante na área de inovação: o Inova Jovem do ano passado e deste ano condecorou, como

resultado final, pesquisas de tecnologias assistivas. O Inova Jovem é aquele programa de competição da Inova em que equipes de estudantes de escolas técnicas e do ensino pré-universitário participam propondo soluções para problemas que eles detectam na sociedade. Pessoas de todo o Brasil podem participar, e no ano passado foi vencedora uma equipe de Minas Gerais que desenvolveu uma pulseira vibratória para mães surdas, que tinham problema de manter a guarda dos seus filhos, porque não conseguiam atender o choro dos seus bebês. Este ano a ganhadora foi uma equipe da Paraíba que desenvolveu um dispositivo para auxiliar pessoas com deficiência visual. Então esse é um papel importante da Unicamp, incentivando a inovação em tecnologias que podem ajudar a inclusão. Observa que nos dois casos as equipes eram totalmente femininas. A Unicamp tem equipes envolvidas nessa questão, em várias áreas; na FCM, há o Programa de Atenção aos Transtornos do Espectro do Autismo – Pratea, coordenado pela professora Eloisa Celeri; há o professor Alberto Cliquet, que está envolvido na ação de estímulos a nervos, para pessoas que tiveram algum problema na coluna recuperar parte do movimento. Possuem também o Cepre, que está muito envolvido com ensino de Libras, por exemplo, e também atua com a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação em iniciativas nessa área. A Faculdade de Educação Física da Unicamp tem o primeiro Departamento de Educação Física adaptada, específica para pessoas com deficiência, que atua tanto na tecnologia dos competidores na paraolimpíada, como na formação de professores nessa área, com envolvimento de pessoas da Faculdade de Educação. Pode ter esquecido algum local que também desenvolve essas atividades, mas destaca que isso já é uma força na Unicamp. Ter a possibilidade de dar dimensão a isso, junto com o poder público, é uma coisa que os deixa muito felizes, porque aumenta muito a possibilidade de exercerem um papel positivo nisso. Então, agradece muito a presença do doutor Marcos e do professor Poveda, esse momento de relação próxima ao governo do estado, que abre essa perspectiva de estreitar contribuições naquilo que é o mais importante para a Unicamp, que é formar gente, desenvolver ciência e tecnologia e conhecimento em geral, mas que isso também tenha um impacto no mundo aí fora, que sirva para mudar a sociedade. Quando ouvem que são três milhões de pessoas só no Estado de São Paulo que são afetadas de alguma forma por isso, sabem que a Universidade possui um potencial de auxiliar e fazer diferença a respeito disso. O Professor IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO diz que é uma alegria estar novamente no Consu, rever os amigos, e endossa tudo que o doutor Marcos da Costa falou, de agradecimento e reconhecimento da parceria da Unicamp. Teve a alegria, entrando nesta sala, de cumprimentar o professor André Kaysel, do Departamento de Ciência Política, que foi seu aluno no primeiro ano de Direito no Largo de São Francisco. Depois ele seguiu outro caminho, foi para a FFLCH, entrou na Ciência Política, e fica muito feliz de vê-lo hoje professor aqui na Unicamp e membro do Consu. O MAGNÍFICO REITOR informa que estão disponíveis no *site* da SG os pareceres CLN referentes aos itens 08 e 09 e a Informação Cacc referente ao item 28, todos da Ordem do Dia. Informa ainda que foi disponibilizada no *site* da SG uma versão atualizada da minuta referente ao item 08, com algumas pequenas correções. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Octogésima Oitava Sessão Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2024,

consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 06 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 28 itens, informando que os itens 01 – Proc. nº 22-P-32283/2024; 02 – Proc. nº 09-P-33830/2024; 03 – Proc. nº 07-P-28627/2024; e 04 – Proc. nº 17-P-23021/2024 – já estão destacados pela Mesa. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER destaca o item 16 – Proc. nº 03-P-8561/2024. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI destaca o item 08 – Proc. nº 01-P-42688/2024. A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA destaca os itens 19 – Proc. nº 01-P-42651/2023 – e 21 – Proc. nº 01-P-35159/2024. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ e o Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR destacam o item 09 – Proc. nº 01-P-42640/2024. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI destaca o item 15 – Proc. nº 01-P-42196/2024. Não havendo mais destaques, submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 02 abstenções, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: B – Composição do Conselho Universitário – a) Eleições da Representação dos Servidores Técnico-Administrativos e da Representação da Carreira de Pesquisador junto ao Consu – Deliberação Consu-A-05/2018 – 05) Proc. nº 01-P-7883/2024 – Eleições para escolha da representação dos servidores técnico-administrativos e da representação da Carreira de Pesquisador, realizadas nos dias 10 e 11.09.24, para mandato de 02 (dois) anos, a partir de 21.12.24 – Parecer PG-2782/24. b) Eleições das Representações Discentes da Graduação e Pós-Graduação junto ao Consu, CCE, CCG e CCPG – Deliberações Consu-A-13/2017 e Consu-A-14/2017 – 06) Proc. nº 01-P-7879/2024 – Eleições da representação discente da graduação junto ao Consu, CCE e CCG, realizadas nos dias 22 a 24.10.24, para mandato de 01 (um) ano, a partir de 1º.01.25 – Parecer PG-2930/24. 07) Proc. nº 01-P-7882/2024 – Eleições da representação discente da pós-graduação junto ao Consu, CCE e CCPG, realizadas nos dias 22 a 24.10.24, para mandato de 01 (um) ano, a partir de 1º.01.25 – Parecer PG-2946/24. D – Propostas de Distribuição de Cargos – Artigo 48, I, 'z', dos Estatutos – Artigo 6º, § 1º da Deliberação Consu-A-03/2020 – a) Para Concurso Público para Provimento de Cargo de Professor Doutor – 10) Proc. nº 01-D-36465/2024 – Proposta de distribuição de 120 (cento e vinte) cargos para abertura de concurso público para Professor Doutor (nível MS-3.1), conforme tabela abaixo – Despacho PRDU/GQDOC-04/24, Parecer CVD-56/24, Informação Aeplan-1483/24 e Parecer CAD-18/24. Unidade/Proposta: FCA: 8, FCF: 1, FCM: 12, FE: 7, FEA: 2, Feagri: 2, Fecfau: 3, Feec: 5, FEF: 3, FEM: 8, FEnf: 2, FEQ: 2, FOP: 5, FT: 3, IA: 4, IB: 7, IC: 6, IE: 3, IEL: 7, IFCH: 7, IFGW: 6, IG: 4, Imecc: 8 e IQ: 5. Total: 120. 11) Proc. nº 01-D-36475/2024 – Proposta de distribuição de 24 (vinte e quatro) cargos para abertura de concurso público para Professor Doutor (nível MS-3.1), destinados às cotas para Pessoas com Deficiência (PcD), sendo 01 (um) cargo para cada Unidade, conforme tabela abaixo - Despacho PRDU/GQDOC-05/24, Parecer CVD-57/24, Informação Aeplan-481/24 e Parecer CAD-19/24. Unidade/Proposta: FCA: 1, FCF: 1, FCM: 1, FE: 1, FEA: 1, Feagri: 1, Fecfau: 1, Feec: 1, FEF: 1, FEM: 1, FENF: 1, FEQ: 1, FOP: 1, FT: 1, IA: 1, IB: 1, IC: 1, IE: 1, IEL: 1, IFCH: 1, IFGW: 1, IG: 1, Imecc: 1, IQ: 1. Total: 24. b) Para Concurso Público para Provimento de Cargo da Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Paepe – 12) Proc.

nº 01-P-38069/2024 – PRDU – Proposta de distribuição de 310 (trezentos e dez) cargos para abertura de concurso público na Carreira Paepe, conforme tabela abaixo - Informação Aeplan-1423/24, Pareceres CVND-289/24, CAD-20/24 e Informação PRDU-132/2024. Área: Adm. Central: 2016 M+S: 1.504. 2024 M+S: 1.529. Ação 1 (recursos contingenciados): 46. Ação 2 (25% das perdas): 21. Ação 3 (Critérios específicos): 62. Total: 129. Quadro final: 1.658. Unidades: 2016 M+S: 2.409. 2024 M+S: 2.173. Ação 1 (recursos contingenciados): 62. Ação 2 (25% das perdas): 57. Ação 3 (Critérios específicos): 62. Total: 181. Quadro final: 2.354. Total: 2016 M+S: 3.913. 2024 M+S: 3.702. Ação 1 (recursos contingenciados): 108. Ação 2 (25% das perdas): 78. Ação 3 (Critérios específicos): 122. Total: 310. Quadro final: 4.012. E – Plano Plurianual de Investimentos – PPI – Realocação de Recursos – 13) Proc. nº 01-D-12349/2022 – Realocação dos recursos da reserva financeira de segurança para novas aprovações do Plano Plurianual de Investimentos – PPI, equivalentes a uma folha de pagamento da Universidade, no valor aproximado de R\$260 milhões – Informação Aeplan-1495/24, Pareceres COP-26/24 e CAD-21/24. F – Antecipação de Recursos – 14) Proc. nº 15-D-32119/2024, do Hospital de Clínicas – Solicitação de antecipação de recursos ao Hospital de Clínicas, no montante total de R\$20 milhões, com a finalidade de atender às despesas de custeio do Hospital nos próximos meses, sendo: R\$15 milhões referentes a valores a serem providos pela Secretaria Estadual da Saúde, por meio da Tabela SUS Paulista, e R\$5 milhões referentes a valores de Transferências Voluntárias de 2024, ainda pendentes de liberação – Of. SHC-275/24, Informação Aeplan-1506/24, Pareceres COP-28/24 e CAD-22/24. H – Recursos ao Consu – b) Aplicação de Penalidades – Artigo 151, inciso VIII, dos Estatutos – Artigo 35 do Regimento Interno do Consu – 17) Proc. nº 01-P-4079/2021 – Recurso interposto por Carlos Emílio Levy contra o ato de punição de suspensão por 7 dias – Relatório Final CPP I nº 05/21 – Despacho do Reitor nº 811/21 – Pareceres PG nºs 2988/21 e 1212/24. 18) Proc. nº 01-P-30993/2023 – Recurso interposto por Nima Imaculada Spigolon contra o ato de punição de suspensão por 31 dias e ressarcimento de valores – Relatório Final CPP I nº 04/24 – Despacho do Reitor nº 443/24 – Pareceres PG nºs 1038/24 e 2067/24. c) Revalidação de Diploma Estrangeiro – Graduação – Artigo 48, inciso I, alínea “s”, dos Estatutos da Unicamp – Deliberação Consu-A-10/2015 – 20) Proc. nº 01-P-29473/2022 – Recurso apresentado por Elisa Atália Daniel Muianga contra a decisão da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FECFAU, referente à revalidação do diploma de “Licenciado em Engenharia Civil”, obtido na “Universidade Politécnica – A Politécnica” – Moçambique – Parecer Técnico CGEC-01/24, Pareceres PG-143/24 e 1834/24, CCG-12/24 e Cepe-08/24. I – Pós-Graduação – Artigo 83, inciso II do § 1º da Deliberação Consu-A-10/2015 – 22) Proc. nº 22-P-45503/2023, do Instituto de Geociências – Proposta de criação de Projeto de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) de Doutorado Institucional (Dinter) entre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Programa Política Científica e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – Homologação pela Congregação do IG em 23.10.24 – Deliberação CCPG-84/24 e Parecer Cepe-09/24. 23) Proc. nº 02-P-17550/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de criação do curso

1 de especialização lato sensu “Práticas Integrativas em Saúde: Expansão da Cultura de Cuidado”
2 – sob a responsabilidade do Prof. Nelson Filice de Barros – Carga Horária: 360 horas – Valor
3 a ser pago por aluno: R\$14.818,01 - Aprovação pela Congregação em 30.08.24 – Deliberação
4 CCPG-80/24 e Parecer Cepe-10/24. 24) Proc. nº 28-P-23411/2024, da Faculdade de Engenharia
5 Agrícola – Proposta de criação do curso de especialização lato sensu “Educação do Campo e
6 Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa” – sob a responsabilidade da Profa. Vanilde
7 Ferreira de Souza Esquerdo – Carga Horária: 555 horas – Valor a ser pago por aluno: gratuito
8 - Aprovação pela Congregação em 12.06.24 – Deliberação CCPG-64/24 e Parecer Cepe-11/24.
9 J – Proposta de Logotipo – Portaria GR-34/95 – 25) Proc. nº 01-P-33657/2024, da Diretoria
10 Executiva de Apoio Estudantil – Proposta de novo logotipo da Diretoria Executiva de Apoio e
11 Permanência Estudantil – Ofício Deape-28/24 e Parecer PG-2361/24. K – Comissão
12 Permanente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI) – Indicação de Membros –
13 Artigo 190 do Regimento Geral – 26) Proc. nº 01-P-605/1968 – Indicação do atual membro
14 suplente, Prof. Dr. Alexandre Gori Maia – IE, para passar a titularidade em substituição ao Prof.
15 Dr. Antônio Carlos Rodrigues de Amorim – FE; e do Prof. Dr. Marcelo El Khouri Buzato –
16 IEL como membro suplente, para compor a Área de Humanas, Sociais e Artes da CPDI, até
17 02.10.25 – Ofício CPDI-02/24 e Despacho do Reitor-934/24. L – Convênio/Contrato/Termo
18 Aditivo – A ser celebrado – Para Aprovação – Deliberação Consu-A-16/2022 – 27) Proc. nº
19 29-P-28634/2024, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Acordo de Parceria
20 de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – Partes: Unicamp/Funcamp e Instituto de Pesquisas
21 Eldorado – Executores: Gustavo Fraidenraich e Bruno Sanches Masiero – Vigência: 42 meses
22 – Recursos: R\$789.600,00 – Resumo do Objeto: Execução do projeto de pesquisa “Análise
23 automática de segurança”, conforme Anexo I. – Parecer: Cacc. 28) Proc. nº 01-P-41022/2024,
24 da Agência de Inovação da Unicamp – Contrato de Cessão de Direitos de Propriedade
25 Intelectual – Partes: Unicamp/Funcamp e Padtec S.A. – Executores: Renato da Rocha Lopes e
26 Rangel Arthur – Recursos: R\$75.000,00 (compensação financeira) – Resumo do Objeto:
27 Cessão da Unicamp à Padtec da Propriedade Intelectual do programa de computador
28 PC268_TWINS intitulado “Software de geração e otimização de network digital twins de redes
29 ópticas”, registrado junto ao INPI sob o nº BR 512023002102-4 em 17.07.23 – Despacho: Cacc
30 de 06.11.24. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 – Proc. nº 22-P-32283/2024 –, que
31 trata de proposta de concessão do Título de Professor Emérito, nos termos dos artigos 158 e
32 159 dos Estatutos da Unicamp, apresentada pelo Departamento de Geografia do Instituto de
33 Geociências ao Professor Doutor Archimedes Perez Filho. Passa a palavra ao professor Márcio
34 Cataia. O Conselheiro MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA diz que esta proposta é uma forma de
35 celebração da trajetória do professor Archimedes Perez Filho, tal como assinalaram
36 favoravelmente os professores José Tadeu Jorge, Alvaro Penteado Crósta e Júlio Hadler Neto.
37 Esses colegas assinaram o parecer da comissão especial para analisar a proposta de concessão
38 do título de professor emérito ao professor Archimedes, uma figura bastante emblemática do
39 Instituto de Geociências e da Geografia brasileira. Sua contribuição como professor e
40 pesquisador foi fundamental para o desenvolvimento acadêmico e científico do Instituto e de

1 muitas outras instituições de ensino superior no Brasil. Deixou um legado, sem dúvida
 2 nenhuma, para gerações futuras que se interessam pela Geografia e, em especial, pela Geografia
 3 Física, sua área de atuação. O professor Archimedes dedicou uma vida inteira ao ensino, à
 4 pesquisa e à extensão, sempre buscando integrar teórica e praticamente as suas abordagens.
 5 Especialmente valorizando dados primários colhidos em seus trabalhos de campo, sempre
 6 rememorados no Instituto de Geociências. Sua paixão pela educação e pela administração
 7 pública o levou a ocupar cargos de liderança, incluindo o de diretor da Faculdade de Engenharia
 8 Agrícola, posteriormente também o de diretor do Instituto de Geociências. Em cada uma dessas
 9 funções, ele demonstrou um compromisso com a excelência acadêmica e a formação de
 10 profissionais qualificados. Esteve presente no final dos anos de 1990 como uma figura de
 11 destaque na formação do curso de Geografia, que teve sua primeira turma no ano de 1998. Foi
 12 Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários no período de 1994 a 1998, e esse
 13 compromisso fez um importante defensor no IG da interação entre a Universidade e a
 14 sociedade. Sempre acreditou que o conhecimento produzido na academia deveria ser
 15 socializado, compartilhado para colocar a comunidade em contato mais próximo com a
 16 Universidade. Sua liderança construiu diversos projetos de extensão que foram implementados
 17 depois de 1998 no Instituto de Geociências. A trajetória do professor Archimedes é marcada
 18 por sua pesquisa inovadora na Geografia Física, com ênfase em geomorfologia e solos, tendo
 19 suas publicações e estudos contribuído significativamente para o avanço do conhecimento nessa
 20 área. Seu trabalho não apenas enriqueceu o campo acadêmico, mas também teve impacto direto
 21 na formação de políticas públicas e na conscientização ambiental, refletindo sua preocupação
 22 com o futuro do planeta. Sua generosidade em compartilhar conhecimento e sua disposição para
 23 orientar jovens pesquisadores foram características que o tornaram um mentor admirado e que
 24 continuam ainda hoje como professor colaborador. Muitos de seus ex-alunos e colaboradores
 25 reconhecem a influência positiva que ele exerceu em suas carreiras, atribuindo a ele parte de
 26 seu sucesso profissional. Hoje, ao apresentar este pedido a esta instância, reconhecem não
 27 apenas as realizações acadêmicas do professor Archimedes, mas também seu legado de
 28 compromisso com a educação, com a pesquisa, com a extensão. Seu exemplo de liderança e
 29 dedicação à ciência e à sociedade continuará a guiar e a inspirar todos do IG e também além.
 30 Agradecem pela contribuição inestimável e por ele deixar uma marca permanente no Instituto
 31 e na Universidade. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que é
 32 sempre muito bom ter essas atividades de reconhecimento da trajetória de colegas que passaram
 33 por aqui e que construíram esta Universidade. Junta-se ao IG para cumprimentar e reforçar a
 34 importância de reconhecerem isso. Vivem um momento em que às vezes as pessoas esquecem
 35 que esta Universidade foi construída por uma porção de pessoas que hoje já não estão mais na
 36 ativa, mas foram elas que abriram a condição para que a Universidade hoje pudesse desenvolver
 37 tudo o que ela faz com qualidade. Esses títulos são uma forma muito feliz que a Universidade
 38 tem, do ponto de vista institucional, de fazer esses reconhecimentos e chamar a atenção para a
 39 comunidade em geral de que a Unicamp tem um passado que precisa ser reconhecido e que
 40 permite que hoje seja o que é. Parabeniza o IG e a comunidade. O MAGNÍFICO REITOR

1 reforça a indicação, diz que conheceu o professor Archimedes no período em que ele estava na
2 Feagri, depois no período em que ele esteve no IG e também como pró-reitor. Ele teve um papel
3 importante na gestão universitária e acha que o professor Fernando Coelho fez um destaque
4 importante: entraram há um certo tempo nessa etapa de terem um número considerável de
5 aposentados, essas pessoas que construíram a Unicamp no seu início. São essas pessoas que
6 estão sendo homenageadas, pessoas que fizeram parte do quadro inicial da Unicamp, sob a
7 gestão do professor Zeferino Vaz, e que deram essa força que veem na Instituição, que envolve
8 muito conhecimento, muita capacidade de formar pessoas, uma diversidade de áreas de atuação
9 e uma diversidade positiva de pontos de vista, de visões, e que torna a Universidade muito
10 vibrante. Então, acha muito importante reconhecer o papel que essas pessoas tiveram no
11 conjunto dessa obra da qual hoje participam. Fica feliz de ver que várias unidades vêm
12 justamente selecionando essas pessoas que tiveram importância na sua história para
13 homenageá-las com um título que é bastante significativo para a Universidade. Não havendo
14 mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade, com 62 votos
15 favoráveis, através de votação nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros
16 em exercício, conforme lista anexa. Passa ao item 02 – Proc. nº 09-P-33830/2024 –, que trata
17 de proposta do Título de Professora Emérita, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da
18 Unicamp, apresentada pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências
19 Humanas à Professora Doutora Elide Rugai Bastos. Abre a palavra à professora Andréia
20 Galvão, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A Conselheira ANDRÉIA
21 GALVÃO agradece ao Conselho Universitário pelo acolhimento a esta indicação. A proposta
22 de concessão de título de professora emérita a Elide Rugai Bastos foi apresentada à congregação
23 do IFCH pelo Departamento de Sociologia, a quem agradece pela indicação e pelo parecer
24 inicial, que foi assinado pelos professores Mariana Chaguri, Mário Medeiros e Marcelo Ridenti.
25 Agradece também à comissão de especialistas, composta pelos professores Renato Ortiz, Josefa
26 Cavalcanti e Lilia Schwarcz. Vai se basear um pouco nesses pareceres para dizer algumas
27 palavras sobre a professora Elide. Ela é uma grande referência para todos, não apenas no IFCH,
28 mas nas Ciências Sociais no Brasil; no IFCH foi professora entre 1989 e 2007, tendo antes
29 passado pela PUC, uma universidade na qual ela atuou por vários anos, e também pela Unesp.
30 Ela é professora livre-docente, em 1998, já pela Unicamp, e professora titular em 2006, com
31 uma imensa contribuição ao campo dos estudos rurais e do pensamento social brasileiro. Com
32 relação aos estudos rurais, defendeu o mestrado sobre as ligas camponesas, que é um dos mais
33 importantes movimentos sociais do Brasil pré-1964. Esse trabalho, que foi defendido no
34 Programa de Ciência Política da USP em 1980, é uma obra pioneira nos estudos sobre a luta
35 pela terra e sobre a mobilização política do campesinato, tendo sido publicado em livro em
36 1984, em um momento em que se travavam os debates acerca dos primeiros planos nacionais
37 de reforma agrária no Brasil. Com relação ao pensamento social brasileiro, foi uma das
38 principais responsáveis pela construção e consolidação desse campo de estudos no Brasil, tendo
39 sido pioneira em diversas frentes e agendas de pesquisa. Ela se dedicou à interpretação da obra
40 de Gilberto Freyre, sendo uma das maiores especialistas do mundo na obra desse autor, que foi

o seu objeto de estudo no doutorado, publicado com o título “As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a sociedade brasileira”. Ela também se debruçou sobre o pensamento de outros grandes intelectuais da sociologia brasileira, como Florestan Fernandes e Octavio Ianni, que foi seu orientador no doutorado. Sua obra é atravessada pela preocupação com a questão das desigualdades sociais que marcam a sociedade, o que a levou a pesquisar temas tão variados como a questão racial, a mulher na agricultura, os conflitos no campo e a questão nacional. Ela é, como menciona o parecer do Departamento de Sociologia, uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a oferecer uma visão sistemática sobre o conservadorismo brasileiro como fenômeno social e sociológico, que é um tema, como todos sabem, bastante atual. A sua produção intelectual é de grande relevância, apresentando-se em quatro livros autorais, 11 livros em coautoria, sem falar dos inúmeros capítulos de livros e artigos em periódicos que publicou. Também dedicou grande parte da sua energia a tarefas institucionais: ela contribuiu de modo decisivo para a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, para a Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a Anpocs, tendo atuado como editora da prestigiosa “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, integrado o Comitê de Sociologia da Fapesp, além de ter se engajado em outras importantes atividades, especialmente centros de pesquisa, como o Cedec, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, no qual também editou a revista “Lua Nova”, uma importante revista na área, e foi ainda pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP. Recebeu várias premiações ao longo da sua carreira: premiação da Fundação Gilberto Freyre em 2005, o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” em 2007, o Prêmio de Excelência Acadêmica Flávio Pierucci da Anpocs em 2017. Por fim, destaca a dedicação e a disposição acadêmica que a professora Elide sempre teve para formar pessoas e dialogar com diferentes gerações de intelectuais, sempre de forma gentil e generosa. Vários dos seus orientandos e orientandas assumiram posições importantes nas principais universidades brasileiras e também no exterior. Ela se aposentou em 2007 e continuou a atuar como professora permanente do Programa de Pós-Graduação e Sociologia até este ano, e só agora ela passou a colaboradora. Foram 40 anos de dedicação à Unicamp, e destaca a maneira não só engajada, entusiasmada, mas o brilho nos olhos; sempre atua com brilho nos olhos, com sorriso no rosto, então, além de todas as qualidades mencionadas nos pareceres, ressalta a alegria, o prazer de ensinar, como uma das marcas registradas da professora Elide, o cuidado com que ela continuava a preparar as suas aulas até o semestre passado e o compromisso sempre renovado com os estudantes. Ter o nome da professora Elide como professora emérita é uma honra para o IFCH, é uma honra para a Unicamp, é uma honra para a comunidade das Ciências Sociais no Brasil. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que a professora Elide é uma colega de referência incontestável no campo do pensamento social, no campo do pensamento brasileiro, e ela é uma referência também institucional. Para o IFCH ela é permanente, porque embora ela tenha se aposentado há bastante tempo, está presente nas reuniões, nos seminários, estava aqui há pouco na Anpocs fazendo uma série de atividades intelectuais, acadêmicas, com seus ex-alunos, com seus colegas. Então, essa vibração da professora Elide é um dos seus principais elementos, que chama atenção pela dedicação à Instituição, à sua área de pesquisa, à

1 formação dos seus alunos, e é mais do que evidente que isso tem que ter essa coroação aqui.
2 Fazer da professora Elide um nome importante da Unicamp como professora emérita é
3 fundamental para o IFCH para valorizar as pessoas que, de fato, ao longo de 40 anos, se
4 dedicaram à formação de alunos e à formação da própria Instituição. E, claro, ao
5 desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras, do estudo do conservadorismo brasileiro, que
6 hoje é um dos mais importantes temas que os circundam cotidianamente. Fica muito orgulhosa
7 do Instituto por ter apresentado essa proposta por meio do Departamento de Sociologia, e espera
8 que venham a acolher aqui nessa votação. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E
9 CRUZ diz que se soma às falas das professoras Andréia Galvão e Rachel Meneguello e saúda,
10 como já fez na congregação do IFCH, a iniciativa da proposição do título de professora emérita
11 para a professora Elide Rugai Bastos. Teve o enorme prazer e a honra de conviver com ela entre
12 os anos de 2008 e 2012 nos marcos do projeto temático da Fapesp “Linhagens do Pensamento
13 Político Brasileiro”, do qual ela foi primeiramente pesquisadora principal e depois da precoce
14 morte do professor Gildo Marçal Brandão, que era o coordenador original do projeto, ela
15 assumiu a coordenação. Na época, como mestrando e depois doutorando na USP, participou da
16 equipe do projeto por conta de seu orientador, Bernardo Ricupero, que assumiu a condição de
17 pesquisador principal naquele momento, e pôde conviver com então colegas de pós-graduação,
18 hoje colegas do IFCH, que se tornaram seus amigos, Mariana Chaguri e Mário Medeiros, que
19 eram justamente orientandos da professora Elide. Nesses quatro anos de convívio, pôde
20 testemunhar não apenas seu brilhantismo intelectual e erudição, mas essa generosidade, esse
21 entusiasmo, essa energia, essa vitalidade sobre ao quais a professora Andréia já tão bem falou.
22 A ponto de que era notável que ao final dos seminários internos e também abertos, no final do
23 dia, quando os mais jovens estavam exaustos, ela ainda tinha energia para continuar discutindo
24 com um sorriso no rosto. A professora Elide é uma intelectual do tipo que não se faz mais,
25 alguém que ambicionava pensar a sociedade de maneira crítica como uma totalidade e
26 transitava com muita facilidade da Sociologia à Literatura, passando pela Filosofia e pela
27 História. De fato, uma herdeira da grande tradição de Florestan Fernandes e Octavio Ianni, e
28 realmente é uma honra para o Instituto ter alguém que apesar de já estar com 87 anos ainda
29 colabora em cursos na pós-graduação. Então realmente é uma alegria poder estar na Sessão que
30 vai conceder esse título à professora Elide. O Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE
31 diz que foi aluno da professora Elide e se soma a todos os colegas que fizeram essas devidas
32 homenagens em reconhecer a importância dela para tantos aqui da Unicamp. O MAGNÍFICO
33 REITOR diz que, assim como a professora Rachel, sente orgulho do IFCH e também da
34 Unicamp. Vê a fala da professora Andréia como uma prova cabal da riqueza da Instituição e
35 dessa capacidade de viver bem com uma grande diversidade de opiniões. Isso é muito positivo
36 para a riqueza de conhecimento, então precisam de fato homenagear essas pessoas que
37 construíram essa trajetória, neste caso em particular nas Ciências Sociais. Reforça a importância
38 de homenagear esses ombros que formaram esta Instituição. Não havendo mais observações,
39 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade, com 63 votos favoráveis, através
40 de votação nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício,

conforme lista anexa. Passa ao item 03 – Proc. nº 07-P-28627/2024 –, que trata de proposta de concessão do Título de Professor Honorário, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, apresentada pelo Departamento de Biologia Vegetal do Instituto de Biologia ao Professor Doutor George John Shepherd. Passa a palavra ao professor Hernandez, diretor do IB. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que é com enorme prazer que apresenta a candidatura do professor George John Shepherd a professor honorário da Unicamp. Fará a leitura, na íntegra, do parecer exarado pelas especialistas Ana Maria Giulietti-Harley, da Universidade Estadual de Feira de Santana, Beatriz Appezzato da Glória, da Esalq da USP, e Neri de Barros Almeida, do Departamento de História do IFCH: “Movido pelo propósito de dedicar sua vida de pesquisador ao estudo dos trópicos, o professor doutor George John Shepherd deixou seu país natal, a Escócia, e chegou ao Brasil em janeiro de 1975 iniciando uma contribuição de grande impacto nos estudos da botânica brasileira e na consolidação da Unicamp como instituição de pesquisa de destaque nacional e internacional. Lembrado pelo envolvimento incansável com a pesquisa, pela curiosidade inspiradora e pela generosidade intelectual expressa no acolhimento que ofereceu a colegas e estudantes, o doutor Shepherd é um exemplo elevado em que abnegação caminha com resultados excelentes de pesquisa que, por sua vez, se desdobram em um ambiente intelectual fértil. Além de atender às demandas do curso de Biologia por ser um especialista em taxonomia vegetal, o professor Shepherd trouxe uma excelente bagagem de conhecimento de briófitas, grupo pouco estudado no Brasil. Destacou-se especialmente pela introdução de pesquisas em áreas praticamente desconhecidas dos taxonomistas de angiospermas na época, como biossistemática e informática aplicada à Botânica. Foi pioneiro no trabalho com projetos sobre desenvolvimento de programas de computador com o *software* Fitopac, que embora não tenha sido registrado, é amplamente utilizado no Brasil e no exterior, onde é chamado de ‘Shepherd Fitopac’. Participou nas décadas de 1990-2000 do projeto temático da Fapesp ‘Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo’, inicialmente como pesquisador, especialista em Cyperaceae e responsável pela área computacional do projeto, e após o falecimento do professor Hermógenes Leitão Filho, como um dos três coordenadores do projeto, representando a Unicamp. Foi ainda membro do Grupo de Coordenação do Projeto Especial da Fapesp ‘Caracterização, conservação e uso sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo’, o Biota Fapesp. Participou da concepção e implementação de projetos para a criação de bancos de dados e sistemas de busca *on-line* de dados abertos, como a ‘Flora Brasilienses’ de von Martius et al. e o projeto ‘SpeciesLink’. Todos esses projetos permitiram que a Unicamp, através do seu Departamento de Biologia Vegetal, tivesse uma inserção destacada do Brasil no cenário internacional. Os dados das coleções biológicas, disponibilizados a partir do ‘SpeciesLink’ por coleções biológicas diversas, alimentam parte do sistema GBIF, Global Biodiversity Information Facility. Desse conjunto, vale ressaltar que ao introduzir a matemática, a estatística taxonômica numérica e a visualização gráfica dos estudos de botânica, trouxe uma nova visão para a sistemática de angiospermas. Contribuiu de uma maneira significativa para o crescimento do acervo do Herbário UEC da Unicamp, hoje parte do Museu de Diversidade Biológica - MDBio, por meio

1 de suas expedições de campo e excursões realizadas em diversas regiões do Brasil, onde coletou
 2 material botânico de grande relevância. A liderança, iniciativa e visão que caracterizam essa
 3 trajetória de pesquisa estiveram indissociavelmente ligadas às atividades de ensino e formação
 4 e se expressam na rica herança de gerações de pesquisadores que o professor Shepherd deixa
 5 espalhadas por diferentes instituições do país e fora dele. Essas carregam sua história de
 6 determinação e serenidade face ao tempo da reflexão, que lhe garantiu os frutos da maturidade
 7 investigativa. Pela contribuição inestimável do professor George John Shepherd ao
 8 desenvolvimento da ciência, somos favoráveis a que esse reconhecimento se traduza na outorga
 9 do título de Professor Honorário”. Para demonstrar o bem-querer do professor no Instituto de
 10 Biologia, registra que seu nome foi outorgado ao centro acadêmico dos estudantes do Instituto.
 11 Agradece a todos pela atenção e pede o voto favorável à outorga do título. O Conselheiro
 12 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO parabeniza o Instituto de Biologia pelo
 13 reconhecimento desse professor que possui um legado absolutamente fantástico que abre áreas
 14 importantes na área de Botânica. O MAGNÍFICO REITOR diz que estudou na Unicamp na
 15 segunda metade da década de 1970, quando a Universidade ainda era bem jovem, mas ela teve
 16 uma força muito grande no início com a vinda de professores do exterior. Essa foi uma outra
 17 característica da Unicamp, a capacidade de atrair gente boa, formada em outros locais. Na FEA,
 18 havia muitas pessoas da América Latina, algumas que tinham sido formadas nos Estados
 19 Unidos, outras na Europa, que vieram para cá e foram extremamente importantes para a criação
 20 do curso de Engenharia de Alimentos, que começou na Unicamp, foi o primeiro curso do Brasil
 21 e da América Latina. Essas pessoas tiveram muita importância. Semana passada concederam o
 22 título de professor emérito ao professor Woodruff Benson, também do Instituto de Biologia, e
 23 estão aqui agora analisando esse pedido de título de professor honorário ao professor George
 24 John Shepherd. O IB foi um dos institutos que deu início à Unicamp, nasceu com a Unicamp,
 25 assim como o Imecc, o IFGW, várias faculdades de Engenharia na época e essas pessoas
 26 tiveram uma importância grande, destacada pelo professor Hernandes na formação da Biologia
 27 na Unicamp e no Brasil. Sabem até hoje a influência que possuem, por exemplo, em grande
 28 parte das questões de mudanças climáticas e questões ambientais, que têm relação com a força
 29 que o Instituto de Biologia tem em termos de pesquisa e formação de pessoas. Portanto, apoia
 30 essa iniciativa do IB. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é
 31 aprovada por unanimidade, com 63 votos favoráveis, através de votação nominal, obedecendo
 32 a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista anexa. Passa ao item
 33 04 – Proc. nº 17-P-23021/2024 –, que trata de proposta de concessão do Título de Doutor
 34 *Honoris Causa*, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, apresentada pelo
 35 Departamento de Música do Instituto de Artes ao artista Milton Nascimento. Passa a palavra à
 36 professora Regina Machado, que presidiu a comissão especial. A Professora REGINA
 37 MACHADO diz que fica feliz de estar aqui hoje para poder comentar essa proposta, tendo
 38 atuado como presidente da comissão, que foi composta por outra docente do Instituto de Artes,
 39 do Departamento de Música, professora Thaís Nicodemo, além da professora Thais Guimarães,
 40 da Ufscar, e do professor Paulo Costa Lima, da UFBA. Todos sabem da importância de Milton

1 Nascimento para a música popular brasileira, para a canção brasileira em especial e por
2 consequência para a cultura brasileira. Com uma carreira longa, com mais de 30 álbuns
3 lançados, prêmios como Grammy Awards, que ele ganhou por cinco vezes, é uma figura
4 representativa da cultura brasileira. A Unicamp foi a primeira universidade brasileira a criar
5 uma graduação em Música Popular, no ano de 1989. Naquele momento, inclusive, estabeleceu
6 diálogo direto com diversas figuras eminentes da música popular, que na qualidade de
7 professores da categoria MA ingressaram na Universidade e fizeram um trabalho
8 importantíssimo para que aquele curso fosse implementado. Entre eles, destaca a presença do
9 grande maestro Ciro Pereira, do grande produtor e diretor musical Fernando Faro, entre outros.
10 A outorga desse título a Milton Nascimento dialoga diretamente com esse pioneirismo da
11 Unicamp em reconhecer a música popular como um saber essencial à cultura brasileira. Trazer
12 esse saber para dentro da Universidade, de certa maneira, balizou essa possibilidade, e ao longo
13 desses anos têm formado artistas que têm se destacado no cenário brasileiro, com atuações em
14 diversos setores da música popular, não só estando à frente nos palcos, mas também nos setores
15 de criação, de produção, gravação. Então, é um campo que tem sido ocupado e a Unicamp
16 figura de maneira destacada nesse sentido, assim como a sua produção na pós-graduação, que
17 tem realizado inúmeras pesquisas e onde predominam os trabalhos sobre a música popular,
18 especificamente a música popular brasileira. Portanto, parece-lhe bastante significativo e
19 simbólico que esse título seja proposto aqui na Unicamp, em reconhecimento a um artista da
20 importância de Milton Nascimento para o Brasil, que também ampliou as fronteiras do Brasil
21 com sua música, levando a cultura brasileira para outros países. Ressalta que isso entra em
22 consonância com o pioneirismo da Universidade na criação de uma graduação em Música
23 Popular. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que fica
24 muito feliz com o resultado da comissão, que indica a concessão. Tratam Milton Nascimento
25 como uma das grandes contribuições culturais do país, de cultura no sentido mais amplo que se
26 possa imaginar, não só pensando em artes, mas do que ele representa de fato com sua produção
27 imensa e já muito reconhecida. Não é o primeiro título de Doutor *Honoris Causa* que ele vai
28 receber, caso seja aprovado aqui, mas acha importantíssimo que uma universidade como a
29 Unicamp esteja em consonância com o reconhecimento da importância cultural que ele tem
30 dentro do país. Milton Nascimento é um artista do mundo, ele transcende a influência regional,
31 nacional, transnacional, e ele de fato tem uma influência mundial. Talvez a produção do Milton
32 seja mais conhecida do público da canção, ou como cantor, como compositor, mas a influência
33 dele se estende de maneira ampla também na música chamada instrumental, ao jazz americano.
34 São inúmeros músicos consagrados que ao longo do tempo colaboraram com Milton
35 Nascimento, e é raro haver um artista brasileiro com uma influência desse tipo tão grande. Seu
36 idiomatismo e a singularidade de sua expressão artística são consagradas de maneira ampla, e
37 lembra que é um artista, como muitos outros brasileiros, que sofreu censura no período da
38 ditadura militar. Ele colocou a voz dentro da canção em um outro patamar, com inovações, ele
39 abriu caminhos de expressão que são muito reconhecidos entre os artistas, especialmente da
40 música. Ressalta também a influência que ele teve no resgate e na valorização da música dos

1 povos ancestrais, isso há muito tempo, não é uma coisa dos anos 2000, isso é do século passado.
2 A discografia dele já estava envolvida com essa valorização, apontando, culturalmente, a
3 importância que é preservar e dar valor. E também, claro, na valorização da música afro-
4 brasileira. Outra faceta importante que mostra sua contribuição para a sociedade é que Milton
5 é reconhecido pela contribuição aos outros músicos, jovens músicos, músicos do *underground*,
6 músicos talentosos jovens. Ao longo de toda a carreira até o seu *show* de despedida, fez
7 colaborações com novos artistas; dizem que a música é uma arte de cooperação, a arte do
8 encontro, porque podem tocar sozinhos, mas em geral tocam em conjunto, então há essa
9 interação. Vai citar só dois, que são mais próximos seus, do ponto de vista da percussão: o
10 primeiro é Naná Vasconcelos, que é outro que mereceria aqui também um título de Doutor
11 *Honoris Causa*, pela grande influência que tem, mas que infelizmente já não está mais com
12 eles, e que teve no início de sua carreira e da consagração internacional o Milton como papel
13 fundamental, e assim como ele, muitos outros artistas. O segundo exemplo é o Uakti, grupo de
14 percussão mineiro; Milton tem uma influência muito grande na transformação desse grupo, que
15 mostra o quanto ele também estava envolvido com a música de vanguarda. O Uakti é um grupo
16 que bebe da influência da música de vanguarda dos anos de 1960, especialmente fomentada nos
17 seminários de música da UFBA, que traz elementos da música concreta, e com o Milton
18 Nascimento ele ganha um outro patamar, que de fato transforma e incentiva esses novos artistas.
19 Em um primeiro momento o grupo parece muito distante da canção e da música popular, já que
20 o Uakti é um grupo essencialmente de música experimental instrumental. Milton assina com
21 uma grande gravadora europeia e obriga a gravadora a gravar os discos desses artistas, que são
22 desconhecidos do grande público. Portanto, ele tem uma importância enorme para os artistas
23 de modo específico e também para a cultura nacional e mundial, e esperam que o Consu também
24 tenha essa visão da contribuição do Milton Nascimento. O Conselheiro FERNANDO
25 ANTONIO SANTOS COELHO diz que esses momentos são muito felizes para a Universidade,
26 por dois motivos. A Unicamp não tem muito hábito de dar títulos de Doutor *Honoris Causa*,
27 são 28 títulos contra 123 da USP. E esse título, no seu entender, é uma forma que a Universidade
28 tem de reconhecer que ela está inserida em um sistema, e que tem muita gente que contribui
29 para a arte, para o esporte, para a música, para várias coisas, e que a Universidade precisa
30 reconhecer isso como cultura nacional e trazer isso para dentro dela, reconhecendo a
31 contribuição que essas pessoas dão ao país e à formação da identidade brasileira. Então, ter hoje
32 a Unicamp reconhecendo o Milton Nascimento como Doutor *Honoris Causa* é motivo de
33 grande orgulho, de grande satisfação, orgulho de ser membro desta comunidade, de ser membro
34 da Unicamp. Espera que ele abra essa porta para que haja outras indicações de título, em outras
35 áreas de conhecimento. Há muita gente importante neste país, nas áreas de esporte, de música,
36 teatro, dança, ciências, e a Universidade precisa reconhecer a importância de cada uma dessas
37 pessoas na sociedade brasileira. Milton Nascimento, como o professor Fernando Hashimoto
38 comentou, já tem outros títulos de Doutor *Honoris Causa*, dois concedidos por universidades
39 mineiras, a Universidade Estadual de Minas Gerais e a Universidade Federal dos Vales do
40 Jequitinhonha e Mucuri, recebidos em 2015 e 2016, e um concedido por uma das instituições

1 mais importantes de música do mundo, que é o Berklee College of Music de Boston, junto com
2 grandes artistas como Duke Ellington, Dizzy Gillespie, Sarah Vaughan, Quince Jones, Paco de
3 Lucía, Herbie Hancock e Aretha Franklin, que são nomes que dizem claramente a importância
4 desse brasileiro nesse contexto. Cumprimenta efusivamente o Instituto de Artes, a professora
5 Regina e o professor Fernando por essa indicação, e acha que é realmente um momento de
6 muita felicidade para todos. Como Pró-Reitor de Extensão, Esporte e Cultura, vê que a
7 Universidade caminha em uma área que permite que ela se reconheça a partir do momento em
8 que reconhece a arte e a cultura deste povo. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA
9 COSTA BRITO saúda a posição do Instituto de Artes e diz que, apesar de fazer canto lírico,
10 entrou na Universidade no curso de Licenciatura, e sua prova de habilidade específica foi feita
11 com uma música do Milton, “Travessia”, que tem um grau de dificuldade e exige uma
12 habilidade que não falta para o Milton. Está muito feliz por este momento, é um momento muito
13 importante, a cultura brasileira precisa ser homenageada mesmo, colocada nesse pedestal,
14 porque a arte chega em lugares que nenhuma outra coisa chega e toca lugares onde nenhuma
15 outra coisa toca. E o Milton é um desses grandes nomes da música popular brasileira, dono de
16 uma das vozes mais marcantes da história, com uma extensão vocal apreciável, é cantor,
17 compositor, multi-instrumentista, e nas suas músicas é possível sentir as melodias, que são
18 complicadas, mas são feitas de uma maneira muito simples por ele. As harmonias de suas
19 músicas também não são muito fáceis de ser interpretadas, mas são feitas de uma maneira muito
20 casual por ele e pelas pessoas que tocam com ele. Milton representa o povo brasileiro, um
21 homem negro que tem uma história marcada pela dificuldade de classe, de raça, e que mostra o
22 poder da cultura popular no país, aproveitando tudo o que há de melhor na cultura para oferecer
23 para a população. Além disso, ele se utilizou desse conhecimento para lutar contra a censura,
24 denunciar os crimes da ditadura militar, junto com outras figuras que são importantíssimas para
25 a música brasileira. Então, saúda este momento histórico e espera que possam fazer isso mais
26 vezes. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN destaca, um pouco na linha do que
27 disse a conselheira Kathlyn, na obra do Milton Nascimento a luta do povo negro, especialmente
28 em uma peça de uma profundidade e de uma delicadeza incríveis, que é “Missa dos
29 Quilombos”, um projeto do Milton Nascimento, Pedro Tierra e Dom Pedro Casaldáliga. Ela
30 evoca o sofrimento do povo negro no Brasil, ao longo dos séculos, desde que os portugueses
31 tomaram posse da terra, que é de uma sensibilidade tão profunda e tocante que faz muita
32 diferença. Acha uma pena que a “Missa dos Quilombos” não tenha sido reproduzida, pelo
33 menos não conhece algum lugar em que ela tenha sido feita novamente, porque é algo muito
34 precioso, que o deixa muito sensibilizado, porque ela traz uma coisa muito real. Em Amparo,
35 por exemplo, existia uma praça de pelourinho e uma igreja só para negros, a Igreja do Rosário.
36 Então, ouvir a “Missa dos Quilombos”, ver aquela letra, é muito forte. Isso é um mérito do
37 Milton, entre tantos outros. Teve oportunidade de conversar com ele, quando fez um *show* em
38 Amparo, em 2008, e perguntou se ele tinha noção da quantidade de romances que ele embalou
39 no Brasil, e ele respondeu que tinha. É um prazer enorme poder votar esta concessão de título,
40 parabeniza o Instituto de Artes pela iniciativa, que considera espetacular. A Conselheira

1 ANDRÉIA GALVÃO diz que se soma aos colegas no entusiasmo e na alegria por esta
2 indicação; parabeniza o IA e retoma, concordando com todas as falas que a antecederam, a
3 importância de a Universidade fazer esse movimento, que vem fazendo nos últimos tempos
4 aqui, de reconhecer o conhecimento que é produzido fora da Universidade, em diálogo com a
5 sociedade, então reconhecendo a importância da arte, importância da cultura popular, pensando
6 na arte não só como aquilo que os traduz, os transforma, os transporta, como disse a conselheira
7 Kethlyn. Com referência ao Milton, em especial, lembrar dessa arte que também é social e
8 politicamente engajada, que os permite compreender a realidade. Um artista que traduziu tantos
9 sentimentos com as suas letras, com as suas músicas, amor, amizade, o amor à natureza, também
10 um tema muito presente na sua obra. Milton também tem músicas que marcaram momentos
11 importantes e significativos da história do país, um deles já lembrado pelo professor Cesar, a
12 “Missa dos Quilombos”, e também o que foi o hino das “Diretas Já!”, que é o “Menestrel das
13 Alagoas”, clamor do Milton, eternizado na voz da Fafá de Belém, em defesa da democracia,
14 algo mais do que nunca necessário para terem sempre presente, especialmente nos tempos em
15 que vivem. Então, parabeniza e saúda essa iniciativa. A Conselheira DÉBORA CRISTINA
16 JEFFREY saúda a iniciativa do Instituto de Artes. Acha que para além da concessão do título
17 de Doutor *Honoris Causa* ao Milton Nascimento, há a questão da representatividade; claro,
18 Milton Nascimento é cidadão do mundo, cidadão de todos, mas também como um homem
19 negro, à frente de seu tempo, com as suas canções exaltando a cultura afro-brasileira. E que
20 possam conceder outros títulos, também já aproveitando o fato para ressaltar aqui a importância
21 de Raquel Trindade, que foi docente desta Casa e que também tem uma contribuição ímpar à
22 cultura afro e afro-brasileira. Então, além de Racionais MCs, colocam nesse espaço Milton
23 Nascimento como símbolo desta nova Universidade que se abre à pauta e que também faz jus
24 a muitas pessoas negras, mulheres, homens, todos os grupos representados e que constituem a
25 gênese do seu saber, o saber erudito mas também o saber popular. Está muito feliz pela data de
26 hoje, que é simbólica e ao mesmo tempo histórica. A Conselheira JOSELY RIMOLI diz que
27 precisa se manifestar, como mineira e tendo vivido uma juventude embalada pelo Milton, que
28 deu a eles profundidade no sentir. Lembra que a Unicamp recebeu alguns *shows* que foram
29 inesquecíveis e um deles foi com o Milton Nascimento. Como mulher, destaca a música “Maria,
30 Maria”, que ele fez para uma mãe solo que vivia com três filhos na beira de uma estrada de
31 trem de ferro, que também é um símbolo na música dele, quando ele defende também toda uma
32 questão ambiental. Todos os semestres utiliza as músicas do Milton Nascimento, quando
33 precisa aprofundar a concepção da escuta, do sentir dos futuros profissionais da Saúde. Então
34 hoje é um dia muito feliz. Foi ao último *show* do Milton e acha que a Universidade ganha muito
35 em ampliar sua percepção do que é a importância de uma universidade e que tenham mais *shows*
36 como o do Milton na Unicamp. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza o IA, agradece à
37 comissão, presidida pela professora Regina, e relata que um pouco depois da sua posse foi
38 procurado por um professor da Faculdade de Engenharia Química, Everson Alves Miranda, que
39 já é aposentado, que nasceu em Minas Gerais, e lhe propôs a concessão do título de Doutor
40 *Honoris Causa* ao Milton Nascimento. Respondeu a ele que precisariam conversar com alguma

unidade que fizesse a proposta. Está falando isso porque, a partir da conversa com o professor Everson e da fala do professor Pagan, sente-se identificado entre os engenheiros que abraçam a cultura, assim como a Josely e pessoas de outras áreas que veem a importância da cultura para uma instituição, para a formação de um povo. A cultura é realmente algo que é capaz de unilos, e poder homenagear uma pessoa que tem tanto destaque é uma honra. O professor Fernando Hashimoto destacou que ele é um cidadão do mundo, mas diria que é um cidadão do mundo que vê o mundo a partir de Minas Gerais, que é capaz de traduzir temas profundamente internacionais, de interesse da humanidade, a partir da sua experiência específica de vida. São pessoas que têm essa genialidade de falar para todos, mas de valorizar sua própria cultura local. Então, isso é realmente algo muito bonito de se ver e é muito bonito que possam homenagear essa pessoa aqui. Com certeza há outras pessoas que devem pensar em homenagear também, e fica muito feliz com isso, orgulhoso do Instituto de Artes e da Universidade, que dá esse passo homenageando Milton Nascimento. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade, com 63 votos favoráveis, através de votação nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista anexa. Passa ao item 08 – Proc. nº 01-P-42688/2024 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que institui o programa piloto de reserva de cargos públicos de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior destinados para candidatos negros (pretos e pardos). Destaque do conselheiro Ângelo. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI solicita a palavra à professora Silvia Santiago. A Professora SILVIA MARIA SANTIAGO diz que está muito emocionada pela concessão do Título de Doutor *Honoris Causa* a Milton Nascimento. Ele certamente os representa e a inspira a trazer essas questões aqui. Nos últimos sete dias na Universidade, têm tido inúmeros motivos para estar muito felizes, pois estão caminhando na direção de propostas e de ações afirmativas, tornando a Universidade muito mais diversa. Na quarta-feira passada, houve a aprovação do Neab, um orgulho para todos, e hoje a aprovação das cotas étnico-raciais para docentes negros e negras. A política afirmativa de cotas é muito exitosa na Universidade, não só para estudantes de graduação, de pós-graduação, dos cursinhos, dos cursos técnicos, Cotuca, Cotel, mas também para servidores Paepe. Em todas essas etapas, a comissão de heteroidentificação da Unicamp, da Cader, pertencente à Diretoria Executiva de Direitos Humanos, tem atuado com grande sucesso. No começo foram aprendendo, em 2019, 2020, mas já há dois anos não há na Universidade um único processo de judicialização. Com relação aos concursos Paepe, por exemplo, até outubro fizeram 700 heteroidentificações, sem nenhuma judicialização. Observa que essas bancas que fazem as heteroidentificações não participam dos concursos, elas única e exclusivamente validam ou não a autodeclaração dos candidatos. A composição da comissão tem uma motivação histórica pela grande e talvez definitiva participação na aprovação de cotas dos estudantes, desde muitos anos, mas acha que principalmente a partir de 2017, na greve. Esse esforço também tem se colocado na institucionalização das cotas, então com uma presença em diferentes momentos da política afirmativa. A composição dessas bancas na Unicamp é muito parecida com o que acontece na Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal

1 Fluminense, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal de São Paulo.
 2 E ela tem uma composição que mais ou menos se multiplica nesses lugares e em tantos outros.
 3 O processo da Unicamp tem tido um sucesso grande, a ponto de a Ufscar no ano passado
 4 solicitar que assumissem os processos de heteroidentificação daquela universidade. Não
 5 tiveram condições de dar essa ajuda institucional, mas auxiliaram discutindo o processo deles.
 6 O diferencial da comissão da Unicamp é a formação que os membros das comissões fazem e
 7 dão essa qualidade na heteroidentificação. Então, o motivo de sua fala é fundamentalmente
 8 solicitar que a Cavu possa fazer o processo de heteroidentificação do concurso para docentes
 9 negros e negras, que vai acontecer a partir da aprovação hoje no Consu. Outra sugestão é que,
 10 na avaliação em dois anos proposta sobre essa política, além das áreas da Universidade fazendo
 11 essa avaliação, as grandes áreas de Engenharias, Biológicas, Humanidades, que também possa
 12 participar dessa avaliação o Neab. Está em sua normativa que o Neab, que representa a Cader,
 13 tem essa tarefa de fazer avaliações, de fazer pesquisa em relação às políticas afirmativas na
 14 Universidade, e portanto seria de grande valor participarem também dessa comissão. A
 15 Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY destaca a importância das cotas para docentes
 16 pretos e pardos, o teor já foi aqui analisado pelo Consu anteriormente, e acha que com isso
 17 referendam todo um movimento da Universidade que se fortalece após a greve de 2016, quando
 18 foi uma das pautas. Não podem se esquecer de que qualquer ação afirmativa institucionalizada
 19 vai acontecer após a greve de 2016 com as audiências públicas que resultam na aprovação das
 20 cotas étnico-raciais inicialmente para a graduação. Tiveram mais recentemente a aprovação
 21 disso para os programas de pós-graduação, e um clamor, especialmente dos e das estudantes e
 22 da comunidade negra da Unicamp, de que tenham essa representatividade ampliada. Parabeniza
 23 esse avanço, mas há algumas ponderações que precisam ser consideradas. Acredita na
 24 aprovação pelo Consu, inclusive já há essas 24 vagas abertas, que foram bastante discutidas,
 25 mas precisam estar atentos e atentas no que se refere ao acompanhamento desses e dessas
 26 docentes que chegarão aqui. Portanto, além da sugestão da composição, como foi dito pela
 27 professora Silvia Santiago agora, dessa comissão de monitoramento, de acompanhamento e
 28 avaliação, é necessário estarem abertos também ao que representa a chegada de um docente
 29 negro ou negra em cada unidade. Se fizerem um levantamento junto à DGRH, verão que há
 30 unidades da Unicamp sem nenhum docente negro, que esse ou essa docente será o primeiro ou
 31 a primeira, assim como ela foi a primeira mulher, juntamente com outro colega, foram dois
 32 negros por quase uma década na Faculdade de Educação. Recentemente, pela primeira vez na
 33 história, houve uma mulher negra conseguindo bolsa produtividade PQ 1 do CNPq, então é
 34 disso que estão falando. Essa comissão precisa pensar ações afirmativas que, além de um
 35 acompanhamento, também possam subsidiar ações de acolhimento, pois não basta os colocarem
 36 dentro das unidades, é necessário também que as ações afirmativas possam acontecer, para que
 37 possam trilhar esse processo como um todo, completar o seu trienal e de fato serem
 38 incorporados permanentemente ao quadro docente da Universidade. Acha que estão se abrindo
 39 enquanto universidade, mas ainda possuem muitos desafios pela frente. O primeiro vai ser como
 40 esses e essas docentes chegarão até as unidades e irão permanecer, porque eles precisam ser

1 incorporados a grupos de pesquisa, contar com financiamento, não somente o que a Faepex já
2 disponibiliza, mas também ter um acolhimento e o entendimento de que alguns e algumas trarão
3 novas epistemologias para a Universidade e que precisam desse apoio. Acha que sem isso
4 avançam na garantia do acesso, mas precisam pensar consequentemente na permanência. Na
5 minuta existem algumas brechas em relação ao procedimento de heteroidentificação, que já foi
6 destacado pela professora Silva Santiago, especialmente no artigo 4º, parágrafo 4º, quando se
7 menciona que “Resolução do Reitor estabelecerá os procedimentos de identificação étnico-
8 racial, que deverá prever possibilidade de apresentação de recurso perante”. Lembra que a
9 Resolução GR-074/2020 já regulamenta o processo de heteroidentificação, consolidando a
10 participação da comunidade negra da Unicamp, que foi construída coletivamente e que hoje ela
11 não está aberta ainda para os concursos, mas que garante essa representatividade de forma mais
12 equitativa entre os seus membros. E, além da resolução GR, também já foi aprovada pelo
13 Conselho Universitário a Deliberação Consu-A-006/2021, que dispõe sobre a adoção de cotas
14 para candidatos negros (pretos e pardos) em concursos e processos seletivos públicos da carreira
15 Paepe. Está destacando isso porque alguns dos seus artigos fazem menção, como no artigo 6º,
16 ao procedimento de heteroidentificação e alguns itens que não constam nessa minuta, que acha
17 que podem ser aperfeiçoados ou na resolução ou no documento que vai embasar. Se seguirem
18 da forma como está sendo estabelecido, terão um modelo de procedimento para graduação, pós-
19 graduação, colégios técnicos, um modelo para a carreira Paepe e vão ter um outro específico
20 para o ingresso desses e dessas docentes. Não houve nenhum tipo de ação nesses dois últimos
21 anos, mas, em algum momento, como já ocorreu historicamente, pode haver um
22 questionamento até do próprio Ministério Público por terem procedimentos diferentes e
23 composições distintas na Universidade. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA
24 SILVA diz que faz coro às professoras Debora e Silvia e parabeniza a proposta das cotas étnico-
25 raciais para docentes, que é histórica. No parágrafo 3º do artigo 8º, consta que “No decorrer do
26 programa piloto previsto nessa deliberação, caso os concursos destinados às vagas atribuídas
27 exclusivamente para candidatos negros (pretos e pardos) não tenham candidatos inscritos ou
28 aprovados, a comissão de acompanhamento e avaliação proporá a adoção de medidas
29 administrativas para cada vaga, submetendo a proposta à aprovação da Cepe”. Solicita um
30 esclarecimento sobre esse parágrafo, porque, por exemplo, se a sua unidade não tiver um
31 candidato ou candidata negra aprovado, a própria unidade poderia decidir fazer um outro
32 concurso exclusivo para candidato negro. Talvez a própria unidade pensar, porque ela conhece
33 a sua especificidade, sabe quais são talvez as disciplinas em que há mais probabilidade de ter
34 candidatos negros e negros aprovados. Pergunta se submeter a essa comissão de
35 acompanhamento para, então, passar na Cepe não burocratizaria ainda mais ou levaria ainda
36 mais tempo para que tivessem um candidato aprovado. O MAGNÍFICO REITOR lembra que
37 o concurso é geral, ou seja, a ideia é que ele tenha várias disciplinas e, portanto, ele não teria
38 um viés associado a uma disciplina específica. O objetivo é justamente ampliar a concorrência
39 nesse concurso. A unidade pode pensar essas disciplinas desde o início, não é algo que ela vai
40 pensar necessariamente *a posteriori*. Podem mudar isso, mas chama a atenção para o fato de

que não se trata de um concurso docente comum. A proposta é muito diferente de tudo o que já se fez em termos de concurso no Brasil, ele tem raia própria, e talvez seja isso o que deveriam discutir aqui, porque não é dado como certo que não haverá judicialização. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que entende, mas sua questão não é em relação a disciplinas, pois é um conjunto de disciplinas, mas a questão é dar autonomia à unidade para eventualmente fazer um segundo concurso, caso não tenha candidato ou candidata aprovado. O MAGNÍFICO REITOR diz que se trata do que fazer com a vaga se não for preenchida durante o período de dois anos que se tem para realizar esse concurso. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que vai justamente falar sobre o risco de judicialização e sobre o caráter inovador do modelo que foi proposto aqui. Antes disso, parabeniza pela proposta que consta da minuta, é uma questão que vêm discutindo já há algum tempo aqui no Consu. Desde que começaram a falar das 120 vagas, já havia essa discussão sobre a reserva de vagas para professores e professoras negras. Há aqui uma proposta de modelo que se apresenta como diferente de todas as experiências que existem no país, ele tem raia própria, para utilizar uma expressão que o professor Antonio José já empregou, e tem algumas dúvidas em relação a isso. Primeiro, a minuta faz o tempo inteiro referência às 120 vagas, para garantir as 24, portanto calculando os 20% a partir das 120 vagas, e indica quais são as disciplinas para possibilitar uma concorrência o mais ampla possível dentro dessa vaga que é reservada. Pergunta se o edital vai ser para todas as disciplinas para as quais a unidade vai fazer concurso, ou vai ser um edital específico para essa vaga reservada. E se os concursos têm que se dar concomitantemente ou não, justamente para, talvez, minimizar a possibilidade de uma judicialização. Pergunta também por que a deliberação entra em vigor a partir de maio, e se aprovando a minuta hoje não teriam como acelerar um pouco esse processo, inclusive porque também vão aprovar as vagas hoje. Imagina que todas as unidades estejam querendo fazer os concursos o quanto antes. O MAGNÍFICO REITOR responde que a preocupação aqui é específica com essas 24 vagas, porque serão concursos diferentes. Dessa forma, terão que fazer editais de concurso com características diferentes dos editais de concurso tradicionais, já que eles terão que ser amplos, terão essa verificação antes. É diferente do vestibular, não é *a posteriori*, é antes. Precisam tomar cuidado de não fazer uma comparação direta com as outras estruturas de inclusão que a Universidade tem, porque existem particularidades no concurso. A ideia de maio é para que possam amadurecer um edital que reduza ao máximo a chance de judicialização. Precisam de um tempo para que a Universidade crie um sistema e faça com que os concursos tenham esse caráter geral. A princípio, as 120 vagas vão ser contadas para que se garanta que dos 20% delas esteja uma por unidade, e o pacote foi apresentado dessa forma para que, na eventualidade de uma judicialização, tivessem uma justificativa com base nos 20% definidos por lei. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que sua pergunta é se vão fazer editais separados, como provar que aquela vaga está no bojo das 120. O MAGNÍFICO REITOR responde que a DGRH vai criar uma numeração das 120 vagas. Uma unidade que só tenha uma vaga vai ter que usar essa vaga para esse concurso de raia própria. Uma que tenha duas terá que necessariamente fazer uma vaga própria e outra ela vai escolher a disciplina que quiser e fazer um concurso no

padrão que ela quiser, como é o tradicional. Esses concursos serão diferentes e isso vai ser acompanhado pela DGRH, para começar no número 1 e terminar no 120, sendo que 24 vagas, uma por unidade, serão para esse concurso de raia própria. É esse o pacote e a ideia é que ele crie um mecanismo de defesa baseado na lei, que é 20% sem ter a necessidade de escolher o segundo, o terceiro, o quinto colocado que foi aprovado em outro concurso e abrindo a possibilidade de judicialização desse concurso em particular, porque estão criando um pacote de concursos dos quais 24 vagas, uma por unidade, serão especificamente para pretos e pardos, com pré-avaliação. Então, se a pessoa não passar pela comissão de averiguação, não será aceita a inscrição dela no concurso. É diferente, tem chances de judicializar, mas não no padrão que estão sendo judicializados alguns concursos federais, em que se questiona que o quinto é chamado e não o primeiro, por exemplo. Essa hipótese está excluída. Então, é uma forma diferente de ver algo, que é como poder fazer um concurso que tradicionalmente fazem por área específica, por disciplina específica e garantir cotas. Essa não é uma questão fácil de resolver, mas a ideia aqui é que seja possível resolver, que gerem concorrência, que as pessoas aprovadas se sintam bem, porque elas serão aprovadas em primeiro lugar. Isso não vai poder ser questionado em relação à sua competência de aprovação. Os outros também foram aprovados, mas sempre gera conflito porque não foram aprovados em primeiro lugar, por exemplo. E criar uma situação com disciplinas amplas, não só para ter concorrência, mas para que a chance de que alguém seja aprovado e evite uma vaga não ocupada seja a menor possível. Por exemplo, há pessoas que preferem estudo de química do que química quântica; na engenharia de alimentos, há pessoas que são mais de engenharia ou mais de tecnologia ou mais de ciência de alimentos. Essa diversidade enriquece a possibilidade de terem candidatos pretos e pardos. Obviamente, isso vai exigir uma banca diferente, não é a banca de um concurso normal, porque terão que considerar todas essas especialidades expostas. Vão ter que fazer averiguação antes, porque não querem que uma pessoa seja aprovada e não atenda aos critérios de fenótipo preto ou pardo na identificação. Portanto, a heteroidentificação é preliminar à aceitação da inscrição. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA faz uma sugestão no parágrafo 3º do artigo 8º, porque lhe parece que, no decorrer do programa, pode estar dentro do prazo de dois anos. Sua sugestão é iniciar o parágrafo com a seguinte redação: “Após o término do período do programa piloto previsto (...)”, em vez de “No decorrer (...)”, porque “no decorrer” pressupõe que está dentro dos dois anos. O MAGNÍFICO REITOR sugere “No decorrer do prazo de dois anos do programa (...)”. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que para ele o mais claro seria “Após o término do período do programa piloto previsto (...)”. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI pergunta se não pode ser “Ao final do programa (...)”. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS parabeniza o processo de distribuição de vagas em bloco, com a distribuição de uma grande quantidade de vagas para as unidades, que foi o que permitiu incluir essas vagas com cotas PP na distribuição. Inclusive o próximo item de pauta são as vagas para docente nível MS-3 PCD. Acha que essa separação de cotas, inclusive com esse concurso separado, além de talvez diminuir a judicialização, é uma mensagem importante que a Universidade passa, de que não está fazendo

1 somente algo que ela precisa fazer, chamar o quinto colocado, mas sim um concurso dedicado.
2 Imagina que, fazendo dessa forma, consigam mais inscritos com o perfil desejado. Ia perguntar
3 sobre a data de maio, mas a professora Andréia já questionou, e pergunta para a professora
4 Silvia Santiago se existe uma previsão de quanto tempo leva o trabalho da comissão de
5 identificação. Outra questão, pensando que esse é um concurso que vai ter uma vaga, mas que
6 talvez tenha um segundo colocado aprovado, é que imagina que tudo bem se usarem uma outra
7 vaga que a unidade tenha livre para chamar o segundo, assim como fazem hoje. Outra dúvida
8 é a seguinte, pensando no caso de unidades que não tenham nenhum professor negro, como foi
9 aqui comentado, e que talvez tenham alguma dificuldade para atrair pessoas com esse perfil
10 para o concurso, se é uma vaga por unidade ou são 24 vagas. Se uma unidade tem duas pessoas
11 aprovadas nesse concurso com cota, e tem outra que não está conseguindo, pergunta se pode
12 haver uma troca de vaga entre unidades para que uma unidade contrate dois. O MAGNÍFICO
13 REITOR diz que a princípio a ideia seria uma vaga por unidade, para garantir que o perfil vá
14 mudando em todas as unidades, e uma vez concluindo que o piloto funcionou, poderiam
15 reproduzir o pacote outras vezes. Observa que estão trabalhando com uma questão que tem um
16 grau de incerteza, o desejo é ampliar as chances de dar certo, por isso fizeram dessa forma, mas
17 não é algo que tenha garantia plena. A ideia não era realmente haver transição. A questão de se
18 podem usar uma outra vaga para o segundo colocado vai deixar para que a doutora Fernanda
19 responda depois. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES parabeniza a
20 iniciativa, é momento muito feliz para a Universidade, e solicita que futuramente isso também
21 possa ser transposto para os colégios técnicos, até por uma questão de educação dos alunos, que
22 hoje entram nos colégios aos 14, 15 anos, e só veem professores brancos, em sua maioria. Há
23 cotas para estudantes negros de escola pública que chegam a 70% das vagas, mas esses alunos
24 e alunas, quando veem o corpo docente, ficam se perguntando onde estão os docentes negros e
25 negras. Torce muito para que o modelo funcione, e gostaria que antes desse prazo de dois anos
26 pudesse ser implantado também nos colégios técnicos. O Conselheiro NOEL DOS SANTOS
27 CARVALHO parabeniza esta gestão, diz que entrou na Unicamp em 2015 e realmente viu
28 avançar enormemente a questão da inclusão étnico-racial na Universidade. Desde a entrada por
29 cotas de alunos, depois Carreira Paepe e agora discutindo em relação aos concursos docentes.
30 Faz coro à fala do professor Francisco, acha que precisam ampliar essa discussão para os
31 colégios técnicos e também para os pesquisadores. Tem uma dúvida de como isso será
32 operacionalizado dentro das unidades, pois dentro de cada uma delas uma vaga é uma luta. Em
33 um instituto como o IA, por exemplo, com déficit enorme de professores, a demanda é
34 gigantesca. Fica pensando como operam isso em cursos, por exemplo, como o de Comunicação
35 Social, em que cada vaga é muito específica, é uma especialidade, ou produção, ou fotógrafo,
36 ou roteirista etc. Não têm nem condição de, por exemplo, como na carreira de Ciências Sociais,
37 criar alguma coisa como estudos de relações étnico-raciais e especificar essa vaga. No caso do
38 Instituto de Artes, no curso de Comunicação Social, tudo é muito especializado, portanto tem
39 dúvida se isso foi pensado. O MAGNÍFICO REITOR responde que não nesse nível de detalhe.
40 Imagina que vá haver dificuldade nos institutos e faculdades que tenham vários cursos, mas

1 deixaram uma margem de liberdade às unidades. Participou de um processo de seleção de
 2 professores para o Programa de Bioenergia, foram dez vagas, em unidades compartilhadas. A
 3 pessoa aprovada seria alocada em uma unidade, mas a banca poderia envolver mais de uma
 4 unidade. Na FEA, por exemplo, houve concursos em que a vaga era da faculdade e não do
 5 departamento, então depois que a pessoa foi aprovada é que ela escolheu o departamento.
 6 Existem soluções que estão fora do tradicional que fazem, mas podem formatar. O IFCH, por
 7 exemplo, pode alocar para Filosofia, Sociologia, História, ou pode fazer um único concurso
 8 para todo o Instituto, e quem for aprovado, se for historiador e quiser ficar no Departamento de
 9 História, poderia. A dificuldade de fazer isso é montar uma banca que possa julgar essa
 10 diversidade de candidatos. Então, existem questões que não conseguem responder aqui, isso
 11 afetará algumas das unidades da Unicamp, mas não conseguiram resolver todos os problemas,
 12 estão querendo resolver alguns. Primeiro, querem inclusão, pelo menos um docente negro, preto
 13 ou pardo, por unidade, e a melhor forma para isso é fazer um concurso de raia própria. No
 14 entanto, podem não ter candidato, por não ter em determinada área ninguém com doutorado
 15 para prestar o concurso, então precisam fazer um concurso amplo. Foram determinantes estes
 16 critérios: ter inclusão, ter concorrência e garantir que a chance de alguém aprovado seja maior.
 17 Não resolve tudo, gera problemas, no sentido de definir a banca, mas acham que isso conseguem
 18 resolver. Existem duas soluções possíveis para essas unidades que tenham vários cursos: a
 19 primeira é juntar várias disciplinas e fazer um único concurso, e depois a pessoa escolhe o
 20 departamento a que ela se vincula. A hierarquia que estão estabelecendo é a de que é mais
 21 importante ter um docente preto e pardo na unidade do que em um departamento específico.
 22 Outra hipótese é a unidade que já tenha alguns docentes negros escolher uma área específica
 23 para realizar o concurso, mas a ideia é que seja um concurso genérico para que haja maior
 24 chance de ter inscritos. O Conselheiro NOEL DOS SANTOS CARVALHO pergunta se o
 25 concurso pode ser feito para a Carreira MA. O MAGNÍFICO REITOR responde que no
 26 momento só MS. Tanto a observação do professor Noel quanto a do professor Francisco são
 27 completamente legítimas. Pensaram em um teste que era o mais fácil de fazer pela dimensão
 28 do número de vagas que poderiam abrir de uma vez. Não é a única solução possível, e talvez
 29 possam pensar em outras para concursos específicos. Quiseram tentar uma solução diferente
 30 para a maior carreira docente na Universidade. O processo de inclusão tem que continuar e ele
 31 terá versões diferentes para pesquisador, para outras categorias. O Conselheiro FERNANDO
 32 AUGUSTO DE ALMEIDA HASIMOTO diz que ia perguntar sobre a data, mas já foi
 33 esclarecido a partir do questionamento da professora Andréia. Reforça seu apoio à proposta, e
 34 acha que um componente importante, que não podem perder de vista, é que raramente possuem
 35 esse montante de vagas. Não possuem no horizonte uma possibilidade de fazer esses concursos,
 36 e mesmo com o risco de judicializar, acha que vale muito a pena a Universidade correr esse
 37 risco, porque está sendo muito bem orientado. Mostra que a Universidade tem uma política
 38 clara para isso, e a Unicamp volta a ter esse protagonismo. É uma pena que vai ser só depois de
 39 maio, porque já começaram a discutir a vaga no Instituto de Artes, junto com os chefes do
 40 departamento. Mas agora entendeu que tem que ser, de fato, a partir de maio de 2025. O

1 Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR manifesta apoio à proposta, e a questão
2 que vai colocar é essa do concurso generalizado. A FOP já tem uma regra própria, aprovada em
3 congregação, essas vagas já são distribuídas anteriormente, por critérios próprios, para abrir um
4 concurso em determinada área, de determinado departamento. Pergunta se isso não é uma regra
5 que tem que ser obedecida, se é apenas uma sugestão de que seja feito um concurso ampliado.
6 Podem tentar fazer um concurso direcionado para determinada área e, se não houver inscrições,
7 vão ampliando isso aos poucos, dentro do próprio departamento, para que tenham um concurso
8 com inscrição, embora ache que vá ter inscrições. Sua pergunta é se podem direcionar dessa
9 forma, para não precisar voltar esse assunto à congregação da FOP para depois criar um
10 concurso generalizado. Então, gostaria de seguir o que a FOP já faz e não diferenciar esse
11 concurso dos outros. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia era realmente fortalecer a noção
12 de um concurso geral, privilegiando a inclusão. A pessoa pode passar em uma área que, a
13 princípio, não precisaria de professor, porque normalmente as pessoas vão definindo as áreas
14 de acordo com áreas em que saíram pessoas, em que ocorreram aposentadorias, também com
15 relação a áreas em que elas querem investir mais em pesquisa ou formação. A ideia era que isso
16 fosse secundário em relação à questão da inclusão. Viveu isso na FEA, a briga que existe entre
17 os departamentos para definir vaga. Observa que inicialmente não eram 120 vagas, pensaram
18 em 120 para garantir as 24 da cota, ou seja, fizeram a construção a partir do que queriam até o
19 início, para ficar uma vaga por unidade. Se é possível seguir desse jeito, seria o ideal para
20 garantir uma chance maior de sucesso. Ou seja, estariam chamando os departamentos das várias
21 unidades a considerar que é mais importante terem alguém que represente esse processo de
22 inclusão, mesmo que ele seja de uma área que já tem um excesso de professores. O Conselheiro
23 FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que sua dúvida é se um edital muito amplo não
24 poderia afugentar candidatos, porque vai estar em uma gama de disciplinas cuja maioria não
25 domina para prestar um concurso. Talvez se inverta a razão dessa lógica. O MAGNÍFICO
26 REITOR diz que é um risco, é algo que podem discutir aqui, e como disse anteriormente, não
27 possuem solução para tudo. A ideia é que seria mais fácil compor uma banca com esse perfil
28 do que definir uma área específica e não ter inscritos. Reconhece que há um elemento de
29 incerteza e de risco nisso, é uma questão de definir, na hierarquia de questões que devem
30 resolver, quais são as mais importantes, quais estão mais fora das mãos da Universidade do que
31 dentro. Não podem definir quem vai se inscrever no concurso, mas podem definir o tipo de
32 concurso que desejam fazer, e obviamente isso pode afetar os inscritos. A origem da dúvida do
33 professor Flávio é legítima, mas não conseguem resolver tudo; ao limitar, a chance de não ter
34 inscritos aumenta também. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA
35 parabeniza pela proposta, que já vem sendo delineada há bastante tempo aqui no Consu.
36 Existem dúvidas importantes, e comenta, em primeiro lugar, o problema das disciplinas. Acha
37 que o fato de estar escrito “disciplinas gerais” resolve, porque uma disciplina pode ser
38 específica do ponto de vista do conteúdo, mas ela é geral para o curso. Quem vai resolver isso
39 é a congregação e a política do instituto ou da faculdade em relação a essa questão. Pode haver
40 vários critérios, pode haver um critério de uma disciplina que sirva vários cursos, se a unidade

1 tiver vários cursos, ou podem ter outros critérios. Há uma grande dose de autonomia para as
 2 unidades, então acha que isso não é um problema. E não está dito que não tem que ter
 3 especialidade, está dito “disciplinas gerais”, então quem vai decidir são as unidades. O seu
 4 segundo ponto é em relação à importância da comissão de heteroidentificação. Seria melhor
 5 que não abrissem flanco para diversos modos de constituição dessa comissão de
 6 heteroidentificação, se já existe um tipo de procedimento dentro da Universidade em relação a
 7 isso. Solicita esclarecimento à Procuradoria Geral em relação a isso. Outro ponto é o tempo do
 8 concurso; talvez esses concursos deveriam ser realizados ao mesmo tempo, para evitar
 9 judicialização, dado que eles são um bloco de vagas, e isso pode ajudar a configurar um edital,
 10 de fato, para um conjunto de vagas. O MAGNÍFICO REITOR lembra que essas vagas serão
 11 numeradas. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que o tempo é
 12 sempre um problema nos editais. O MAGNÍFICO REITOR diz que é mais difícil convergir o
 13 tempo, dada a diversidade das unidades, do que numerar e deixar claro que é um conjunto de
 14 vagas. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA celebra o que já fizeram
 15 na reunião de hoje, acha que é um dia histórico, por vários motivos. E é muito bom que emende
 16 com o assunto de trazer mais cor para o corpo docente, uma questão essencial. Reforça um
 17 ponto que foi levantado: claramente não houve maldade, mas houve um descuido de os colégios
 18 não estarem contemplados. O MAGNÍFICO REITOR observa que são carreiras diferentes, e
 19 farão primeiro para a Carreira MS. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA
 20 CUNHA diz que é importante que seja prioridade para todos os conselheiros que estiverem aqui
 21 lembrar que precisa ser aplicada alguma coisa parecida nos colégios também. Especialmente
 22 pela faixa etária dos alunos, é ainda mais importante resolver isso nos colégios. Gosta da
 23 solução da raia única, mas se acostumaram tanto com a sigla PPI que está sentindo falta do I.
 24 Não consegue entender que não seja uma boa estratégia, nesta raia única, ter a população que
 25 provavelmente vai ter menos candidaturas possíveis, mas a ideia de fazer só com o PP e
 26 eventualmente pensar depois em uma solução parecida para I vai ser ainda mais complicado,
 27 se boa parte da preocupação é o risco de faltarem candidatos. Então lhe pareceria mais natural
 28 que essa raia exclusiva permitisse que outra questão delicada também fosse eventualmente
 29 resolvida junta. Provavelmente alguém já pensou sobre isso, então faz esse questionamento de
 30 por que PP e não PPI. Em seguida, solicita a palavra à professora Silvia Gatti. A Professora
 31 MARIA SILVIA VICCARI GATTI parabeniza a Universidade por essa ação, que na sua
 32 concepção já deveria ter acontecido há muito tempo. Simbolicamente, este assunto está sendo
 33 discutido no dia em que concederam o título de Doutor *Honoris Causa* para Milton Nascimento.
 34 Acha que os detalhes podem ser bem administrados. Devem lembrar de 2016 e o que
 35 significaram as cotas étnico-raciais aqui na Universidade, aquilo que ela evidenciou, a questão
 36 da branquitude. Quando ainda estava atuante na graduação, ia muito ao restaurante
 37 universitário, e gostava de ir lá porque é onde está a diversidade. Quando os alunos começaram
 38 a usar saias, cabelos coloridos, aquela coisa que a chocava, até pela sua idade e formação, teve
 39 que olhar para eles com um olhar de acolhimento, e isso foi mudando a sua forma de se
 40 relacionar com a própria Universidade. Acolhimento também será importante para esses novos

1 docentes, a quem já convida antecipadamente para se associarem à ADunicamp. Como já
2 vivenciaram esse período de 2016 até 2024, acha que vão saber acolhê-los, mas devem estar
3 preocupados com isso. Gostaria de ver esse programa ampliado; fez uma conta rápida e se
4 mantiverem um programa como esse em cinco anos, chegarão a mais 120 docentes negros na
5 Universidade, mesmo podendo acontecer ingresso para outros concursos. Se esta Casa pudesse
6 pensar, talvez, já no ano que vem, em ampliar, podem chegar a números melhores e deixarão
7 de se envergonhar em relação ao número de docentes pretos e pardos, e fundamentalmente
8 também os indígenas. O MAGNÍFICO REITOR diz que o desafio, neste caso, é aumentar o
9 número de vagas na graduação. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que viu
10 as propostas de graduação e tem uma certa preocupação com elas. O MAGNÍFICO REITOR
11 diz, respondendo ao professor Marcelo Cunha, que em relação ao I da sigla houve uma mudança
12 do percurso indígena e oito vagas docentes foram atribuídas a ele. Proporcionalmente é até
13 bastante, dado o número de alunos de graduação envolvidos com as duas questões étnicas. O
14 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que este é um dia muito
15 auspicioso, porque estão mostrando claramente que a Universidade vai avançando e esse
16 processo de avanço é irreversível. Estão começando uma coisa nova, um concurso em uma raia
17 específica, já que os outros concursos que acontecem no Brasil são de ampla concorrência e
18 têm um nível de judicialização muito alto. A experiência da Unicamp com as bancas de
19 heteroidentificação está, no seu entender, muito solidificada, acha que não terão nenhum
20 problema no nível de judicializar esse concurso, porque ele está com um perfil muito bem
21 amarrado. É óbvio que sempre pode haver problemas, mas acha que vão ter poucos problemas
22 nessa área. Esse é o primeiro *shot* de vagas e haverá mais, a partir do momento em que fizerem
23 a avaliação, que tem certeza de que vai ser muito bem-sucedida. Possuem uma densidade cada
24 vez maior de profissionais pretos e pardos qualificados que vêm aparecendo, porque os
25 programas de pós-graduação estão se abrindo, então tudo isso, na verdade, vai aumentando a
26 densidade de pessoas pretas e pardas qualificadas. Está muito otimista, não acha que terão
27 problemas relacionados ao número de pessoas que vão concorrer, e em algumas áreas vão ter
28 algumas surpresas. Certamente vai ser caso de estudo no Brasil, porque é o primeiro exemplo
29 de um concurso com uma montagem tão específica, e tem certeza de que, daqui a dois anos,
30 vão colher os resultados exitosos do concurso. Devem, ao longo do tempo, começar a montar
31 as outras experiências para que aumentem consideravelmente o número de professores pretos e
32 pardos no corpo docente da Universidade. Hoje eles estão em torno de 100, é um número
33 pequeno, e acha que a tendência natural é fazer esse crescimento. A Universidade está
34 avançando muito, fica muito contente com isso e apoia efusivamente a proposta. A proposta de
35 PPI também veio nas conversas, ela acabou ficando um pouco em *stand by*, mas acha que mais
36 tarde vão ter que considerar. Como disse o professor Antonio José, já consideraram isso para o
37 percurso, pessoas mais especializadas na área de trabalho indígena com a comunidade de
38 alunos, mas obviamente terão que evoluir. Há muita coisa para fazer e é realmente fundamental
39 manter a direção, não ter retrocessos, ir caminhando para que façam realmente uma
40 Universidade diversa em todos os seus aspectos. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA

1 COSTA BRITO diz que é muito importante que a Universidade tenha cotas para docentes, e
 2 referenda o que a professora Debora coloca, que é a questão de não se sentirem identificados
 3 com o local em que estão. As pessoas pretas e diversas lidam bastante com esse problema, pois
 4 saem de periferias onde a maior parte das pessoas se parece com elas e chegam em um espaço
 5 onde a maior parte das pessoas não se parece com elas. Então é uma quebra, um choque cultural
 6 muito grande, e acha que vai ser difícil para esses professores estarem nesse lugar também.
 7 Entende que os estudantes que vieram antes dela com certeza tinham mais dificuldades, mas
 8 graças à luta deles hoje lidam um pouco melhor com isso, porque convivem com três, às vezes
 9 seis pessoas negras em sala de aula. Já para um docente vai ser mais difícil, por isso é importante
 10 ter políticas para a questão da saúde mental, da permanência desses docentes na Universidade.
 11 Referenda também o que o professor Francisco coloca sobre a extensão disso para os colégios
 12 técnicos, lembrando que diversas conquistas da Universidade não são aplicadas para os colégios
 13 técnicos, como o restaurante aos fins de semana. Sobre a possibilidade de não haver procura
 14 por essas vagas, devem entender que a permanência estudantil é importante para garantir que
 15 se formem novos professores que no futuro prestarão esse concurso para serem docentes da
 16 Universidade. A maior parte da população brasileira é negra, portanto não faria sentido não
 17 haver uma procura grande por essas vagas, a não ser pelo fato de que a maior parte dessas
 18 pessoas negras está no chão de fábrica, trabalhando para sustentar este país, mas elas devem
 19 estar cada vez mais ocupando o espaço da Universidade também. A bancada discente tem um
 20 documento, junto ao movimento negro, sobre a questão das cinco cadeiras para a banca de
 21 heteroidentificação. Aham que deveriam ser dez, inclusive considerando o que a professora
 22 Silvia colocou sobre isso. Não estão falando de uma maneira técnica sobre os professores, sobre
 23 a atuação deles, estão fazendo apenas uma análise sobre as cotas mesmo, sobre o fenótipo dos
 24 candidatos. Então não seria um problema ter mais de uma representação estudantil nessa banca,
 25 até porque o corpo estudantil contém a maior parte das pessoas diversas desta Universidade.
 26 Essa é uma reivindicação da bancada, falaram disso na inauguração do Neab e possuem esse
 27 documento onde rebatem várias coisas que estão colocadas na minuta que está na pauta de hoje.
 28 Acreditam que possa haver um contato mais aberto com o movimento estudantil e com o
 29 movimento negro para aprofundar o procedimento das cotas para docentes, tendo em vista que
 30 a primeira cota foi implementada para estudantes e existe um acúmulo importante sobre isso.
 31 A bancada discente reivindica duas cadeiras na banca e observa que essa é uma discussão que
 32 vai continuar por um longo tempo na Universidade, e ela tem que ser feita de uma forma mais
 33 aprofundada e qualificada junto ao movimento negro e ao movimento estudantil. A Conselheira
 34 MÔNICA ALONSO COTTA parabeniza a iniciativa; diz que sempre olha a diversidade de
 35 todos os ambientes que frequenta e o impacto que traz um ambiente onde não se vê diversidade.
 36 Acha que devem valorizar isso sempre, mas vai trazer algumas dúvidas sobre questões técnicas.
 37 Uma, por exemplo, que o professor Ricardo apontou, é se o programa PP está aberto a qualquer
 38 nacionalidade. Outra é em relação às datas, e vai incluir a cota PCD aqui, porque são dúvidas
 39 similares: uma delas é em maio e a outra é só em agosto. Pelo que entendem do documento,
 40 poderiam abrir as vagas de ampla concorrência já, só que isso traz uma preocupação porque a

vaga PCD teriam que esperar até agosto para abrir. No caso do IFGW, são seis vagas, uma PP, então são cinco vagas de ampla concorrência e essas cinco poderiam contemplar PCD, mas precisam esperar até agosto. Pergunta até que ponto podem abrir um edital hoje e, caso haja um PCD, trazer essa vaga para dentro de um concurso de ampla concorrência, por exemplo. Essa logística não está clara para eles e a preocupação é que iniciando o concurso em agosto, essa pessoa só vai ser contratada em março de 2026. Então há um prazo bastante grande para que as coisas ocorram. O MAGNÍFICO REITOR diz que esse aspecto não havia lhe ocorrido, vai pensar sobre isso durante a reunião, mas observa que a base de cálculo é um pouco diferente: para pretos e pardos é 20% de 120 vagas, e PCD está baseado no número total; são 24 vagas, mas é baseado no número total, porque é 5%. O Conselheiro MARCOS NOGUEIRA MARTINS parabeniza a Unicamp por essa iniciativa, que é muito louvável, e diz, sobre o eventual problema do excesso de abertura do concurso das áreas e disciplinas, que no Instituto de Física da USP há algum tempo adotaram concursos supradepartamentais para ampliar a competitividade dos concursos. Isso foi algo que ocorreu não sem alguma resistência, mas conseguiram implementar para concurso tanto de ingresso quanto de titular. Recorda-se de um concurso de titular na área de Física, que engloba desde cosmologia até nanomateriais, passando por muitas áreas diferentes, e a reclamação que havia é que abrir um concurso geral traria dificuldade em montar a banca. O fato é que montaram as bancas, elas funcionaram perfeitamente, nunca tiveram problemas de judicialização, deu tudo muito certo. Acha que essa direção que a Unicamp está tomando vai dar muito certo também; demoram para se acostumar com as novidades, mas conseguem fazê-las funcionar. O MAGNÍFICO REITOR diz que algumas unidades da Unicamp já possuem experiência de fazer concursos genéricos de professor titular, e elas podem ser uma espécie de farol a ser seguido nessa iniciativa agora. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz, em relação ao procedimento de heteroidentificação, que a Resolução GR-074/2020 desenhou esse procedimento especificamente para o ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade; depois, em 2021, a Deliberação Consu-A-006/2021 aprovou as vagas reservadas para ingresso na Carreira Paepe e lá fez referência a um processo de heteroidentificação, mas sem especificar detalhadamente como isso ia ocorrer, por isso se adotou essa Resolução GR-74/2020. Ano passado, a DeDH encaminhou uma proposta de atualização dessa resolução para incluir também os procedimentos de concursos e processos seletivos. Isso está em tramitação, despacharam a última análise da versão na semana passada. Este ano o Consu aprovou vagas reservadas também na carreira da PG, mas especificou uma banca para esse tipo de ingresso e agora está sendo aprovada essa deliberação Consu. No que se refere à normativa, o que o Conselho Universitário especificar vai ter que ser observado nas resoluções GR que vierem. Não há necessidade de ter uma única resolução, pode haver mais de uma resolução para disciplinar isso, mas também pode ser feita uma só. O encaminhamento que está se dando no momento é uma única resolução GR que vai disciplinar todos os procedimentos. Na USP, identificou que são duas resoluções, uma para ingresso na graduação e uma para ingresso em concursos para cargos, portanto não há problema em ter duas. O outro ponto é o uso da vaga para outro

1 concurso, eventualmente, e observa que aquele mesmo parágrafo 3º do artigo 8º mencionado
2 pelo professor Petrilson especifica essa permissão. Se uma unidade não conseguir nenhum
3 candidato ou não houver nenhum candidato aprovado no período de dois anos, a Cepe vai poder
4 decidir se isso vai ser aproveitado em um concurso de outra unidade. Então, em tese vai ser
5 possível esse aproveitamento; está em aberto porque, como é um modelo, vai depender muito
6 da situação, do momento, e a Cepe vai poder decidir. Então, acredita que haja essa
7 possibilidade. Sobre o outro ponto levantado pela professora Mônica, entende que o controle
8 desse projeto vai se dar pela numeração do cargo. Por isso vai ser muito importante ter esse
9 controle do número dos cargos que estão sendo aprovados aqui, e não exatamente pelo
10 momento da realização do concurso, até porque cada um vai ter seu tempo. Vai ser importante
11 que a Universidade divulgue essa numeração, como está o andamento de cada concurso, pois
12 se houver uma transparência, uma divulgação do que está sendo executado, vai dirimir qualquer
13 dúvida com relação ao cumprimento da norma. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA
14 diz que sua pergunta foi no seguinte sentido: a deliberação para cotas PCD vale a partir de
15 agosto, está previsto que todos os editais a partir de agosto vão contemplar isso. Porém, o IFGW
16 tem vagas de ampla concorrência que a princípio já foram aprovadas, então se a Unidade quiser
17 abrir um concurso antes disso, não terá a possibilidade de inclusão dos PCDs, porque está
18 utilizando um cargo dessas 120, só que sem a previsão de PCD. Sua pergunta é se podem,
19 havendo PCD aprovado em terceiro, quarto lugar nesse concurso, utilizar essa vaga. A Doutora
20 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que entende que não, porque não vai
21 abrir com cota reservada ainda para PCD. Ele pode até ser admitido, mas não vai ser computado
22 como cota, porque essa cota PCD ela está usando como parâmetro o total do quadro docente,
23 não só essas 120 vagas. O parâmetro das 120 vagas é só para as cotas PP. Acredita que o
24 problema seja a adaptação dos editais, do sistema de inscrição, porque vai ter que montar uma
25 banca etc. O MAGNÍFICO REITOR acrescenta que as provas também precisam ser adaptadas
26 às pessoas que se inscreverem, precisam criar as condições para isso. No caso da pessoa que
27 passar na ampla concorrência, como o concurso tem uma validade, pergunta se haveria
28 problema de ela, a partir de agosto, ser chamada. Talvez seja essa a dúvida. A Doutora
29 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que não seria vaga reservada; a
30 pessoa pode ser admitida com aproveitamento de cargo, mas não é computada como vaga
31 reservada, porque teria que ter a vaga reservada no concurso. A Conselheira MÔNICA
32 ALONSO COTTA diz que terá que explicar para o chefe de departamento que, se quiserem
33 maximizar as chances de ter PCDs, terão que esperar até agosto, sendo que poderia abrir, em
34 princípio, cinco vagas em dezembro. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia das cotas PCD,
35 pelo menos é o que está expresso na minuta, são concursos gerais em que, aprovado um PCD,
36 seja em segundo lugar, terceiro, quarto ou quinto, por exemplo, o primeiro é chamado na vaga
37 de abertura do concurso e esse que passou é chamado para uma vaga extra. Criaram 24 vagas
38 extras para a contratação dessas pessoas. É uma abordagem diferente do concurso de pretos e
39 pardos. Se entrar em primeiro lugar um PCD e no segundo outro PCD, um ocupou a primeira
40 vaga, que é livre concorrência, o segundo ou terceiro ou quarto vai para outra vaga extra. O

1 Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que as unidades só poderão fazer
2 concurso a partir de agosto para todas as vagas que já foram aprovadas. O MAGNÍFICO
3 REITOR sugere que discutam os concursos com cota PCD no item seguinte, correspondente ao
4 assunto. A proposta da professora Silvia Santiago é que incluam na comissão, além de uma
5 pessoa de cada área e da coordenação da CGU, o Neab. Pergunta se há alguma discordância a
6 respeito disso, e parece haver consenso. Está querendo concentrar uma eventual divergência no
7 ponto da montagem da comissão, que é o parágrafo 1º do artigo 4º; a proposta apresentada está
8 sujeita a discussão, podem mudar hoje, ou podem aprovar, e como o prazo é maio, há ainda o
9 Consu de março para mudar isso. O que a minuta propõe é que quem indica é a Cader, da
10 DeDH, então o local de sugestão da comissão não mudou. O que fizeram aqui foi propor três
11 servidores efetivos da Universidade, não estão discriminando se é servidor, se é professor, se é
12 pesquisador. Pode ser uma combinação dos três, por exemplo. Também um membro da
13 sociedade civil organizada e um membro da comunidade discente, e acha que a grande diferença
14 está aí, em um membro da comunidade decente. Na avaliação da Reitoria, o risco de judicializar
15 o concurso em função da comissão de heteroidentificação é maior. Se o Conselho Universitário
16 achar melhor decidir que é exatamente igual, ele pode, mas deixa claro que a comissão que vale
17 hoje para o vestibular não foi decidida no Consu, foi uma decisão do Gabinete do Reitor.
18 Portanto, ela tem menos peso que uma decisão dessa aqui. Podem decidir que tenha um discente
19 da pós-graduação, um discente da graduação, mas tanto a Administração como a própria PG
20 têm uma preocupação de que isso tem a chance de gerar mais ruído. A Conselheira SILVIA
21 MARIA SANTIAGO diz que a preocupação da Cader, quando pediu para trazer a proposta de
22 manter como está sendo feito, é exatamente judicialização. Acha que há um entendimento
23 equivocado de que as bancas de heteroidentificação participam dos concursos, e elas não
24 participam. Faz muitas bancas de heteroidentificação e seria inadequado se participasse de um
25 concurso que não tem nada a ver com a sua área. Participa como membro da comissão de
26 heteroidentificação daquele momento, e não há diferença entre os membros, o que os une é a
27 formação que fazem para o procedimento. Por isso a USP teve tanta judicialização este ano, e
28 aquela universidade tem convidado os servidores da Unicamp para fazerem com eles as bancas
29 de heteroidentificação. A grande questão são os pardos, e a formação para essa definição mais
30 precisa é o que tem garantido que o processo na Unicamp esteja sendo muito bem feito.
31 Portanto, não mexeria, ainda mais porque a heteroidentificação vai acontecer antes do concurso,
32 então ela vai acontecer com muitos candidatos. Pode haver uma judicialização inicial e o
33 concurso não vai nem conseguir acontecer. A Cader está oferecendo a sua *expertise* de muitos
34 concursos feitos nos últimos dois anos com heteroidentificações que não sofreram
35 judicialização. Isso não é sorte, é qualidade do procedimento. Fizeram o vestibular do ano
36 passado sem nenhuma judicialização, também realizaram todos os concursos Paepe desde 2022
37 sem nenhuma judicialização. Estão oferecendo isso para a Universidade no momento em que
38 ela terá cotas para docentes, e poder participar deste momento é uma honra para a Cader, é uma
39 honra para o pessoal da Cavu. Também é relevante a participação do Neab na avaliação. A
40 Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY diz que é importante ressaltar que o

procedimento de heteroidentificação é uma validação da autodeclaração, não tem relação nenhuma com o processo do concurso. A doutora Fernanda destacou há pouco o histórico de organização do procedimento que foi construído coletivamente, e a professora Silvia mencionou que o modelo da Unicamp é um exemplo para o país, a formação dos membros, a composição da comissão. Portanto, há todo um histórico e uma iniciativa e acha que seria importantíssimo manter a Resolução GR-074/2020. Para referendar o porquê saiu uma resolução GR, observa que estão aqui avaliando a ponderação de uma judicialização, e iniciaram um procedimento de heteroidentificação nesta Universidade à revelia da própria Procuradoria Geral. Um grupo de pessoas, algumas estão aqui presentes, fez um levantamento e um trabalho exatamente ponderado para que não incorressem em processos de judicialização. Acompanha esse processo desde 2019, entende que um edital como esse gera uma preocupação por parte da Universidade, mas, como destacou a professora Mônica, podem ampliar essa judicialização se demorar para que esses concursos aconteçam. O professor Fernando Sarti e sua equipe conduziram o processo de construção desta proposta, não só da minuta, mas também da distribuição das vagas. As diretoras e os diretores das unidades já têm esse amadurecimento, as unidades já sabem que essas vagas vão chegar, portanto entendem que não precisam esperar todo esse tempo, até o mês de maio, para que o processo aconteça. Caso haja unidades em dúvida, podem, e têm feito isso, se reunir e subsidiar esse processo, até para dar apoio a todos os órgãos envolvidos nesse processo. Se há essa abertura e existe uma resolução GR, que se mantém por conta de uma decisão da Reitoria anterior, que tinha exatamente esse temor da judicialização, já possuem dados mostrando que isso não referenda. Acha que poderiam excluir na minuta a sugestão de número de componentes da comissão, assim como que a resolução do Reitor estabelecerá os procedimentos de identificação, porque a Resolução GR-074/2020 já prevê tudo isso, inclusive como o procedimento vai acontecer, o número previsto, a questão de quem incorrer em má-fé, qual é a tratativa que vai ser feita, quais são os órgãos que estão envolvidos, como a Universidade vai compor e qual é o papel da Cader e da DeDH. Dessa forma, entende que não precisam novamente apreciar essa documentação; o que podem fazer é um amadurecimento de uma resolução GR para uma deliberação. É um outro caminho, não é o caso que estão discutindo aqui, mas já possuem todas essas tratativas construídas conjuntamente. Acha que passar essa prerrogativa para o Reitor pelo fato de ser um concurso de docentes inviabiliza o que estão construindo aqui agora. Quer dizer que a Reitoria tem a prerrogativa de definir como o procedimento vai acontecer ou não. Sabendo que isso já está pronto e que, de acordo com a doutora Fernanda, não há problema em reafirmar a resolução, já que o procedimento de heteroidentificação, como está bem definido na resolução GR, está constituído para validar a autodeclaração, apenas isso, ele não vai interferir em nada na decisão do concurso como um todo. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que a composição da comissão está definida, o Reitor não pode mexer. A sugestão de composição alternativa é uma resolução do Reitor, e tem obviamente um peso menor do que uma decisão aqui. Uma diferença entre o caso docente e o caso discente é que no concurso docente a avaliação é feita antes do concurso e no caso discente é feita depois do vestibular. Algumas sugestões feitas aqui não geraram

divergência, como a inclusão do Neab e a questão dos dois anos, então solicita que já sejam incorporadas à votação. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que há algumas correções a serem feitas na minuta: no artigo 4º, quando se faz menção ao inciso II do artigo 2º, não há inciso II, é parágrafo único. Essa correção deve ser feita no *caput* do artigo 4º, no *caput* do artigo 6º e no *caput* do artigo 7º. Em relação às sugestões feitas pelos conselheiros e acatadas de forma consensual, há a correção sugerida pelo professor Petrilson e no artigo 8º, parágrafo 1º, a inclusão de indicação de representação docente do Neab. O MAGNÍFICO REITOR pergunta à doutora Fernanda se há algum conflito em tirar a menção à composição do artigo 4º, parágrafo 1º, e estipular que isso é de acordo com a Resolução GR-074/2020. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que pode ser, mas não faria referência ao número da resolução porque ela está sendo objeto de mudança, inclusive por proposta da Cader. Então, teria que mencionar “resolução GR” ou, se citá-la, fazer referência a posteriores modificações, porque ela provavelmente vai ser alterada. Fica a critério do Conselho Universitário. A Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY sugere “a resolução GR em vigência”. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a resolução vai estabelecer esse procedimento, e a proposta que está sendo encaminhada para mudança abarca todos os procedimentos para todas as formas de ingresso. Não está havendo uma proposta separada, então não vê problema, podem manter o artigo 4º como está. Se o Consu quiser delegar à resolução GR a disciplina de todo esse processo, tira-se o 1º parágrafo, teria que redigir novamente o segundo ou o terceiro, ou tira-se tudo e deixa só o quarto. A Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY diz que a sua sugestão seria manter o que estava predisposto, porque até o presente momento não há uma nova resolução GR, ela está em discussão. No dia de hoje, o que possuem é a Resolução GR-074/2020; ela vai ter uma nova disposição, e assim que for alterada, essa minuta pode ser modificada. O MAGNÍFICO REITOR diz que então a sugestão seria, no parágrafo 1º: “A banca de que trata o *caput* deste artigo deverá ser composta de acordo com a Resolução GR-074/2020”. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO observa que se mencionarem o número da resolução, a deliberação já nasce desatualizada, por isso sempre fazem uma norma mais genérica. O MAGNÍFICO REITOR solicita à doutora Fernanda que formule a redação dessa forma mais genérica. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO sugere deixar só o parágrafo 4º: “Resolução do Reitor estabelecerá a composição da banca e os procedimentos de identificação étnico-racial”. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL parabeniza pela iniciativa, é um momento histórico, como todos já falaram, e diz que não entende qual é a dificuldade de assumirem uma comissão que tem sido bem-sucedida na heteroidentificação. Existe uma comissão composta, que possui *expertise*, então pergunta por que vão criar um outro âmbito dessa avaliação. O MAGNÍFICO REITOR diz que não são obrigados a fazer isso, e pessoalmente tem duas preocupações. São duas coisas diferentes; primeiro que essa heteroidentificação ocorre antes, e se é verdade que ela não vai afetar a banca do concurso, ela vai afetar as pessoas que vão se inscrever no concurso, então não estão isentos de ter alguma ação judicial com relação a isso. As pessoas imaginam isso como uma coisa

1 completamente técnica, mas tem dúvidas. Nessas questões, tem sempre reforçado a seguinte
2 ideia: é importante que as câmaras, e o Consu é uma delas, tomem a decisão e vejam o resultado.
3 Pode ser que nenhuma dessas elucubrações da sua cabeça ocorram, mas fica achando que isso
4 abre uma pontinha a mais para judicialização, porque vão ter uma força maior de estudantes
5 decidindo quem se inscreve no concurso. Tiveram uma discussão desse tipo aqui no que diz
6 respeito à decisão de atribuir a uma pessoa se ela pode prestar um concurso ou não, se poderiam
7 decidir na congregação, por exemplo, o caso de uma pessoa que não tenha o cargo de livre-
8 docente e queira prestar um concurso de titular. Na congregação, a chance de ele concorrer com
9 pessoas da própria Casa é maior do que se uma instância superior, como a CAD, a Cepe,
10 decidirem isso; jogam a decisão para a Cepe para que haja menos conflito de interesse. Mas
11 para ele não tem problema, é o Consu que decide e veem qual é o resultado; a grande conquista
12 disso é uma coisa de importância específica no contexto do que é toda essa proposta. Quer
13 muito que essa proposta dê certo e que se reduza ao máximo a chance de judicialização. Nesse
14 aspecto, é uma pessoa precavida, mas existe uma história associada ao vestibular, às pessoas
15 que entram na graduação. A Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY observa que não
16 somente isso, mas também nos concursos da Carreira Paepe, inclusive a doutora Fernanda
17 acabou de dizer aqui. Possuem um processo de acompanhamento, e se é uma questão de
18 visibilidade política, o que estão fazendo aqui, quando existe um parágrafo 4º que diz que a
19 resolução do Reitor estabelecerá os procedimentos, também vai incorrer a discussão que vem
20 sendo feita pelo movimento negro e pelo coletivo. O MAGNÍFICO REITOR diz que não vai
21 alterar essa GR, ela será mantida. O que é importante, do seu ponto de vista, é que haja uma
22 decisão consciente, e continua achando que isso pode gerar problema. Entretanto, é uma opinião
23 muito pessoal. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA pergunta qual a
24 vantagem de fazer a heteroidentificação antes. Porque se a preocupação é evitar judicialização,
25 quanto menos pessoas forem sujeitas a esse processo, menor essa chance. O MAGNÍFICO
26 REITOR responde que é muito mais difícil fazer *a posteriori*, não vão garantir que seja um
27 concurso de raia própria se fizerem isso. Sua sugestão de encaminhamento é que tirem esse
28 ponto, votem toda a resolução e decidam no segundo momento qual é esse ponto, e a decisão
29 pode ser manter a resolução GR de 2020. Dessa forma, não estão fazendo tudo ou nada, vão
30 tomar a resolução naquilo que, na sua visão, é o essencial da decisão que estão tomando aqui.
31 Retiram o ponto que tem uma divergência aqui e fazem uma votação em separado. A
32 Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que ainda não ficou claro para ela
33 como vai se resolver a questão de um concurso amplo. A FEF tem três departamentos que são,
34 inclusive, de raízes epistemológicas completamente distintas. Não sabe se tem que estar
35 disposto na minuta, mas precisam, na sua opinião, de uma orientação geral de como fazer isso.
36 Tem 33 anos de magistério na Educação Física, e há cerca de três anos participou de uma banca
37 de concurso em que pela primeira vez teve uma colega negra julgando. Mas não se lembra de
38 ter visto candidato negro participando de concurso. Então, não é tão simples assim. Concorde
39 com o encaminhamento do senhor Reitor, mas acha que a questão vai ser menos a judicialização
40 e mais como vão operacionalizar o concurso, porque ainda possuem muita dificuldade. Possui

1 dificuldade de pensar no que é algo genérico em uma área que tem epistemologicamente bases
 2 muito diferentes; a FEF engloba Ciências Humanas, Biológicas e Exatas. O MAGNÍFICO
 3 REITOR lembra do Programa de Meio Ambiente e Sociedade, que envolve Ciências Biológicas
 4 e Ciências Humanas. Não conseguem discutir isso nesse detalhe aqui; ouviram aqui o exemplo
 5 do IFGW, onde se ensina física, cosmologia, física quântica, nanotecnologia, também é um
 6 universo. Há o caso da Engenharia Química também. Pode ser que a Educação Física não
 7 consiga resolver, e terão que encontrar uma solução ao longo dos dois anos. É um teste, é uma
 8 proposta diferente das outras, e ela cria essa restrição. Não sabe se vão conseguir expressar isso
 9 na minuta, então solicita que a FEF se envolva com esse assunto e veja se é possível; se não
 10 for, terão que discutir como tentar resolver. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA
 11 SILVA diz que, se já existe todo um procedimento interno que faz tanto o vestibular quanto os
 12 concursos de servidor, devem seguir o que esse conjunto de procedimentos já fez antes.
 13 Pergunta, como membro do Consu, qual é a melhor formulação, porque não quer ser
 14 responsabilizada se os concursos não derem certo. O pressuposto era de que se não mexessem,
 15 isso daria certo. Observa, entretanto, que o pressuposto de que vai haver qualquer tipo de
 16 judicialização já está na base da proposta, então não será em relação ao item da comissão de
 17 heteroidentificação que isso vai acontecer. A proposta como um todo pode ser questionada, não
 18 esse item apenas, e esse item existe porque se trata de um concurso específico para pretos e
 19 pardos. Se não fosse um concurso específico para pretos e pardos, não teria comissão de
 20 heteroidentificação. Portanto, há coisas lógicas que não estão conseguindo entender aqui; é
 21 importante que entendam que existe uma comissão de heteroidentificação antes de a pessoa
 22 fazer o concurso, porque pode haver fraude. Essa é a questão, não é o fato de haver uma
 23 comissão de heteroidentificação que vai fazer com que esse concurso seja judicializado. Sabem
 24 que existe fraude, então é óbvio que é importante a comissão. Solicita orientação da PG sobre
 25 qual é a melhor formulação. Acha que, se existe uma GR que já contempla todos os
 26 procedimentos, não devem ter receio de apagar todos os parágrafos citados da minuta, porque
 27 está tudo previsto na resolução, e de forma muito mais detalhada do que nesses parágrafos do
 28 artigo 4º. Precisam saber qual é a melhor formulação para garantirem, em primeiro lugar, a
 29 legitimação dos procedimentos que vêm existindo todos esses anos aqui dentro da Unicamp.
 30 Não é possível que resolvam dizer que é melhor não seguir os procedimentos que vêm sendo
 31 feitos todos esses anos porque vai ser concurso de docente. Devem estar esclarecidos de qual é
 32 a melhor formulação antes de votar, porque também não quer que seja judicializado o concurso
 33 porque não fizeram daquele outro jeito. O MAGNÍFICO REITOR diz que só vão saber isso *a*
 34 *posteriori*, porque a pessoa, eventualmente, vai pegar um ponto ou outro, ela pode pegar esse
 35 ponto ou não. Estarão sempre trabalhando com a incerteza, pois não sabem o que vai acontecer;
 36 a doutora Fernanda pode fazer as observações, a professora Anna fez alguma análise da
 37 situação, e a opinião que ele expôs é bastante pessoal. Observa que, para ele, isso é uma questão,
 38 do ponto de vista da grande decisão, completamente secundária. O pacote é que é importante.
 39 É precavido e preferia essa solução que está aqui, que assim como a outra solução também pode
 40 ser judicializada, por razões diferentes. Deixa as pessoas completamente à vontade para votar,

1 porque acha que não é a questão essencial. O marco aqui é uma coisa completamente inovadora
2 para definirem como fazer inclusão no corpo docente. A Doutora FERNANDA LAVRAS
3 COSTALLAT SILVADO esclarece que o que está previsto no artigo 4º da proposta segue
4 exatamente o que está já na resolução GR. A regra geral é o que está hoje na resolução utilizada
5 para os concursos da Carreira Paepe. A única especificidade aqui é a diferença na composição,
6 mas com relação ao curso continua, com relação à Cader nomear essas pessoas continua. A
7 única diferença é que tem menos um membro da comunidade discente, um da sociedade civil e
8 três servidores ativos. No parecer que elaborou, apontou a preocupação de ter membros
9 discentes, e com isso não está fazendo nenhum juízo de valor, é que é um concurso para carreira
10 de servidor, é diferente de ingresso na graduação. A preocupação é que haja um formalismo ali,
11 um cuidado com essa avaliação no caso de os servidores estarem avaliando isso. Claro que não
12 estão avaliando o mérito do candidato, em momento algum estão confundindo as coisas, mas é
13 uma comissão que impacta no concurso no sentido de que se o candidato tiver a inscrição
14 indeferida, se a autodeclaração não for validada, ele pode judicializar. Houve mais de 40
15 processos questionando a decisão sobre a autodeclaração, portanto a judicialização tem sim
16 ocorrido. Fez um comparativo com a USP e com a Unesp: na Unesp, toda a banca é só de
17 servidores ativos, seja para ingresso em curso, seja para ingresso de servidor. E a USP
18 diferenciou o ingresso de alunos do ingresso de servidores; a do ingresso de servidores, ela
19 delegou para as unidades constituírem essas bancas. Ressalta que a única diferença da resolução
20 hoje vigente, que está em fase de atualização, é a composição da banca. Se for retirada daqui,
21 está delegada ao Reitor a atribuição de fixar essa comissão. O MAGNÍFICO REITOR sugere
22 que votem todos os itens com aquelas modificações que já foram colocadas e, nessa parte
23 específica, que é o artigo 4º, votariam manter do jeito que está e a alternativa é a indicação da
24 resolução GR. Tirariam todos os parágrafos e deixariam um parágrafo único, que é o 4º.
25 Pergunta à professora Debora se isso contempla, ao que ela responde que sim. Não havendo
26 mais observações, submete à votação a matéria, com as alterações de redação já mencionadas,
27 exceto os parágrafos do artigo 4º, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, submete à
28 votação a retirada dos parágrafos um a três do artigo 4º, mantendo-se o parágrafo quarto,
29 renumerado como parágrafo único, que é aprovada com 50 votos favoráveis, 05 contrários e 01
30 abstenção. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, passa ao item 09
31 – Proc. Nº 01-P-42640/2024 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que institui o
32 programa piloto de reserva de cargos públicos de Professor Doutor da Carreira do Magistério
33 Superior destinados para pessoas com deficiência (PcD). Destaque dos professores Flavio e
34 Verônica. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que surgiu uma
35 dúvida na leitura desse documento, no artigo que descreve quem pode ser considerado PCD.
36 Não ficou claro para ela que tipo de documentação esse candidato precisaria apresentar, e se
37 não vai haver um perfil padrão, como será cada edital. Se haverá um processo de verificação,
38 que entende que deva existir, em casos, por exemplo, do espectro autista. O Conselheiro
39 FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR parabeniza a Reitoria por ter trazido o Secretário da
40 Secretaria da Pessoa com Deficiência, acha que foi muito importante a vinda dele aqui, e até

uma sugestão que faz, dadas todas as iniciativas que a Unicamp tem tomado com as pessoas com deficiência, é se não seria possível ter algum tipo de investimento do próprio estado dentro da Universidade, já que é uma universidade que está liderando esse movimento, no sentido de ter uma verba a mais para poder fazer as adequações necessárias. Talvez uma conversa com o próprio Secretário seja interessante nesse sentido, se for possível. Em relação ao item 09, o artigo 4º cita que “A vaga reservada será destinada ao primeiro concurso público realizado pela respectiva unidade com vaga reservada para pessoas com deficiência e homologado, que tenha candidato nesta condição habilitado e aprovado”. Já o parágrafo 3º desse mesmo artigo menciona que, “Caso não haja candidato aprovado na condição de deficiente no primeiro concurso, a vaga reservada será destinada ao segundo concurso público realizado pela respectiva unidade com vaga reservada para pessoas com deficiência e homologado, que tenha candidato nesta condição habilitado e aprovado e, assim, sucessivamente, até o preenchimento da referida vaga”. Como esta é uma minuta que entra em vigor somente em agosto do ano que vem, sua preocupação é que tenham que limitar todas as vagas que já foram aprovadas no item 10 da pauta a essa condição. Então, todos os concursos só poderão acontecer a partir de agosto e não poderão realizar todos os concursos ao mesmo tempo, porque terão que respeitar essa condição. Se um primeiro concurso não tiver PCD, vão para o segundo, verificam se há candidatos PCD, e aí sim podem partir para um terceiro concurso. Pergunta se não poderiam fazer algo parecido com o que foi feito no item 08, que é criar uma raia exclusiva para PCD, em vez de criar essa regra que vai engessar muitas unidades na abertura dos novos concursos. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, com relação ao parágrafo 2º do artigo 3º, deixaram de forma genérica para que constem no edital esses procedimentos, que são bastante detalhados. Há uma série de documentos e procedimentos que devem ser observados, inclusive hoje quem analisa se a pessoa está enquadrada ou não como deficiente é o DPME, o Departamento de Perícias Médicas do Estado, não é nem a Universidade. Então, é algo complexo que precisa seguir toda uma tramitação que vai ser detalhada no edital. Como têm feito sempre, os editais são elaborados, é submetida uma minuta padrão à Procuradoria Geral, que aprovada pode ser adotada por todas as unidades. Principalmente com relação a esse ponto do edital, não acredita que vá haver vários modelos, acredita que essa parte vai estar sempre fixa, depois de aprovada, e vai ser adotada por todos. O MAGNÍFICO REITOR diz que a doutora Fernanda já mencionou de passagem, mas talvez fosse bom detalhar um pouco a questão da avaliação: é só pelo departamento e tem uma regra estabelecida que já foi definida nas cotas da graduação. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a redação do parágrafo primeiro do artigo 3º da minuta é idêntica à que consta da deliberação Consu que aprovou as cotas PCD no ingresso da graduação. Então, esse enquadramento está idêntico, não teve alteração. É que, realmente, o ingresso no serviço público é muito diferente do ingresso na graduação, é um procedimento completamente diferente, e isso tem que estar bem detalhado no concurso de ingresso. Isso já acontece nas outras carreiras da Universidade, na Carreira Paepe, na carreira da Procuradoria Geral. Se olharem os editais desses concursos realizados pela Vunesp e pela Fundação Carlos Chagas, no

caso da Procuradoria Geral, o detalhamento é enorme. Trazer isso para a minuta não é produtivo, até porque isso pode mudar, pode mudar algum documento, alguma regra, e fica mais fácil de alterar. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a realização desses concursos PCD implica a necessidade de a Unicamp ter possibilidade de realizar as provas de acordo com a deficiência apresentada. Por exemplo, em se tratando de deficiência visual, precisa possibilitar que as provas sejam feitas no sistema Braille. Precisam também de intérprete de Libras, precisam de providências ao redor do concurso para possibilitar que as provas sejam realizadas de forma conveniente. E não possuem atualmente tudo isso na Universidade, precisam prever, preparar, ver como vai disponibilizar, se vai ser um em cada unidade, se vai ser uma coisa conjunta. Há providências a serem tomadas a fim de viabilizar a realização desses concursos, e previram esse prazo a partir de agosto para deixar tudo pronto. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que faz coro à possibilidade que o professor Flavio levantou sobre ter essa vaga exclusiva para PCD, como é o caso do PP, se há essa possibilidade de ponto de vista jurídico, já que, como a doutora Ângela colocou, há a necessidade de ter tudo isso para realizar o concurso PCD, então só daria para realizar em agosto para que justamente não atrase os demais concursos. Fariam esse concurso exclusivamente para essas vagas em agosto, mas os demais poderiam fazer antes, se do ponto de vista jurídico não houver problema. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que até entende esse adiamento para agosto, mas ao abrir um edital com previsão de PCD, talvez isso sirva como *marketing*, recebam mais candidatos com esse perfil, mas nota que essa situação pode acontecer já hoje, e teriam que dar um jeito de acomodar essas necessidades especiais do candidato. O professor Flavio fez uma proposta de abrir como vagas exclusivas, à qual não é contrário, mas acha que seria muito difícil contratar alguém com edital exclusivo PCD. Algumas unidades ganharam muitas vagas, e para não segurar todas as vagas até agosto, podem ir abrindo os concursos e ver em qual deles vai aparecer algum candidato PCD que solicite algumas dessas alterações no procedimento e tudo o mais. E aí sim, se o candidato pede alguma coisa, um intérprete de Libras, por exemplo, entende que esse concurso talvez vá atrasar um pouco, mas as outras vagas poderiam correr tranquilamente. Se isso também não puder ser feito, poderiam pelo menos tentar puxar um pouco esse prazo de agosto para algo mais no começo do primeiro semestre, porque lançando o edital depois de agosto, esse docente vai chegar só no segundo semestre de 2026. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez Libras até seja o mais fácil de resolver, porque já tem uma história na Universidade. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA reforça o coro na linha do que o professor Ricardo falou e lembra da discussão das vagas PCD para graduação. Manifestou-se, na ocasião, juntamente com os professores Ricardo, André e outros, que não poderiam ficar esperando ter todas as condições para abrir as vagas PCD, porque nunca possuem todas as condições, e isso para qualquer tipo de cota. Se conversarem com as pessoas que lutam pelas cotas trans, por exemplo, elas sabem que a Universidade não tem as condições ideais, mas sabem que vão servir de modelo para muitas pessoas que estão olhando lá fora e que vão se sentir representadas aqui dentro, mesmo que essas pessoas sofram. Essas são falas deles. Recorda essa discussão para saber o que vão fazer

1 até agosto, porque entende que, ao fazerem um concurso em que há inscrição de pessoas com
2 deficiência, elas vão ter que trazer os seus laudos, vão ter que ver as adaptações, assim como a
3 Deape faz, que são necessárias para que essas pessoas possam realizar as provas. Ou seja, não
4 vai ser um concurso que vai ser rodado na mesma velocidade, da mesma maneira como são os
5 outros, então realmente não entende o que é essa preparação toda que tem que ser feita. Entende
6 que há uma necessidade de ter um edital que preveja tudo isso, e não sabe se isso tem que passar
7 pelo Consu ou não, mas tem um Consu dia 1º de abril. No IFGW, nesses três meses que tiveram
8 de discussão sobre a distribuição de vagas, solicitou aos departamentos que já discutissem,
9 então em todas as áreas já poderiam abrir concurso em dezembro. E agora terá que falar para o
10 coordenador de graduação, que vai perder os pós-doutorandos daqui a um ano, que ele vai ter
11 que esperar até o segundo semestre de 2026 para preencher as vagas que foram distribuídas em
12 novembro de 2024. Não acha que isso vai ser encarado de uma forma muito saudável dentro
13 das unidades. Isso é uma postergação prevendo que vão ter que fazer algo; precisam de um
14 edital, que tenha todas as tipificações, mas qualquer pessoa com deficiência vai precisar de uma
15 adaptação específica, como fazem para os alunos. Vão ter que pausar esse concurso e prever
16 que vão ter que procurar essas adaptações, e não sabe se isso vai levar um mês ou três meses.
17 Mas se forem esperar até agosto para daí descobrir que não possuem as adaptações todas porque
18 não foram previstas, vai ficar pior ainda. Então resgata essa discussão que já tiveram das vagas
19 PCD da graduação de que a inclusão não pode ficar esperando a condição, a inclusão tem que
20 ser feita o mais rapidamente possível. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que é uma curva
21 de aprendizado mesmo; quando fazem uma inovação, não é algo trivial. Quando colocaram a
22 cota PCD, que é 5%, não atrelaram esse percentual à distribuição das 120 vagas, mas ao estoque
23 da Universidade. Querem cumprir, demore cinco, 10, 20 anos, a meta de ter dentro da
24 Universidade 5% de PCDs. No seu entendimento, nada impede que os concursos sigam sendo
25 realizados, e não apenas para as 120 vagas distribuídas hoje, lembrando que possuem 60
26 concursos em andamento. O que vai acontecer é que, a partir de agosto, a unidade que abrir
27 concursos vai ter que prever no edital que vai haver vagas PCD. E tendo usado a vaga PCD, a
28 ideia é que continuem distribuindo, porque precisam, em algum momento, atingir esses 5% do
29 estoque que possuem hoje de 1.800 docentes. Acha que é muito mais simples do que estão
30 colocando aqui, porque nem precisam criar uma raia própria. Se alguma unidade receber cinco
31 vagas e até lá fizer dois concursos, não precisa prever ali, até porque não vão ter condições.
32 Não adianta marcar um concurso e não oferecer as condições para esse candidato, então
33 precisam aguardar e até lá vão se preparando. Uma unidade que quiser fazer concurso antes de
34 agosto não vai ser obrigada a colocar no edital as vagas PCD, mas a partir de agosto elas terão
35 que constar em todos eles. A unidade que fizer um segundo concurso em setembro e já tiver
36 usado a vaga PCD vai requisitar junto à Universidade uma segunda vaga PCD. Pode até solicitar
37 a alguma outra unidade que já tenha feito dois ou três concursos em que não tenha aparecido
38 nenhum candidato. Parece-lhe que o melhor caminho é ter uma flexibilidade para um
39 aprendizado que é de interesse de todos. O MAGNÍFICO REITOR pergunta às doutoras Ângela
40 e Fernanda se há algum espaço para redução desse prazo e qual seria a dificuldade. A princípio,

1 existe o argumento razoável de que, em um concurso de disputa geral, as pessoas podem se
2 inscrever independentemente de haver vagas PCD ou não. Hoje, se uma pessoa se inscrever,
3 ela não vai se candidatar a uma vaga PCD, mas a Universidade tem que prover, de toda forma,
4 a estrutura para ela prestar, pensando em uma pessoa cega ou uma pessoa que tenha problema
5 de audição, ou transtorno do espectro autista. Hoje fariam não pelo exame médico, mas, de
6 alguma forma, pela autodeclaração, não sabe exatamente como funciona. Sua preocupação é se
7 não há algum espaço, uma vez que já estão, de alguma forma, condicionados a essa situação,
8 embora não na forma das vagas garantidas. Pergunta se não há alguma rota pela qual possam
9 admitir alguma solução de meio-termo entre o desejo de fazer tudo perfeito e a possibilidade
10 de fazer durante um período do primeiro semestre algo que funcione não tão perfeitamente, mas
11 que já esteja no encaminhamento. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que o
12 que poderia ser feito é adiantar, colocar a mesma data do PP, e caso se avalie que não vai ser
13 possível, ou que as condições estão muito precárias, alteram no Consu de março. A Doutora
14 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que da parte da Procuradoria Geral não
15 há problema. Na PG, o que acabam olhando é o edital, mas no que se refere à logística, já tem
16 enfrentado concursos com pedido de realização de prova em condições especiais. Realmente é
17 bem problemático porque os editais não têm previsto isso, e mesmo assim estão acolhendo e
18 atendendo, criando um procedimento fora do edital. A preocupação grande é deixar tudo muito
19 bem registrado no edital para que não haja lacunas e questionamentos. E há um regramento
20 específico para a vaga reservada. Portanto, são, na verdade, dois grandes pontos no edital: a
21 prova especial e a vaga reservada. Não vê problema na proposta da doutora Ângela. O
22 MAGNÍFICO REITOR diz que a data que definirem aqui vai especificar qual é a reserva de
23 vagas. Se houver um concurso que ocorra antes com PCD, ele não poderia usar essa reserva de
24 vaga, é esse o problema. Ainda que tenham que garantir condições de ele prestar, mesmo isso
25 não estando no edital. A doutora Ângela sugeriu acompanhar a data que foi aprovada para as
26 cotas PP, que é 1º de maio. Precisam ver se essa data é razoável, e pergunta se, caso uma unidade
27 abra um concurso em fevereiro ou março e se inscreva um candidato PCD, há a possibilidade
28 de eles organizarem o concurso para ele ocorrer, por exemplo, em 15 de maio, para valerem as
29 vagas. Está querendo saber se é possível ajustar a realização do concurso e usar a vaga PCD,
30 ou tem que ser a inscrição já que define. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
31 SILVADO esclarece que no edital de abertura já tem que estar definido isso, porque o edital é
32 a regra do concurso para as partes. O que se pode fazer é deixar tudo pronto, e no dia 02 de
33 maio publicam o edital com essa reserva, porque o ideal é que conste essa regra no edital de
34 abertura. O MAGNÍFICO REITOR diz que há um Consu em março também. Está aqui
35 explorando todas as possibilidades para pensarem se há soluções que permitam adiantar mais
36 ou não. A dificuldade ficou clara agora: para usar as vagas reservadas, precisam prever isso no
37 edital. Então, não é só criar as condições, o edital já vai estar prevendo isso. O Conselheiro
38 JÖRG KOBARG diz que sua dúvida pontual é se seria possível ter uma raia específica PCD a
39 partir de agosto, ou se a vaga tem que ser sempre vinculada a outro concurso. O MAGNÍFICO
40 REITOR responde que não conseguem ter todas as opções simultaneamente. No momento em

1 que fazem concurso geral e abrem a possibilidade de ter vagas reservadas para o primeiro PCD
2 da lista, o que estão dizendo é que vão colocar uma vaga extra para contratar essa pessoa que
3 não passou em primeiro lugar. Mas o concurso pode ser em uma disciplina específica, por
4 exemplo, não precisa ter um leque de disciplinas que permita ter uma concorrência ampla, já
5 que ele vai ser um concurso de concorrência geral. O que estão garantindo é a reserva da vaga,
6 mas não estão mudando o procedimento de concurso. No caso do PP, estão mudando o
7 procedimento de concurso. O Conselheiro JÖRG KOBARG diz que sua dúvida é se a unidade
8 não tiver outra vaga, só tiver a vaga PCD, se ela pode abrir. O MAGNÍFICO REITOR responde
9 que a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que só tem uma vaga, é o caso mais complicado,
10 porque tem que ser PP e com reserva de vaga para PCD. O Conselheiro FERNANDO SARTI
11 observa que tem só uma vaga agora, mas já receberam mais três. O MAGNÍFICO REITOR diz
12 que é um problema multifatorial, pois precisam achar a intersecção de todas as demandas, o
13 que não é simples de resolver. E é também um plano piloto, um teste para ver se conseguem
14 achar boas soluções para esse problema. Existe uma diferença em relação aos concursos com
15 cota PP, já que no caso dos PCDs ele interfere nos concursos gerais, e o PP é um concurso de
16 raia própria, portanto não impacta na distribuição daquelas vagas que não sejam as vagas de
17 PP. No caso dos PCDs, ele impacta nas vagas gerais da unidade, e é isso que causa um certo
18 mal-estar. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que o edital conseguem fazer
19 com alguma rapidez, talvez pudessem adiantar para março ou abril. Isso em relação ao edital,
20 à documentação, já sobre as questões de realização das provas não saberia dizer. O
21 MAGNÍFICO REITOR pergunta em que instâncias esse edital tem que ser aprovado. A Doutora
22 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que o edital é elaborado pela Secretaria Geral,
23 após conversa com as unidades, a Procuradoria Geral aprova e ele é colocado no *site* da SG. A
24 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, como a doutora Ângela
25 colocou, o edital conseguem fazer com mais antecedência. Como as provas geralmente
26 demoram para serem realizadas, porque tem inscrição, depois vão olhar os pedidos, tem a
27 composição da banca, até marcar o calendário talvez consigam, nesse período, colocar um
28 pouco mais adiante a realização das provas, já que a maior preocupação é ter as condições
29 adequadas para realiza-las. Então, com relação à documentação do edital, conseguem anteceder,
30 mas talvez na realização se ganhe um tempo, e um pouco mais para frente fazem as adaptações.
31 O Conselheiro JÖRG KOBARG pergunta se já está pronto o texto desse edital. A Doutora
32 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que o esboço sim; é preciso aperfeiçoar, mas
33 não é difícil, possuem vários modelos e isso fazem com uma certa rapidez. O Conselheiro
34 MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que sua pergunta é sobre
35 interseccionalidade: se a vaga PCD pode ser utilizada nos concursos gerais que estão visando
36 contratação de PPs. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que
37 entendem que os concursos PP não vão ter a vaga PCD prevista, apenas os gerais, até porque,
38 como são dois projetos piloto, poderem ir sentindo. Claro que, no futuro, se verificarem que é
39 possível, podem unificar, mas acha que, neste começo, pelo menos, para entenderem a dinâmica
40 desses processos, é melhor seguirem separados. O MAGNÍFICO REITOR diz que obviamente

1 não significa que um primeiro colocado que seja preto ou pardo e PCD seja o aprovado, pode
2 haver exceções. A ideia é realmente que sejam disponibilizadas 24 vagas, uma por unidade,
3 paralela para os casos em que os concursos gerais aprovem um PCD em qualquer posição da
4 lista. Então o primeiro aprovado PCD, que não seja o primeiro da lista, estaria com direito a
5 essa vaga extra. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que gostou
6 muito dessa ideia, estava preocupado com o formato que estava sendo especulado antes. Acha
7 que é muito boa a ideia de estar disponível, para ser mensagem da Instituição que ela deseja
8 contratar PCDs e sempre que possível o fará. Mas se for possível incluir desde o concurso
9 amplo, é uma chance a mais. Concorde que é difícil sempre estudar as coisas e testar duas ao
10 mesmo tempo. O MAGNÍFICO REITOR diz que há duas formas de tratar que talvez permitam
11 ver no futuro se uma delas leva vantagem sobre a outra, e podem até, em um terceiro momento,
12 usar uma situação diferente a partir dessa experiência. Pergunta se as doutoras Ângela e
13 Fernanda acham que é possível o edital estar pronto no início de março. O Conselheiro
14 RICARDO MIRANDA MARTINS diz que deveriam deixar os dois para abril, o PP e o PCD.
15 Como a doutora Fernanda comentou, devem ter o entendimento de que se de fato houver algum
16 candidato PCD, da inscrição até as provas pode ser um concurso que demore mais para
17 acontecer, e as unidades precisam ter essa sensibilidade. Deve constar no edital uma série de
18 direitos, então não vai ser aquela coisa de fazer o concurso dois meses depois. Se algum
19 candidato pedir alguma excepcionalidade que a Unicamp ainda não consegue suprir, terão que
20 contratar alguém ou tomar alguma outra providência. Então acha que deixar para abril fica
21 razoável. O MAGNÍFICO REITOR diz que concorda, mas deixa claro que nesse caso o edital
22 tem que ser publicado após o início de abril. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz
23 que há um GT de discussão dos editais, incluindo aquela disputa entre as provas eliminatórias,
24 então sua sugestão seria chamar uma reunião com os diretores e a PG para discutir todas essas
25 parametrizações. Por exemplo, no edital da Unesp, consta menção às lactantes e outras
26 condições especiais, então isso é uma coisa que imagina que esteja na mira já,
27 independentemente dessas vagas. Podem trocar essas ideias e a PG e a SG formatam, já levando
28 em conta também as considerações do GT, fazem um edital que talvez agrade a todos, e dessa
29 forma o compromisso de esperar até abril fica mais palatável. A Doutora ÂNGELA DE
30 NORONHA BIGNAMI diz que as propostas do GT implicam alteração da Deliberação Consu-
31 A-30/2013, que rege os concursos de ingresso para docente nível MS-3. Então, para
32 implementar as mudanças do GT precisam de Consu. Poderiam deixar já engatilhado também,
33 mas tem que fazer mais de um edital. O MAGNÍFICO REITOR diz que surgiu essa
34 possibilidade de trabalhar com a data de 1º de abril, e talvez até final de março esteja pronto
35 para as pessoas darem uma olhada, vai haver um prazo de conversa. A Conselheira ANDRÉIA
36 GALVÃO parabeniza pela proposta, que, assim como a cota da vaga docente PP, também está
37 em discussão há algum tempo. Mas vai colocar uma questão relacionada a algo que a doutora
38 Fernanda falou, sobre os procedimentos que estão sendo estudados para constar no edital, mas
39 que também seriam aplicados aos concursos abertos. À medida que as políticas vão sendo
40 criadas e as instituições vão tendo uma maior conscientização sobre os direitos dos PCD, vão

1 recebendo solicitações de adaptação de vários dos candidatos que estão inscritos nos concursos
2 que estão abertos. Receberam um pedido nesse sentido para o concurso que vai ser realizado
3 agora em dezembro para uma vaga aberta para o percurso formativo indígena. Precisaram
4 consultar a PG sobre a solicitação que foi feita para o IFCH, mas não obtiveram uma resposta
5 muito conclusiva, a resposta foi procurar a DGRH sobre os procedimentos, se poderiam atender
6 à solicitação dessa candidata, que dizia respeito a tempo adicional e uma sala separada, porque
7 isso não estava previsto no edital. Independentemente do prazo de abril, maio ou agosto, para
8 essa nova norma, para que esses editais passem a vigor já com a cota PCD, pergunta o que
9 fazem até lá, se existem procedimentos escritos que sejam uniformes e que prevejam a maior
10 parte dos casos que geralmente aparecem nos concursos. A Doutora FERNANDA LAVRAS
11 COSTALLAT SILVADO diz que essa realmente é uma preocupação, por isso há a necessidade
12 urgente de atualização dos editais dos concursos docentes. Cada vez mais têm identificado
13 vários pontos que precisam ser atualizados, como a questão de recursos e a questão da
14 necessidade de provas especiais. A orientação tem sido realmente procurar a DGRH, que tem
15 um setor de concursos, com *expertise* para orientar, porque é até uma questão médica. Há uma
16 avaliação técnica sobre o pedido para ver se ele pode ou não ser deferido e em que termos,
17 porque nem sempre o pedido todo é deferido, às vezes é em parte, então é uma questão técnica
18 mesmo. Têm orientado a unidade que procure a DGRH, que pode dar uma resposta técnica, até
19 porque o candidato também quer uma resposta técnica ao pedido dele, fica ruim simplesmente
20 negar ou dar uma resposta geral para o candidato. Portanto, em que pese a ausência dessa
21 previsão no edital, a PG tem orientado que as unidades procurem a DGRH. O MAGNÍFICO
22 REITOR diz que então a ideia seria que antes do edital, a ser lançado em abril, cada caso seja
23 encaminhado à DGRH para análise. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
24 SILVADO ressalta que se porventura vier a acontecer uma inscrição com um pedido de prova
25 especial, ainda que não previsto no edital, a PG recomenda uma consulta à DGRH, que pode
26 orientar aquele caso específico e falar se é caso de deferimento ou não. Até abril, esperam que
27 isso tudo esteja bem definido no edital. A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA
28 diz que a DGRH tem um procedimento bem definido para os concursos da Carreira Paepe, e há
29 um pareamento desses procedimentos quando surge demanda na carreira docente. Receberam
30 recentemente uma solicitação, que foi avaliada pela equipe de médicos do trabalho e
31 especialistas na área em que a pessoa estava pedindo as adaptações. Foi feita uma análise
32 médica e elaborado um parecer da DGRH dizendo o que era possível a Instituição oferecer ou
33 não, e fazem sempre isso em conjunto com a PG. Então, se há dúvidas, conversam, trocam
34 ideias, orientam-se mutuamente, e têm feito esse tipo de assistência, embora não esteja previsto
35 em edital. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que o problema que se
36 pretende resolver com as cotas nos concursos é aumentar a presença de professores na condição
37 PCD. Pergunta por que essas pessoas já não estão aqui. Participou de muitas bancas e não se
38 lembra de ter visto nenhum candidato nessas condições, então pode ser que abram as vagas
39 PCD e não haja candidato, ou as pessoas não fiquem sabendo dessas vagas reservadas, ou os
40 mesmos motivos que levaram as pessoas a nunca prestar concurso vão permanecer e não vão

1 ter resolvido a questão. Uma vez aprovada essa resolução, acha que deveriam pensar nas razões
2 pelas quais as pessoas não vêm e tomar providências para que elas venham. Não sabe se é por
3 meio de divulgação, ou o que vai acontecer, mas de qualquer forma manter na mesa a resposta
4 da pergunta “por que elas não aparecem?”, se é que não está equivocado. Essa é a sua
5 experiência, mas é uma mostra, de qualquer forma. Se a sua visão estiver correta, não vão
6 aparecer candidatos, e assim não vão resolver o problema com essa solução que estão dando. O
7 MAGNÍFICO REITOR diz que se trata de um experimento, abriram uma rota que pode gerar
8 oportunidade. Por exemplo, sabem que as pessoas com deficiência auditiva tendem a se fechar
9 dentro de grupos com pessoas que têm o mesmo tipo de deficiência. Acha que a divulgação é
10 essencial, e dada a insegurança, porque é uma porcentagem menor de cotas, 5%, a ideia foi
11 tentar aproximar dos concursos gerais, para ter mais chance de dar certo. Pode ser que em vários
12 não apareça ninguém, em um ou outro apareça, mas isso não tira as vagas reservadas, haverá o
13 prazo de dois anos e depois veem o que fazer com essas vagas. Talvez tenham que mudar o
14 procedimento. Imagina que em várias dessas deficiências existam associações onde poderiam
15 divulgar, por exemplo, não só divulgar na mídia em geral, à qual têm acesso, mas em locais que
16 têm uma relação mais focada com essas pessoas que têm deficiências específicas. Então acha
17 que há coisas a fazer e que o professor Cesar está correto, mas fica em dúvida se a pouca procura
18 não é também em parte porque não se abriram. Acredita que tenha um elemento de se abrir e
19 um elemento de, agora que possuem uma proposta concreta, poderem divulgar muito mais. E
20 uma outra questão é que, talvez, dependendo da deficiência, a pessoa pode ser menos ousada
21 no sentido de enfrentar as dificuldades que ela vai ter pela natureza da deficiência e pelo pouco
22 que a Instituição tem, às vezes, de condições materiais para acolher essa questão. O que estão
23 fazendo paralelamente é colocar recursos principalmente nas ações da Prefeitura e da Depi para
24 melhorar as condições de acessibilidade: reformar calçadas, criar rampas, criar rotas para as
25 pessoas andarem, além da acessibilidade via elevador. São medidas paralelas, mas acha que
26 devem ser humildes no sentido de reconhecer que não sabem direito qual vai ser o resultado.
27 Possuem a expectativa de ter algum sucesso, mas vão ter que ver como se desenrola e depois
28 avaliar. A versão inicial da minuta, do início do ano passado, definia seis vagas no pacote
29 também das 120 vagas. Acharam melhor fazer paralelo, porque era possível fazer nos concursos
30 gerais, então ficariam menos atrelados à ideia de que precisavam ter muitos candidatos, porque
31 haverá candidatos, mas davam uma vaga a mais exclusivamente para PCD. Imaginaram que
32 essa combinação era a melhor solução, isso foi uma formulação do professor Fernando Sarti,
33 da PRDU, que não gera conflito entre as unidades, garante uma vaga por unidade, e não
34 perturba, exceto pelo problema da data do edital, os concursos gerais. É uma tentativa,
35 obviamente, diferente dos concursos PP, um outro tipo de inclusão. É adepto da ideia de que
36 devem testar as coisas, porque no fundo não conseguem ter um horizonte muito claro de qual é
37 a solução. Ciência é uma coisa perfeita, mas ela ainda não consegue prever o futuro. A
38 Conselheira JOSELY RIMOLI diz que possui uma deficiência física de deambulação, sequela
39 tardia de luxação congênita de quadril, artrose traumática, e parabeniza essa iniciativa por uma
40 questão de justiça social. A sociedade tem corpos diversos, portanto pensa que os docentes

1 deveriam também estar representando essa sociedade. Já viveu capacitismo dentro desta
2 Universidade. Lembra Guimarães Rosa, em “A terceira margem do rio”: “o lugar do pobre é
3 mais longe”, e diria que para as PCD é mais longe e mais demorado, pois precisam ser muito
4 mais dedicados para conseguir atuar, para conseguir enfrentar uma banca de concurso. É difícil
5 para quem está nesse lugar de fala, de vivência, mas vão pontuando que não conseguem subir
6 determinado degrau, que não conseguem subir sem corrimão etc., e vão, no tempo institucional,
7 melhorando as condições. Portanto, defende veementemente essas vagas. O MAGNÍFICO
8 REITOR diz que não conseguem resolver previamente, às vezes o problema tem que ocorrer
9 para se atentarem à existência dele e conseguirem resolver. Acha que com as cotas na graduação
10 e agora as cotas docentes, terão mais possibilidade de ver isso. Tendo aqui o professor André
11 Kaysel participando, observam que algumas iniciativas já conseguem saber que são importantes
12 de serem tomadas. Fica bastante contente com as soluções que estão encontrando, soluções que
13 são inclusivas e que requerem um processo de experimentação que vão construir ao longo do
14 tempo, analisando o que conseguem ou não ampliar, onde estão os problemas, como vão
15 aprimorando. Tem a sensação de que isso representa a média do que são as visões e o raciocínio
16 da Universidade. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que vão votar
17 a minuta com a alteração da data para abril, e a dúvida é se, abrindo um concurso com essa vaga
18 obrigatória PCD, qualquer outro concurso que a unidade venha a abrir depois precisa esperar o
19 resultado desse para saber se vai contemplar ou não. A Doutora FERNANDA LAVRAS
20 COSTALLAT SILVADO responde que não, pois todos os concursos vão ter previsão de vaga
21 reservada. Havendo, por exemplo, quatro concursos simultâneos na unidade e em dois haja
22 candidatos PCD inscritos, os concursos vão acontecendo simultaneamente. Eventualmente, se
23 apenas um é aprovado, a unidade já aproveita a vaga desse concurso; se dois forem aprovados,
24 o primeiro homologado é que vai ser contemplado com a vaga. E, eventualmente, pela validade
25 do concurso, se novas vagas forem distribuídas, a unidade pode, eventualmente, aproveitar esse
26 outro concurso com vaga reservada. O MAGNÍFICO REITOR observa que a restrição é que é
27 uma vaga adicional por unidade, então tem que ser o primeiro aprovado nos concursos; pode
28 dar algum empate, e está prevista alguma decisão de desempate na minuta. O Conselheiro
29 FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que sua dúvida é se, por exemplo, fazem na
30 FOP um concurso em uma semana, acaba esse concurso, na outra semana já tem outro concurso
31 e nesses dois concursos há dois candidatos PCD que ficaram em segundo, terceiro, quarto lugar.
32 Nesse caso, eles vão vir para a mesma reunião da Cepe, e pergunta qual dos dois vai ser
33 aprovado. O MAGNÍFICO REITOR responde que pensaram nessa situação e há um critério de
34 desempate previsto. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que sempre entendeu que,
35 assim como no caso de compras, quando abrem um processo, precisam ter o recurso. Então,
36 pergunta se a unidade pode colocar no edital que tem uma vaga PCD se ela fará quatro
37 concursos diferentes e só tem uma vaga. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
38 SILVADO responde que se trata de uma previsão, de se porventura tiver a vaga, por isso vão
39 ter que tomar muito cuidado ao redigir o edital. Por exemplo, na Procuradoria Geral abrem
40 concurso, não tem a vaga PCD, mas tem reserva de vaga. Então, se porventura surgirem vagas,

admitem. A previsão que o professor Flavio mencionou está no parágrafo 1º do artigo 4º, vai caber à congregação encaminhar para a Cepe com essa decisão motivada. Então, a congregação, antes de encaminhar para a Secretaria Geral os dois concursos ao mesmo tempo, com candidatos PCD aprovados, ela vai ter que escolher. O ônus vai ficar com a unidade de definir isso por uma questão motivada e, claro, por critérios locais. O MAGNÍFICO REITOR diz que a unidade vai ter autonomia de, por exemplo, preencher uma área que tenha mais problemas de professores. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA pergunta como fica uma situação em que sejam abertos quatro concursos ao mesmo tempo na unidade, haja um candidato PCD em cada um deles e os quatro ficam em segundo lugar. O MAGNÍFICO REITOR responde que a unidade decide. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA pergunta se nenhum deles vai passar para primeiro, porque o primeiro lugar não é PCD. O MAGNÍFICO REITOR responde que os primeiros colocados seriam contratados pela vaga geral do concurso, e um dos que passaram em segundo lugar, que a unidade vai escolher, é que vai ser encaminhado para a vaga PCD. Os quatro primeiros vão ser os que passaram em primeiro lugar, tanto faz se ele é PCD ou não; dentre esses quatro PCDs em segundo lugar, a unidade vai decidir quem ela vai colocar nessa vaga extra. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO observa que o concurso vai ser aberto para uma vaga, possivelmente, ou duas, de ampla concorrência e vai prever a reserva. O que estão imaginando é que talvez as unidades não vão realizar os concursos simultaneamente, de modo que todos vão ficar prontos ao mesmo tempo. Então, o primeiro concurso, dentre os que forem realizados, que for homologado e com candidato PCD aprovado, vai usar essa vaga. O primeiro colocado da ampla concorrência é admitido, e o primeiro colocado PCD é admitido com essa vaga reservada que está sendo aprovada. No entanto, se ocorrerem simultaneamente todos os concursos, a congregação decide. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que sabe que estão tentando considerar todas as possibilidades que podem acontecer, mas a probabilidade é zero de acontecerem quatro concursos simultâneos, com quatro candidatos PCD em segundo lugar. É raro homologar vários concursos na mesma congregação, até porque as secretarias de departamento não os deixam fazer concursos com tanta proximidade, porque complica para eles. Portanto, acha que vai dar certo. O MAGNÍFICO REITOR diz que as probabilidades são baixas, mas não são nulas, mas possuem alguma margem de resolver isso *a posteriori*. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, com antecipação da data do edital para 1º de abril, que é aprovada com 54 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 15 – Proc. nº 01-P-42196/2024 –, que trata do Relatório Final da Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Campinas referente ao quinquênio 2019-2023. Destaque da professora Maria Luiza. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que finalizaram a avaliação institucional do período 2019 a 2023 e faz um agradecimento aos membros da Universidade que trabalharam incessantemente para concluir essa avaliação. O credenciamento da Universidade, que ocorre a cada 10 anos, é baseado em duas dessas avaliações. Agradece a todos que tornaram essa avaliação possível: às comissões gerenciais internas, aos seus membros, que dedicaram tempo e *expertise* para essa realização; aos órgãos administrativos, que dedicaram apoio na coleta e

1 organização dos dados institucionais; à equipe da CGU o reconhecimento pela gestão e
2 acompanhamento do processo, e a toda comunidade universitária pela dedicação de seus
3 projetos acadêmicos, sua contribuição, que permite que a Universidade se mantenha como uma
4 instituição de excelência, relevante e alinhada às demandas da sociedade. Convida todos à
5 leitura do relatório, pelo menos das suas áreas, pois os dados são extremamente interessantes,
6 principalmente no que tange aos dados relativos à pandemia. Podem notar o quanto a pandemia
7 atingiu a Universidade, seja na graduação, na pós-graduação, na pesquisa e em outras áreas. Foi
8 um trabalho minucioso, um relatório que serve, inclusive, para a pesquisa das áreas,
9 dependendo da área e das pró-reitorias, pois contém dados importantes para avaliação. O
10 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que começou a ler a parte da
11 extensão, que é a maior parte e está muito boa. Cumprimenta a professora Maria Luiza e a
12 equipe da CGU pelo cuidadoso trabalho que foi realizado em cima de muitos dados que a
13 Universidade tem, que é sempre um motivo de orgulho para todos. O MAGNÍFICO REITOR
14 parabeniza, em nome da Reitoria, a professora Maria Luiza, a equipe da CGU e todas as pessoas
15 que colaboraram para gerar esse relatório, que é importante para terem um quadro e também
16 olhar o futuro. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada
17 com 53 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 16 – Proc. nº 03-P-8561/2024 –, que
18 trata de recurso apresentado por Luiz Fernando Pinto de Oliveira requerendo anulação da
19 questão 2 da Prova Escrita do concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor,
20 nível MS-3.1, em RTP, na área de Projeto Mecânico, nas disciplinas ES680 – Arquitetura e
21 Programação de Microcontroladores e ES670 – Projeto de Sistemas Embarcados, no
22 Departamento de Mecânica Computacional da Faculdade de Engenharia Mecânica. Destaque
23 do professor Arnaldo. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que
24 estava em dúvida até a manhã de hoje se trataria essa questão no Expediente ou pediria o
25 destaque. Optou por pedir o destaque porque entendeu que, como diretor da unidade à qual o
26 caso diz respeito, seria reprovável da sua parte agir por conveniência e evitar o risco para a
27 unidade em função de uma provável decisão desfavorável. Entendeu que seria
28 irresponsabilidade de sua parte, como conselheiro, não trazer a discussão ao Conselho
29 Universitário de uma questão que considera bastante importante para a vida na Universidade.
30 Trata-se do desdobramento de um concurso que houve na Faculdade de Engenharia Mecânica
31 no final de agosto deste ano. Nove candidatos prestaram a primeira prova, uma prova escrita, e
32 todos foram reprovados. Esse resultado foi comunicado no dia seguinte à realização da prova e
33 dois dias depois um candidato encaminhou à Secretaria Geral uma documentação, entendendo
34 ser um recurso, e a SG solicitou à Faculdade e à banca do concurso que se manifestasse com
35 relação aos comentários que ele fez. Isso foi feito no prazo aproximadamente de uma semana,
36 e entendeu que, seguindo os ritos da Universidade, a manifestação do candidato e as respostas
37 dadas pela banca e pela direção da Faculdade foram encaminhadas à Procuradoria Geral. Para
38 sua estranheza, e mais sinceramente para sua indignação, esse caso está sendo tratado como se
39 fosse um recurso. O fato de ser tratado como recurso sobre o resultado de um concurso fere
40 uma deliberação em vigor na Universidade, que rege os concursos de ingresso na carreira, e

1 também fere o edital do concurso. Há momentos atrás, a doutora Fernanda disse que o edital é
2 a regra do concurso que rege o comportamento das partes, então não entende por que antes de
3 o resultado do concurso ser aprovado na Cepe e haver a publicação dos resultados no Diário
4 Oficial, entendeu-se que esse recurso, que para ele não é um recurso, deveria vir a ser tratado
5 no Conselho Universitário. Há um aspecto que considera um agravante, que é o fato de o senhor
6 Pinto de Oliveira se julgar no direito de colocar em dúvida a competência e a integridade dos
7 membros da banca, supondo que havia algum interesse por trás no encaminhamento do
8 resultado sem aprovação de candidatos. Como diretor da Faculdade, manifestou-se na
9 documentação que foi encaminhada à Procuradoria Geral solicitando que houvesse uma ênfase
10 por parte da Procuradoria Geral de que esse era um procedimento bastante inadequado da parte
11 do candidato. Entretanto, no seu modo de entender, o parecer que foi exarado pela PG é como
12 se fosse uma argumentação do advogado de defesa desse senhor, caso a direção da unidade e/ou
13 a banca se sintam lesados e queiram interpelar judicialmente. Há algumas manifestações
14 dizendo que, na verdade, não é uma acusação, que é só uma manifestação um pouco vaga e
15 talvez inadequada. Considera isso bastante inadequado para os trâmites da Universidade. Há
16 um adiamento no processo de decisão que lhe parece que é bastante simples. Seria muito mais
17 fácil e adequado ter respondido ao senhor que apresentou essa manifestação que ele não estava
18 cumprindo os ritos da Universidade e que aguardasse o momento adequado para interpelar o
19 recurso, se essa era a sua intenção. Ressalta que vão votar uma questão que fere uma deliberação
20 da Universidade e o edital do concurso. Pede desculpas às doutoras Fernanda e Ângela por se
21 manifestar dessa forma, mas antes do início da Sessão comentou com elas que pediria o
22 destaque. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a análise foi
23 feita no parecer que consta da pauta, o candidato apresentou o recurso, o documento dele é
24 denominado recurso, ele se insurge contra uma questão da prova e alega parcialidade da banca.
25 Isso foi analisado pela Procuradoria Geral, o apelo foi recebido nos termos do item 8.1 do edital,
26 foi considerado tempestivo e, por isso, foi recomendado que ele fosse conhecido pelo Conselho
27 Universitário. Ressalta o que mencionou anteriormente sobre a necessidade de atualização dos
28 editais para que esses momentos recursais, que são direitos de qualquer candidato e estão
29 previstos, inclusive, na Constituição Federal, estejam bem claros e previstos no edital e que
30 possam ser analisados pelas comissões julgadoras, de modo que essas possibilidades de
31 discussão sejam sanadas ao longo do processo e não venham parar no Conselho Universitário
32 ao final. Essa é uma das intenções de reformar a regra do concurso docente, para que não
33 cheguem questões do concurso aqui no Conselho Universitário. Nesse caso, foi analisado, a
34 comissão se manifestou, a Procuradoria Geral deu razão à comissão e sugeriu a improcedência
35 do recurso pelo Conselho Universitário. Com relação à discussão da imparcialidade da banca,
36 a PG apontou que isso foi algo argumentado no recurso mas que, de fato, não lhes parece ter
37 gerado algo mais complexo que demandasse uma medida, talvez, judicial por parte da
38 Universidade contra o candidato. Foi uma alegação no âmbito do concurso e não houve nenhum
39 apontamento pessoal ou alguma ofensa pessoal a qualquer dos membros da banca. O
40 MAGNÍFICO REITOR diz que aparecem essas situações, com coisas que têm muito pouca

1 razão, mas são obrigados a responder ao Ministério Público. O Conselheiro ARNALDO
2 CÉSAR DA SILVA WALTER agradece a resposta da doutora Fernanda, mas diz que o fato de
3 a pessoa entender que estava fazendo um recurso não significa que a Universidade deve passar
4 por cima de regras escritas, que são a deliberação do Conselho Universitário e o edital do
5 concurso, que contém ritos específicos de apresentação do recurso. O que ele chama de recurso
6 é uma manifestação, e entende a preocupação da Procuradoria Geral e da Reitoria de encontrar
7 maneiras de evitar algum transtorno, alguma dificuldade, mas não cumprir regras escritas da
8 Universidade lhe causa mais do que estranheza, lhe causa indignação. Não havendo mais
9 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o parecer PG, que é contrário ao
10 recurso, sendo aprovado com 50 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 19 – Proc. nº
11 01-P-42651/2023 –, que trata de recurso interposto por Rafael de Freitas Leão contra o ato de
12 punição de demissão a bem do serviço público. Destaque da conselheira Valentina. A
13 Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz que espera que este item traga uma
14 preocupação latente para todos que estão aqui hoje, porque nele vão votar a manutenção de uma
15 decisão que já foi tomada pela Unicamp de negar o recurso que foi feito pelo professor Rafael
16 Leão, que levantou uma faca e atacou três estudantes no último ano. Vão decidir se ele vai
17 readmitido nesta Universidade ou não; acha que esse é um debate importante que devem fazer,
18 e a bancada discente entende que não se deve ver esse momento e esse recurso somente de uma
19 maneira burocrática ou somente de uma maneira jurídica. Porque essa decisão e esse recurso
20 que vêm desse professor tem um fundo profundamente político que dialoga com o que
21 significam e o que significaram todas essas movimentações e esses ataques na Universidade.
22 Inclusive, os estudantes, organizados através do DCE e através do Movimento Negro, se
23 reuniram no dia de ontem, debateram sobre isso. Acha que todos, inclusive, devem ter visto a
24 faixa que foi estendida dizendo claramente qual é a opinião dos estudantes em relação ao
25 retorno desse professor racista e fascista para dentro da Universidade. Informa que, de ontem
26 para hoje, organizaram um abaixo-assinado contra a readmissão desse professor, a favor da
27 decisão já colocada, que já conta com 500 assinaturas entre estudantes, professores e
28 funcionários, demarcando claramente qual deve ser o posicionamento dos conselheiros e da
29 Universidade, que vem debatendo recorrentemente os temas e o avanço das políticas
30 afirmativas raciais de permanência e que devem seguir. Chama a atenção para alguns
31 elementos: logo no início do recurso protocolado por esse professor, um aspecto que a defesa
32 coloca é que se tratou de uma situação conflituosa com dois alunos por conta de uma
33 “paralisação”. Acha que isso também passa por um debate que é feito pelo movimento
34 estudantil sobre o desrespeito que acontece muitas vezes com a decisão dos estudantes sobre as
35 políticas e as táticas, como são as paralisações. Observa que essa foi uma mobilização muito
36 legítima, porque foi aprovada em assembleia estudantil geral e também nas dos cursos. A
37 alegação de legítima defesa colocada pelo professor não se fundamenta, e espera que seja essa
38 a opinião de toda esta Casa também. Pergunta como alguém poderia defender sacar uma faca
39 para um estudante, ter um *spray* de pimenta na mochila, como isso pode ser considerado uma
40 questão de legítima defesa, especialmente quando esse ataque é feito contra um estudante negro.

1 Relembra a esta Casa, que muito debate a democracia e as políticas antirracistas, que foram
2 descobertas nas redes sociais desse professor inúmeras postagens exaltando a extrema direita,
3 com fotos incitando a violência, carregando armas, com um discurso bolsonarista que repudiam.
4 Um discurso que não por acaso é o mesmo das pessoas que recentemente planejavam um golpe
5 de Estado no país. Também observa o que é afirmado contra um dirigente do DCE, o estudante
6 Gustavo Bispo, que esse professor ataca como sendo um estudante conhecido por suscitar
7 debates ideológicos e que tinha uma decisão com viés ideológico. Da mesma forma que esse
8 professor coloca que a decisão da Unicamp não é uma decisão imparcial, que é uma decisão
9 permeada pela política, permeada por um viés ideológico. É claro que existe política em toda e
10 qualquer atuação, em todo e qualquer ato que é colocado aqui. Esse ataque foi profundamente
11 político, um ataque racista, e a decisão deste Conselho que hoje será tomada, espera que por
12 unanimidade, de que a decisão da Unicamp seja mantida, é de fato política, mostrando que a
13 Universidade levanta a bandeira dos direitos humanos, do antirracismo. Pergunta como seria se
14 fosse um estudante negro que chegasse com uma faca dentro da Universidade, ou um docente
15 negro que carregasse uma faca dentro da sala de aula, qual seria o posicionamento, de que
16 maneira isso se colocaria dentro da Unicamp. Portanto, a decisão que está sendo colocada aqui
17 hoje, e que acha que não pode, de maneira nenhuma, passar batida, é uma decisão de um
18 compromisso da Universidade com as políticas antirracistas, com as políticas de permanência.
19 Isso em um contexto em que o fascismo avança, em que o governo Tarcísio se fortalece com o
20 discurso de violência contra os corpos negros. No atual governo do Estado de São Paulo, houve
21 um aumento de 76% da violência policial, sendo que três de cada quatro jovens assassinados
22 são negros. Em uma situação de aumento de militarização da sociedade, inclusive das escolas
23 do ensino básico, a decisão de não readmitir esse professor significa firmar um compromisso
24 prático, pragmático, daquilo que defendem. Acha que toda essa situação os leva a um debate e
25 a uma outra reflexão, que é qual é, de fato, a política antirracista que a Universidade tem, porque
26 não é possível mais que esses ataques continuem acontecendo. Houve o ataque do professor da
27 FEM que interrompeu a aula de uma professora negra do IFCH, que ensinava sobre os
28 Racionais MC's; o ataque de um servidor da FECFAU a um estudante que foi debater sobre a
29 paralisação, tendo corrido atrás desse estudante, chamando-o de bandido. Pergunta se vão
30 continuar aceitando esse tipo de política. Todos os estudantes têm a obrigação de ir para as suas
31 aulas, têm a obrigação de cumprir a carga horária das suas disciplinas, e acha que devem refletir
32 por que os professores ainda não têm cargas obrigatórias de formação antirracista, de formação
33 de direitos humanos. Isso diz respeito a qual é a condição que desejam dar para os estudantes
34 não só ingressarem, mas permanecerem. Portanto, a decisão que estão tomando hoje não é uma
35 decisão meramente burocrática, meramente legal, é uma posição política da Unicamp, desta
36 Casa que levanta as bandeiras dos direitos humanos, do antirracismo, para que, de fato, a
37 Universidade seja pintada pelo povo. Porque essa ideologia propagada pelo Rafael Leão e que
38 foi mostrada na prática é daqueles que acham que o povo negro pode levantar as paredes, pode
39 limpar o chão desta Universidade, pode servir a alimentação para os estudantes, mas não pode
40 pensar política, agir como sujeitos políticos dentro desta Universidade e que não podem se

1 posicionar. Acha que essa é a profundidade do debate que estão fazendo hoje, por isso faz esse
 2 apelo para que não fosse um voto que passasse batido. Não havendo mais observações, submete
 3 à votação o despacho do Reitor que aplicou a penalidade de demissão a bem do serviço público,
 4 que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 21 – Proc. nº 01-P-35159/2024 –, que trata de
 5 recurso interposto por Aliny Samanta de Amorim, do Curso de Fonoaudiologia da Faculdade
 6 Ciências Médicas, face à decisão da CCG contrária à solicitação de revisão de nota, referente à
 7 disciplina FN543. Informa que terá que se retirar, pois tem que participar de um evento em São
 8 Paulo, no consulado belga, às 19 horas. Sugere que façam a discussão deste último item, na
 9 presidência da professora Maria Luiza, mas que deixem o Expediente para a próxima terça-
 10 feira de manhã, pois gostaria muito de estar presente. Acha que esta é uma das reuniões do
 11 Consu que lhes dá um imenso orgulho do que fizeram no dia de hoje, e podem, de alguma
 12 forma, celebrar isso no Expediente, mesmo com todas as tensões internas, que são positivas. A
 13 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI, na presidência dos trabalhos, passa a palavra à
 14 conselheira Valentina, que destacou o item 21. A Conselheira VALENTINA SPEDINE
 15 SIERRA passa a palavra à conselheira Kethlyn. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA
 16 COSTA BRITO diz que o item trata de uma situação delicada, que já passou na CCG, na Cepe,
 17 e agora está vindo para o Consu. Já havia bastante documentos e foram acrescentados mais;
 18 está com os documentos físicos em mãos, caso alguém queira consultar. Observa que existem
 19 algumas coisas que atravessam essa pauta e que precisam ser esclarecidas, para que consigam
 20 votar com clareza, mas também com verdade. Primeiramente, essa matéria não tem sua ementa
 21 na DAC configurada como estágio, mas ela está sendo colocada como um estágio a todo
 22 momento pela docente. Além disso, a estudante não teve acesso completo às suas notas, o que
 23 dificultou que ela conseguisse entender com profundidade esse processo. Ela solicitou as notas,
 24 conseguiu ver e observou que há uma nota que está errada, que precisa ser revista, há uma
 25 incoerência nos cálculos, porque ela fez todos os cálculos novamente e a nota não dá menos de
 26 5 na média final. Também precisam de uma nota que foi apagada do sistema, e necessitam da
 27 autorização do Consu, ou da PG, para fazer o pedido de recuperação do arquivo dessa nota.
 28 Acha que isso não é pouca coisa, porque uma nota que era para ser no cálculo final 8 a 9 e vai
 29 para 3,7, evidencia que há um problema muito grande no meio disso. Outra questão que
 30 colocam é que a estudante recomendou para a mãe do paciente que deveria fazer Libras, e isso
 31 inclusive é uma coisa que não foi a estudante que falou para a mãe fazer, essa mãe já fazia em
 32 uma ONG aula de Libras com seu filho, e ela só achou que estava tudo certo. Acha importante
 33 ressaltar que quando um professor dá uma aula, ele precisa ser responsável também por auxiliar
 34 os estudantes nessa aula, inclusive os estágios e outras atividades que fazem antes de se formar
 35 é para que aprendam, para que saiam preparados desta Universidade e sejam bons profissionais.
 36 A professora já sabia que esse paciente estava fazendo aula de Libras, mas só alertou essa
 37 estudante na devolutiva final, e inclusive fez ameaças a essa aluna de que ela ia levar isso para
 38 instâncias superiores, e fez outras acusações, inclusive tendo enviado mensagens no WhatsApp
 39 da mãe do paciente. Fica se perguntando o quão ético isso é da parte da professora, e é
 40 importante lembrar que ela inclusive é PAD na Prática de Surdez, essas são coisas que estão

1 protocoladas nos documentos que ela coloca, e na CCG inclusive foi pautada a adaptação
2 curricular e constatado que há uma falha por parte da Deape nessa nota, então a aluna solicitou
3 à Ouvidoria também, recebeu um documento da coordenação do curso com RA de outro aluno.
4 Portanto, estão falando de um caso em que existem várias minúcias, e não é possível concluí-
5 lo sem que façam uma averiguação, sem que abram ao menos uma sindicância. Estão votando
6 no Consu e em todas as outras instâncias que essa estudante não vai ser aprovada, não vai ter a
7 sua nota revista, sendo que todas essas coisas estão acontecendo no meio disso. Uma estudante
8 não perderia o seu tempo colocando quase 200 documentos protocolados para rever a sua nota,
9 para rever essa atividade que ela concluiu. É importante lembrar que têm aprovado aqui as
10 políticas de cotas para pessoas com deficiência dentro da Universidade, o que significa que as
11 pessoas com deficiência que estão na Universidade também precisam receber um outro olhar.
12 Essa estudante tem TDA, e nesse processo a questão da saúde mental também precisa ser
13 revista. Uma docente há pouco olhou nos olhos da estudante e disse que votaria contrariamente
14 ao seu recurso, o que considera inclusive uma questão antiética, além de ser um agravante para
15 a questão da saúde mental, que devem ver com mais profundidade dentro deste Conselho. Por
16 isso a bancada discente está fazendo a defesa dessa estudante, porque ela só quer se formar,
17 inclusive porque sabem que, dependendo do nível de reprovação, e ela já tem outras, isso
18 impacta em uma seleção para a pós-graduação, para uma bolsa. Portanto, deveriam ter um
19 processo mais qualitativo e com mais profundidade para conseguirem debater minuciosamente
20 sobre esse caso, que tem várias coisas erradas no meio, várias coisas que precisam ser revistas
21 e que não podem simplesmente ser desdenhadas, como foi feito por muitos na Cepe. Existem
22 provas de que essa estudante concluiu a disciplina e que merece a sua nota por aquilo que
23 cumpriu. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que a aluna solicitou, em
24 julho de 2024, a revisão da nota do curso na comissão de graduação, foi negado o recurso, o
25 assunto foi para a congregação da Faculdade, depois para a CCG, tem um parecer da PG, foi
26 para a Cepe e agora está no Consu. Portanto, ela atuou em várias instâncias com relação à
27 questão da nota, tem acompanhado o caso da estudante, que inclusive foi conversar com ele,
28 porque sabia que ele estaria presente no Consu, e o que disse para ela é que não entraria no
29 mérito da nota, porque não é do curso, não participou, não pode julgar se está correta a nota 5,
30 8 ou 4 dada pelo professor. Ela alegava que havia um erro no cálculo da nota, e respondeu a ela
31 que, se houvesse um erro, intercederia favoravelmente aqui por ela. Foi verificar junto à
32 secretaria de graduação do curso de Fonoaudiologia e na verdade ela tem duas notas da parte
33 prática, uma delas é zero, e esse zero faz com que a média final seja inferior a 5 e ela seja
34 reprovada no curso. Não vai entrar no mérito, mas vê que sempre existe algum dado para rebater
35 o recurso. Inclusive com relação à sua condição, ela protocolou no SAE um atendimento logo
36 no início do curso, o Cepre faz atendimento a pessoas com TEA, a mesma condição da aluna,
37 está habilitado a lidar com essas questões, então acha difícil que a aluna tenha sido prejudicada
38 pela sua condição. Sua opinião pessoal sobre o caso é que vê condições que são alegadas para
39 que a nota seja revista, mas perguntou à aluna por que ela acha que está tendo tanta dificuldade
40 para provar que teve uma nota boa, adequada. A Faculdade não está lá para perseguir aluno,

1 querem que os alunos se formem, tenham um bom desempenho, sejam bons profissionais,
2 ninguém está preocupado em perseguir aluno, muito pelo contrário, mas existem alunos que se
3 dedicam mais ou menos. A estudante Aliny, particularmente, tem duas reprovações em
4 disciplinas anteriores já, ela tem um histórico de reprovação. Conferiu o cálculo da nota e ele
5 está absolutamente correto, por isso a posição da FCM é manter a reprovação da aluna. O
6 Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que também não vai entrar no mérito
7 acadêmico da solicitação, mas acha que como foi identificado aqui corretamente que houve um
8 equívoco de comunicação no momento em que a Deape estava fazendo a criação do Programa
9 de Atendimento Educacional Especializado, recomenda aos colegas que se tiverem alguma
10 dúvida, como o processo é extenso, a posição da Deape está descrita das folhas 111 a 115 do
11 item 21. Vai fazer um resumo, tomando os cuidados para não entrar na questão do mérito
12 acadêmico, que não os compete, mas por ser um tema muito importante para a Deape e para
13 que tenham bastante segurança de que todo o esforço possível será feito para que não haja
14 novamente equívocos em questões de comunicação. Observa que a formalização do programa
15 no segundo semestre de 2024 impedirá qualquer tipo de equívoco de comunicação como esse.
16 É importante dizer que o Programa de Atendimento Educacional Especializado discute
17 adaptações de forma, nunca de conteúdo, das disciplinas. Vão encontrar nesse relatório que, do
18 ponto de vista da orientação educacional, embora tenha havido um ruído e uma falta de
19 comunicação entre a Deape e a Faculdade em um momento específico, as adaptações, tal como
20 foram aqui colocadas no quadro 1 das folhas 113, foram vistas como correspondentes àquilo
21 que se esperava do caso. Mas é preciso deixar muito claro que a estudante continua sob os
22 serviços da Deape, da orientação educacional, e é de todo o interesse do órgão que ela se forme
23 da melhor forma possível. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que a
24 estudante está solicitando uma revisão da nota e os relatórios do curso de Fonoaudiologia são
25 muito claros, referindo que a aluna não adquiriu as competências necessárias para ter uma nota
26 acima de 5. Então, para a PRG isso é o fundamental, ela não pode se tornar uma profissional
27 naquela área se ela não tiver algumas competências necessárias. Então, tanto na CCG quanto
28 na Cepe a opinião foi que deveriam manter a nota e a estudante ter uma outra oportunidade de
29 adquirir essas competências que vão ser importantes na sua vida futura. A Conselheira
30 MÔNICA ALONSO COTTA diz que não vai falar sobre o caso em questão, mas fará uma
31 contraposição à fala do professor Coy, que tem certeza que ele não teve essa intenção, mas para
32 os alunos que estão escutando: ter duas reprovações não significa que sua vida acabou e isso
33 não pode ser usado como baliza para avaliar o caso em questão. Não olham o histórico da pessoa
34 para julgar os dados que estão sendo apresentados. Nas Exatas, há alunos que reprovam muito,
35 às vezes no primeiro semestre, por conta da bagagem de matemática que vem falha, fazem um
36 esforço nesse sentido nas unidades e tudo o mais. Então, essas falas em um espaço como o
37 Consu a preocupam, pois um aluno pode achar que porque teve duas reprovações isso pode ser
38 levado em conta em uma análise desse tipo. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO
39 ROGER pergunta se em algum momento outro profissional, outro professor, diferente da
40 professora em questão, fez uma reavaliação dos trabalhos da aluna. Faz essa pergunta porque

normalmente na FT, onde é muito comum reprovar, quando um aluno faz um questionamento, montam uma comissão com outros professores e é feita uma nova correção das avaliações. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO responde que no relatório consta apenas que a avaliação dessa aluna foi discutida com o PED que fazia o acompanhamento e com a coordenadora de graduação do curso. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz que se refere a uma avaliação técnica de algum *expert*, de algum professor da área, alguém que conheça também, porque o coordenador, se não é da área, vai acreditar na opinião da professora e na opinião da PED, provavelmente. Na FT, normalmente montam uma banca de três professores. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que isso não está constando dos autos. O Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que consta algo às folhas 85. O Conselheiro PAULO EDUARDO NEVES FERREIRA VELHO diz que precisam levar em consideração que é uma disciplina prática, não é uma avaliação estanque. Na verdade, são atividades com pacientes, não se faz avaliação só no final com uma prova, ou com uma avaliação teórica. A SENHORA PRESIDENTE destaca que o professor Paulo Velho foi coordenador de graduação do curso de Medicina, tem bastante experiência na área de graduação da Faculdade de Ciências Médicas, portanto valoriza bastante sua opinião. As atividades práticas constituem o dia a dia com os alunos, possuem contato diário com eles e a avaliação se dá pela forma como o aluno trabalha, trata e se desempenha, e no final do estágio tem a prova. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que a acadêmica Aliny solicitou uma reunião com os representantes discentes da graduação e da pós-graduação, em que expôs sua situação. O problema que os preocupa não é só a nota, tem algo a mais, que se relaciona com as cotas PCD, sendo ela uma PCD também. Não sabe se é permitido, mas ela gostaria de estar aqui apresentando a situação dela. Sugeriu na conversa com ela que ela procurasse os professores Ivan e Coy, a Deape e também procurasse a professora Silvia Santiago para orientá-la. O que estão vendo é um pedido de socorro de uma pessoa que está precisando de um auxílio, uma orientação. Não questiona a nota ou o trabalho dela, porque não é *expert* nisso, é da área de Exatas, mas percebem que ela está precisando de um acolhimento diferenciado, como talvez possa haver outros casos. É lamentável que isso chegue até o Consu, porém é uma oportunidade de discutir um caso que poderá acontecer no futuro também. Acha que é apenas uma questão de ver que plano pode ser feito para que ela possa recuperar, para que ela possa ter uma oportunidade. O Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE reforça que ela está tendo acompanhamento da orientação educacional da Deape. Infelizmente, antes da institucionalização do programa, a comunicação era feita pelo Sigad e isso fazia com que alguns ruídos de comunicação acontecessem, que foi exatamente o que ocorreu. O que não significa que ela não estivesse sendo assistida pela orientação educacional, mas a comunicação com a disciplina não estava sendo feita de forma tempestiva. Entretanto, no momento em que foram avaliadas as adaptações de aprendizagem, a orientação educacional considerou que tudo aquilo que ela poderia pedir estava sendo feito pela disciplina, que, a partir daquele momento, as questões eram de ordem acadêmica, que eram os docentes da área que iriam decidir o que deveria ser feito. Mas é muito importante, de fato, dar todo o apoio à estudante para saber as

1 decisões e os efeitos das ações dela a partir daqui, e esse é o papel da Deape. O Conselheiro
2 ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que a estudante elogiou para ele o atendimento da Deape, ela
3 não tem queixa nenhuma em relação a isso. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES
4 COY reforça que existe o acolhimento da condição dela pelo curso, e o que está sendo discutido
5 aqui é mais ou menos o que o professor Ivan colocou: ela não adquiriu as competências
6 necessárias para desenvolvimento naquela disciplina. O curso entende que é necessário que ela
7 refaça a disciplina para adquirir as competências, mas o acolhimento, a assistência, existiu e
8 existe ainda. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que, como o
9 professor Sávio mencionou, às folhas 85 consta a comissão. Lembra que o processo aqui é de
10 revisão de nota, não estão julgando nenhum outro aspecto a não ser a revisão de nota. Está
11 muito claro no processo que a Fonoaudiologia considera que ela não teve nota porque não
12 adquiriu as competências necessárias. A SENHORA PRESIDENTE diz que o relatório escrito
13 por quatro professoras que estão avaliando o pedido de revisão de notas, todas professoras
14 conhecidas da área de Fonoaudiologia, se refere aos atendimentos que a acadêmica Aliny era
15 responsável por planejar, acompanhar e relatar, em relação ao processo de um único paciente
16 no grupo de estimulação. Ela atrasou a inserção dos dados na data prevista, deixando ausente o
17 relatório da entrevista inicial, apenas reproduzindo sem articulação os dados de *check list* com
18 informações soltas. A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz que duas coisas que
19 não foram pontuadas e que a estudante levanta é o fato de ela não ter tido acesso às notas antes,
20 somente no relatório final. Isso dificulta que o estudante, ao longo do semestre, tenha as
21 condições de entender qual é a sua situação. As diversas avaliações ao longo do semestre
22 supostamente têm o objetivo de que o estudante vá sendo avaliado e, a partir disso, possa
23 calcular onde precisa focar para conseguir garantir a sua aprovação. O segundo elemento que
24 ela traz, e aproveita aqui a presença do professor Sávio, é que a Deape analisa a questão como
25 um estágio. Mas, como a Kathlyn colocou anteriormente, o nome da disciplina não era estágio,
26 e pergunta se isso impacta na forma como isso é avaliado dentro das instâncias e da Deape. O
27 Professor SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que a disciplina na verdade é uma prática,
28 mas isso estava sendo comunicado, pelo que entendeu por todos os relatórios, entre a aluna e a
29 orientação educacional, do ponto de vista das atividades que ela precisava fazer. Às folhas 111
30 a 115 da documentação, todas as atividades estão listadas. O Conselheiro CLAUDIO SADDY
31 RODRIGUES COY diz que ela alegou isso para ele também, que ela estava sendo avaliada
32 como estagiária, mas ela é aluna. Mas isso, na verdade, não ocorreu, porque a designação
33 estágio, em uma determinada fase do curso, é feita regularmente na Faculdade, estágio da
34 cirurgia, estágio da pediatria, porém isso não quer dizer que o aluno esteja sendo avaliado como
35 estagiário. Isso seria uma exigência um pouco superior, não foi exatamente isso o que
36 aconteceu. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que o relatório que é
37 apresentado nas folhas 82 a 85 mostra que há uma devolutiva durante o semestre. Há algumas
38 datas em que houve conversas entre a docente e a aluna, como 12 de abril e 07 de maio.
39 Portanto, há uma devolutiva, há um *feedback* da professora em relação ao que estava
40 acontecendo no estágio. Então, de certa forma, embora não haja uma nota concreta, porque acha

que só deve haver uma nota ao final do estágio ou ao final da disciplina, há, sim, o *feedback* da professora em relação ao desempenho da aluna. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO diz que o que vão votar é muito injusto, porque, como falou várias vezes, há várias minuciosidades que ninguém aqui rebateu. Estão todos só falando que a estudante não cumpriu a carga, não cumpriu com as capacidades, não tem os pré-requisitos, mas ninguém respondeu nada do que mencionou. É importante ressaltar o nível de problemática do que está sendo colocado, com questões profundas de RA e outras coisas que aparecem de forma errada. A nota para a estudante só foi colocada agora, ela não sabia quais eram as notas dela para saber como ficou o relatório final. Além disso, ela coloca que no dia 12 de abril não teria como ser avaliada, já que começou a partir de 22 de abril a prática com o usuário. Portanto, vão votar sem ter as respostas para isso que está acontecendo. Enquanto este Conselho Universitário não for paritário, vai continuar sendo difícil mesmo, tendo aqueles que muitas vezes perseguem os estudantes votando contra os mesmos. A SENHORA PRESIDENTE diz que esta Universidade não tem histórico de perseguição de alunos; pelo contrário, querem que os alunos sejam aprovados e se formem. Tentaram responder às questões trazidas pela conselheira Kethlyn: na Faculdade de Ciências Médicas, toda a parte prática com o paciente, que é o caso dela, é chamada de estágio, mas é uma disciplina. Falam “estágio” de uma maneira que o professor Coy já explicou. A aluna já foi avaliada em diferentes instâncias: ela teve acesso ao diretor da FCM, às professoras da Fonoaudiologia, à Cepe, ao professor Sávio, ao professor Ivan, à CCG. Ou seja, as oportunidades foram oferecidas, foi analisado o caso dela com bastante cuidado, e ressalta que não querem reprovar alunos de jeito nenhum. Mas consideram que o aluno precisa ter a capacitação, principalmente em uma área em que vai trabalhar com vidas humanas, ele precisa ter um conteúdo mínimo aprovado para fazer essas atividades. Se todas as oportunidades que foram dadas a essa aluna consideraram que ela não preenchia esses requisitos, devem entender que as explicações foram dadas, as oportunidades foram dadas e que realmente ela terá que fazer novamente essa disciplina para que ela possa se formar. Não tem como aprovarem aqui, e é muito sério também, do ponto de vista do professor ou da professora, aprovar alunos que não estejam preparados para uma atividade clínica. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que a Faculdade de Ciências Médicas tem dado uma importância muito grande para a avaliação, particularmente as avaliações práticas. Ela tem um núcleo de avaliação que no curso de Medicina agora está ficando centralizado para evitar análises subjetivas. Possuem uma preocupação muito grande, acha que isso fortalece a formação dos alunos, mas entendem também que algumas vezes os alunos não conseguem adquirir as competências, e torna-se necessária uma reprovação para que a formação se complete de uma forma mais adequada. Isso acontece e, como educadores, precisam assumir essa responsabilidade. Não vê como perseguição à aluna, muito pelo contrário, ela teve direito a uma ampla defesa. A primeira revisão das notas foi em julho de 2024, ela pediu revisão e teve acesso às notas. Então, por mais desconfortável que seja para a aluna, às vezes é necessário, até como uma questão educacional mesmo, a reprovação. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO observa que os estudantes sofrem perseguição nesta Universidade sim, todos sabem disso, não é à toa

1 que o centro acadêmico do Instituto de Artes hoje sofre um processo de sindicância. O primeiro
2 e único centro acadêmico, após a ditadura militar, a sofrer um processo de sindicância. Precisam
3 estar preparados para falar sobre isso com mais profundidade, porque isso afeta a saúde mental
4 de vários estudantes que estão aqui. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
5 HASHIMOTO diz que o IA possui um processo que foi aberto anos atrás, em razão de um
6 confronto entre professor e alunos, e está em andamento ainda, já faz mais de um ano, então é
7 antes da sua gestão, e foi decidido junto com a Reitoria. Então está em processo ainda e não
8 terminou. Não havendo mais observações, a SENHORA PRESIDENTE submete à votação o
9 parecer Cepe, contrário ao recurso da aluna, que é aprovado com 43 votos favoráveis, 06
10 contrários e 03 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, informa que o
11 Expediente será realizado na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada
12 a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente
13 Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do
14 Conselho Universitário. Campinas, 26 de novembro de 2024.

Conselho Universitário - CONSU⁵¹⁹

189ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
62	0	0

VOTANTES

Nomes	Votos
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Daniel Martins de Souza	Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Érico Santos Pimenta	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável
José Antonio Rocha Gontijo	Favorável

Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Marcelo Alves da Silva Mori	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Muriel de Oliveira Gavira	Favorável
Sandro Dias	Favorável
Peter Alexander Bleinroth Schulz	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Mônica Alonso Cotta	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Eva Lopes Teixeira	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Elaine Cristina de Ataíde	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável

Márcio Antonio Cataia	521	Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury		Favorável
Marcos Nogueira Martins		Favorável
Jose Luis Pio Romera		Favorável
Luiz Seabra Junior		Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Rachel Meneguello		Favorável
Silvia Cristina Franco Amaral		Favorável
SeyedMehdi Mohammadizadeh		Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito		Favorável
Marisa Masumi Beppu		Favorável
Fernando Sarti		Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque		Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha		Favorável
Juliana Freitag Borin		Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy		Favorável
Ângelo Roberto Biasi		Favorável
Márcio Alberto Torsoni		Favorável
Noel dos Santos Carvalho		Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan		Favorável
Odilon José Roble		Favorável

522	
Célio Hiratuka	Favorável
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Antonio Salvador Pedretti Neto	Favorável
Rafael Silva Marconato	Favorável
José Henrique Toledo Correa	Favorável
Anderson de Souza Sant ´ Ana	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	
Leandro Aparecido Villas	
Augusto César da Silveira	
Rodolfo Jardim de Azevedo	
Simone Appenzeller	
Joana Froes Braganca Bastos	
Wagner de Melo Romão	
Anna Christina Bentes da Silva	
Francisco Hideo Aoki	
Dirce Djanira Pacheco E Zan	
Samuel Rocha de Oliveira	
Kaylan Rodrigues	
Felipe Machado Savedra	

Valentina Spedine Sierra

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Aline Sampaio Rodrigues Schmidt

Patricia Kawaguchi Cesar

João Mateus Silva Feitoza

Adilton Dorival Leite

Cláudio José Servato

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Eduardo Gurgel do Amaral

Kayque Rian Soares da Silva

Esther Luna Colombini

Conselho Universitário - CONSU⁵²⁴

189ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024

Resultado da votação

Item 02 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
62	0	0

VOTANTES

Nomes	Votos
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
Anderson de Souza Sant´Ana	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha	Favorável
Noel dos Santos Carvalho	Favorável
Mônica Alonso Cotta	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan	Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Márcio Antonio Cataia	Favorável
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável

José Henrique Toledo Correa	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury	Favorável
Peter Alexander Bleinroth Schulz	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Valentina Spedine Sierra	Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Odilon José Roble	Favorável
Eva Lopes Teixeira	Favorável
Célio Hiratuka	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
Marcelo Alves da Silva Mori	Favorável

Kethlyn Kethriny da Costa Brito	526	Favorável
Sandro Dias		Favorável
Rafael Silva Marconato		Favorável
Muriel de Oliveira Gavira		Favorável
Antonio Salvador Pedretti Neto		Favorável
José Antonio Rocha Gontijo		Favorável
Érico Santos Pimenta		Favorável
Josely Rimoli		Favorável
Verónica Andrea González-López		Favorável
Marcos Nogueira Martins		Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva		Favorável
Marisa Masumi Beppu		Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues		Favorável
Fernando Sarti		Favorável
Luiz Seabra Junior		Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Juliana Freitag Borin		Favorável
Márcio Alberto Torsoni		Favorável
Jörg Kobarg		Favorável
Arnaldo César da Silva Walter		Favorável
Silvia Cristina Franco Amaral		Favorável

527	
Elaine Cristina de Ataíde	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Daniel Martins de Souza	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	
Leandro Aparecido Villas	
Augusto César da Silveira	
Rodolfo Jardim de Azevedo	
Simone Appenzeller	
Joana Froes Braganca Bastos	
Wagner de Melo Romão	
Anna Christina Bentes da Silva	
Francisco Hideo Aoki	
Dirce Djanira Pacheco E Zan	
Samuel Rocha de Oliveira	
Kaylan Rodrigues	
Felipe Machado Savedra	

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Aline Sampaio Rodrigues Schmidt

Patricia Kawaguchi Cesar

João Mateus Silva Feitoza

Adilton Dorival Leite

Cláudio José Servato

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Eduardo Gurgel do Amaral

SeyedMehdi Mohammadizadeh

Kayque Rian Soares da Silva

Esther Luna Colombini

Conselho Universitário - CONSU⁵²⁹

189ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024

Resultado da votação

Item 03 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
63	0	0

VOTANTES

Nomes	Votos
Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Daniel Martins de Souza	Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Marcelo Alves da Silva Mori	Favorável
Muriel de Oliveira Gavira	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Érico Santos Pimenta	Favorável

Antonio Salvador Pedretti Neto	Favorável
Anderson de Souza Sant ´ Ana	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Rafael Silva Marconato	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha	Favorável
Peter Alexander Bleinroth Schulz	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Odilon José Roble	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
José Antonio Rocha Gontijo	Favorável
Eva Lopes Teixeira	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito	Favorável
Célio Hiratuka	Favorável
Valentina Spedine Sierra	Favorável

Márcio Antonio Cataia	531	Favorável
Ricardo Miranda Martins		Favorável
José Henrique Toledo Correa		Favorável
Marcos Nogueira Martins		Favorável
Arnaldo César da Silva Walter		Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Noel dos Santos Carvalho		Favorável
Jose Luis Pio Romera		Favorável
Mônica Alonso Cotta		Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues		Favorável
Verónica Andrea González-López		Favorável
Juliana Freitag Borin		Favorável
Débora Cristina Jeffrey		Favorável
Luiz Seabra Junior		Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan		Favorável
Sandro Dias		Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque		Favorável
Anna Christina Bentes da Silva		Favorável
Fernando Sarti		Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy		Favorável
Ângelo Roberto Biasi		Favorável

532	
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
Silvia Cristina Franco Amaral	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável
Márcio Alberto Torsoni	Favorável
SeyedMehdi Mohammadizadeh	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	
Leandro Aparecido Villas	
Augusto César da Silveira	
Elaine Cristina de Ataíde	
Rodolfo Jardim de Azevedo	
Simone Appenzeller	
Joana Froes Braganca Bastos	
Wagner de Melo Romão	
Francisco Hideo Aoki	
Dirce Djanira Pacheco E Zan	
Samuel Rocha de Oliveira	
Kaylan Rodrigues	

Emily Lourdes Mendes de Sá

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Aline Sampaio Rodrigues Schmidt

Patricia Kawaguchi Cesar

João Mateus Silva Feitoza

Adilton Dorival Leite

Cláudio José Servato

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Eduardo Gurgel do Amaral

Kayque Rian Soares da Silva

Esther Luna Colombini

Conselho Universitário - CONSU⁵³⁴

189ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Novembro de 2024

Resultado da votação

Item 04 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
62	0	0

VOTANTES

Nomes	Votos
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Daniel Martins de Souza	Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável
Érico Santos Pimenta	Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha	Favorável
Antonio Salvador Pedretti Neto	Favorável

Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
José Antonio Rocha Gontijo	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Anderson de Souza Sant ´ Ana	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
Muriel de Oliveira Gavira	Favorável
Noel dos Santos Carvalho	Favorável
Valentina Spedine Sierra	Favorável
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Eva Lopes Teixeira	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável

Peter Alexander Bleinroth Schulz	536	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan		Favorável
Mônica Alonso Cotta		Favorável
Marcelo Alves da Silva Mori		Favorável
Odilon José Roble		Favorável
Ricardo Miranda Martins		Favorável
Anna Christina Bentes da Silva		Favorável
Marcos Nogueira Martins		Favorável
Rafael Silva Marconato		Favorável
Célio Hiratuka		Favorável
Sandro Dias		Favorável
Ariovaldo José da Silva		Favorável
Jose Luis Pio Romera		Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Débora Cristina Jeffrey		Favorável
Luiz Seabra Junior		Favorável
Elaine Cristina de Ataíde		Favorável
Márcio Alberto Torsoni		Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues		Favorável
Fernando Sarti		Favorável
Márcio Antonio Cataia		Favorável

537	
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Juliana Freitag Borin	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
SeyedMehdi Mohammadizadeh	Favorável
Silvia Cristina Franco Amaral	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	
Leandro Aparecido Villas	
Augusto César da Silveira	
Rodolfo Jardim de Azevedo	
Simone Appenzeller	
Joana Froes Braganca Bastos	
Wagner de Melo Romão	
Francisco Hideo Aoki	
Dirce Djanira Pacheco E Zan	
Verónica Andrea González-López	
Samuel Rocha de Oliveira	
Kaylan Rodrigues	
Felipe Machado Savedra	

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Aline Sampaio Rodrigues Schmidt

Patricia Kawaguchi Cesar

João Mateus Silva Feitoza

Adilton Dorival Leite

Cláudio José Servato

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Eduardo Gurgel do Amaral

José Henrique Toledo Correa

Kayque Rian Soares da Silva

Esther Luna Colombini

**ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS.**

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Alvaro Galette Junior, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti, André Kaysel Velasco e Cruz, Andreas Karoly Gombert, Andréia Galvão, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Salvador Pedretti Neto, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Claudio Francisco Tormena, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Daniella Yamada Baragatti, Débora Cristina Jeffrey, Emilson Pereira Leite, Érico Santos Pimenta, Eva Lopes Teixeira, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Hernandes Faustino de Carvalho, Ivan Felizardo Contrera Toro, Joana Froes Bragança Bastos, Jörg Kobarg, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz Seabra Junior, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto Torsoni, Maria Luiza Moretti, Matheus da Silva Marcheti Martins, Muriel de Oliveira Gavira, Nelson Filice de Barros, Noel dos Santos Carvalho, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodrigo Gonçalves Pagnano, Sandro Dias, Silvia Cristina Franco Amaral e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Cristiane Maria Megid, José Alves de Freitas Neto, Sávio Machado Cavalcante, Ricardo Dahab; a doutora Marta Cristina Teixeira Duarte; as doutoras Fernanda Lavras Costallat Silvado e Maria Augusta Pretti Ramalho; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Maria Aparecida Quina de Souza, Talita de Almeida Mendes e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Anderson de Souza Sant'Ana; Ana Silvia Prata; Hugo Enrique Hernandez Figueroa; Bruno Sanches Masiero; Paulo José Rocha de Albuquerque; Mariana Rodrigues Ribeiro dos Santos; Odilon José Roble; João Paulo Borin; Mônica Alonso Cotta; Marcos César de Oliveira; Márcio Antonio Cataia, sendo substituído pelo conselheiro Emilson Pereira Leite; Leandro Aparecido Villas; Simone Appenzeller, sendo substituída pelo conselheiro Nelson Filice de Barros; Rodolfo Jardim de Azevedo; Juliana Freitag Borin, sendo substituída pelo conselheiro Rodrigo Gonçalves Pagnano; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sendo substituída pelo conselheiro Noel dos Santos Carvalho; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pelo conselheiro Andreas Karoly Gombert; Wagner de Melo Romão; José Antonio Rocha Gontijo; Emily Lourdes Mendes de Sá; Kaylan Rodrigues; Valentina Spedine Sierra; João Mateus Silva Feitoza; Aline Sampaio Rodrigues Schmidt; Cláudio José Servato, sendo substituído pelo conselheiro Érico Santos Pimenta; Elaine dos Santos José, sendo substituída pela conselheira Eva Lopes Teixeira; Rafael Silva Marconato, sendo substituído pelo conselheiro Alvaro Galette Junior; Adilton Dorival Leite; Marcos Nogueira Martins; Eliana da Silva Souza, sendo

substituída pela conselheira Daniella Yamada Baragatti; Eduardo Gurgel do Amaral; Elaine Cristina de Ataíde. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Continuação da Centésima Octogésima Nona Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial. Fazendo as considerações iniciais, diz que esta Sessão do Conselho Universitário está sendo transmitida pelo YouTube, e ela ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas para os conselheiros e uma mesa para a presidência, que fica de frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há *laptops* e microfones para que os membros possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da Secretaria Geral e acessem o menu Consu - Sessões para que sua presença seja registrada. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. Lembra que é imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG (menu Sessões). Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de três minutos para o Expediente. Como se trata da continuação da Sessão de número 189, não serão aceitas novas inscrições para o Expediente, mantendo-se aquelas realizadas no dia 26 de novembro. Inicia colocando para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Termo de Ajustamento de Conduta – Ponto Eletrônico – 01) Proc. nº 01-D-43064/2024 – Documentos referentes a eventos posteriores à celebração do Termo de Ajustamento de Conduta entre a Unicamp e o Ministério Público de São Paulo – Despacho GR-961/24: I) Ata da reunião realizada em 24/10/2024, referente à prorrogação do prazo para cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta; II) Ofício PG nº 764/2024, solicitando a referida prorrogação; III) Despacho do Ministério Público indeferindo o pedido. B – Relatórios – a) Relatórios Finais de GTs – 02) Proc. nº 01-P-35319/2024 – Relatório do GT, designado pela Portaria GR-103/24, que constituiu Comissão Especial para análise e emissão de Parecer sobre a priorização das propostas de criação de novos cursos de Graduação na Unicamp a ser apreciado no Consu – Despacho GR-962/24. 03) Proc. nº 01-P-17340/2024 – Relatório do GT “Unicamp – Antigo Prédio do DOI-CODI”, designado pela Portaria GR-59/24, com o objetivo de realizar o “Memorial Doi-Codi” contribuindo para o fortalecimento do espírito democrático por meio da ciência e da cooperação entre os pesquisadores e instituições envolvidas, buscando ser referência nacional e internacional na pesquisa e gestão de lugares de memória – Despacho GR-927/24. 04) Proc. nº 01-P-15780/2024 – Relatório parcial do GT, designado pela Portaria GR-48/24, para estudar a implantação de um modelo de cotas/ações afirmativas para pessoas trans para o Vestibular da Unicamp – Despacho GR-960/24. b) Relatório Anual de Atividades da Comissão de Planejamento Estratégico Institucional – Copei – 05) Proc. nº 01-P-48171/2023 – Relatório das principais atividades realizadas pela Comissão de Planejamento Estratégico Institucional (Copei) durante o ano de 2024 – Ofício CGU/Copei-07/2024. c) Relatórios Semestrais das Câmaras do Consu – Artigo 9º, IX, e Artigo 10, VI do Regimento Interno do Consu – 06) Proc. nºs 01-D-16024/2023 e 01-D-20395/2023 – Relatórios Semestrais da Câmara de Administração (CAD) e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), referentes ao

período de 1º.04.24 a 30.09.24, de acordo com o inciso VI do artigo 10 e inciso IX do artigo 9º do Regimento Interno do Consu. d) Plano de Trabalho – SCI – Artigo 6º da Deliberação Consu-A-08/2019 – 07) Proc. nº 42-P-41818/2024 – Plano de Trabalho do Sistema de Controle Interno (SCI) de 2025 – Deliberação SCI-08/24. C – Composição da Comissão Central de Extensão – Deliberação Consu-A-53/2020 – 08) Proc. nº 01-P-5090/2021 – Resultado da Chamada Pública – Edital CCE nº 01 de 2024 para a composição de membros externos da Comissão Central de Extensão (CCE) para o biênio 2025/2026 – Ofício CCE-02/24. D – Prêmios Institucionais 2024 – 09) Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” – Deliberação Consu-A-021/2013 – FCA: Prof. Dr. Ricardo Floriano; FCF: Profa. Dra. Mary Ann Foglio; FCM: Profa. Dra. Fernanda Garanhani de Castro Surita; FE: Profa. Dra. Débora Mazza; FEF: Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares; FEA: Prof. Dr. Mário Roberto Maróstica Junior; Feagri: Prof. Dr. Zigomar Menezes de Souza; Fecfau: Prof. Dr. Luiz Carlos de Almeida; Feec: Prof. Dr. José Alexandre Diniz; FEM: Prof. Dr. William Roberto Wolf; FEnf: Profa. Dra. Luciana de Lione Melo; FEQ: Profa. Dra. Ângela Maria Moraes; FOP: Prof. Dr. Márcio Ajudarte Lopes; IA: Profa. Dra. Ana Maria Rodriguez Costas; IB: Prof. Dr. Rafael Vasconcelos Ribeiro; IC: Prof. Dr. Luiz Fernando Bittencourt; IE: Prof. Dr. Alexandre Gori Maia; IEL: Profa. Dra. Inês Signorini; IFCH: Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri; IFGW: Prof. Dr. Maurice de Koning; IG: Prof. Dr. Francisco Sérgio Bernardes Ladeira; Imecc: Prof. Dr. Carlile Campos Lavor; IQ: Prof. Dr. Carlos Henrique Inácio Ramos. Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicação ao Ensino de Graduação – Deliberação Consu-A-021/2013 – FCA: Profa. Dra. Juliana Pires de Arruda Leite; FCF: Profa. Dra. Karina Cogo Müller; FCM: Prof. Dr. Cassio Cardoso Filho; FE: Profa. Dra. Soely Aparecida Jorge Polydoro; FEA: Profa. Dra. Cinthia Baú Betim Cazarin; Feagri: Profa. Dra. Bárbara Janet Teruel Mederos; Fecfau: Profa. Dra. Luana Mattos de Oliveira Cruz; Feec: Prof. Dr. Matheus Souza; FEF: Profa. Dra. Helena Altmann; FEM: Prof. Dr. Tiago Henrique Machado; FEnf: Profa. Dra. Dalvani Marques; FEQ: Prof. Dr. Raphael Soeiro Suppino; FOP: Prof. Dr. Mário Alexandre Coelho Sinhoreti; FT: Prof. Dr. Felipe Benavente Canteras; IA: Prof. Dr. Paulo Adriano Ronqui; IB: Profa. Dra. Maria Fernanda Aguiar Calió; IC: Prof. Dr. Fábio Luiz Usberti; IE: Profa. Dra. Ana Rosa Ribeiro de Mendonça; IEL: Profa. Dra. Daniela Birman; IFCH: Profa. Dra. Artionka Manuela Góes Capiberibe; IFGW: Prof. Dr. Pascoal José Giglio Pagliuso; IG: Prof. Dr. Roberto Greco; Imecc: Profa. Dra. Samara Flamini Kiihl; IQ: Prof. Dr. Leandro Martínez. Prêmio ProEEC de Extensão Universitária – Deliberação Consu-A-006/2019 – FCA: Profa. Dra. Julicristie Machado de Oliveira; FCF: Profa. Dra. Taís Freire Galvão; FCM: Prof. Dr. Edison Bueno; FE: Prof. Dr. Wenceslao Machado de Oliveira Junior; FEA: Prof. Dr. Sérgio Bertelli Pflanzner Junior; Feagri: Prof. Dr. Angel Pontin Garcia; Fecfau: Prof. Dr. Adriano Luiz Tonetti; Feec: Prof. Dr. Luiz Carlos Pereira da Silva; FEF: Prof. Dr. Sérgio Settani Giglio; FEM: Profa. Dra. Carla Kazue Nakao Cavaliero; FEnf: Profa. Dra. Dalvani Marques; FEQ: Profa. Dra. Roberta Ceriani; FOP: Prof. Dr. Antonio Carlos Pereira; FT: Profa. Dra. Simone Andréa Pozza; IA: Profa. Dra. Rachel Zuanon Dias; IB: Profa. Dra. Elizabeth Bilsland; IC: Prof. Dr. Anderson de Rezende Rocha; IE: Prof. Dr. Rodrigo Lanna Franco da Silveira; IEL: Profa. Dra. Jacqueline Peixoto Barbosa;

IFGW: Profa. Dra. Gabriela Castellano; IG: Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves; Imecc: Prof. Dr. Lúcio Tunes dos Santos; IQ: Prof. Dr. Marcelo Ganzarolli de Oliveira. Prêmio de Reconhecimento Acadêmico para Pesquisadores da Carreira de Pesquisador – Deliberação Consu-A-021/2016 – Nepam: Dra. Cristiana Simão Seixas. Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicação ao Ensino Magistério Secundário Técnico – Deliberação Consu-A-009/2021 – Cotil: Profa. Rosmari Aparecida Ribeiro e Cotuca: Prof. Edson Joaquim dos Santos. Prêmio de Reconhecimento Discente de Desempenho em sua Formação Técnica dos Colégios Técnicos da Unicamp – Deliberação Consu-A-010/2021 – Cotil: Mariana Melo Pereira.

Informa que os itens 02 e 04 terão uma breve apresentação. Em relação ao item 01, informa que tiveram uma reunião inicial com o Ministério Público, da qual participaram, além do Reitor, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário, professor Fernando Sarti, as procuradoras Fernanda e Livia, a direção da DGRH, na figura do senhor Everaldo, e a direção da DGA, na figura da senhora Lina. Nessa reunião, a Unicamp sugeriu o adiamento por seis meses na implantação do ponto eletrônico, para que ele ocorresse até metade do próximo ano, mas essa sugestão não foi acatada pelo Ministério Público. Formalizaram posteriormente essa solicitação em um documento redigido pela Procuradoria Geral, encaminhado por ele, e esses documentos e a resposta do procurador estão na documentação de pauta associada ao item 01, que informa a não concordância com o adiamento e, a partir de janeiro, um processo que deve, não implantado o ponto eletrônico, implicar multa diária para a Universidade. Há três relatórios de GTs, e deseja mencionar o relatório do item 03: a Unicamp, junto com a Unifesp, mas a Unicamp com destaque, esteve envolvida na pesquisa sobre o antigo prédio do DOI-Codi. Em função desse envolvimento da Unicamp, houve uma reunião aqui, no ano passado, da comissão de pessoas envolvidas na questão dos desaparecidos, das pessoas que sofreram durante o período do regime militar tortura, os sofrimentos naquele equipamento. Foi algo bastante tocante que ocorreu na Unicamp e que contou também com pessoas do Ministério Público associadas à questão dos direitos humanos. Em função dessa participação bastante forte da Unicamp, montaram um grupo de trabalho para sugerir o que fazer a partir desse envolvimento da Universidade com esse local. Existe uma proposta de realizar um memorial DOI-Codi naquele local, com participação da Unicamp, e é essa a questão que está nesse relatório, do qual solicita que todos tomem ciência. Em alguma oportunidade, talvez em março do ano que vem, vão discutir o envolvimento da Universidade. A sugestão do GT é explícita a respeito de a Unicamp assumir esse equipamento, talvez junto com outras universidades, a princípio transformando-o em um museu, em memória desse período bastante triste da história brasileira. Essa é decisão que vai ter que, em algum momento, chegar ao Conselho Universitário, portanto pede que todos se informem a respeito para que façam uma deliberação bastante consciente do significado. No item 09, acrescenta na lista dos premiados com o Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” a professora Inês Signorini, do Instituto de Estudos da Linguagem, que em alguma câmara anterior cometeram o equívoco de não incluir. Essa premiação, juntamente com as demais, ocorrerá no dia 13 de dezembro, às 9 horas, no Centro de Convenções. Passa à apresentação do item 02. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que

1 muitos dos dados não são novos para os conselheiros, mas acha importante para dar um sentido
 2 de por que estão apresentando essa proposta de criação de novos cursos agora. Esse era um
 3 desejo da Administração desde o início, mas, como todos sabem, começaram a gestão durante
 4 a pandemia, tiveram o problema de não poder contratar, depois o problema de não ter vagas.
 5 Portanto, foi uma sucessão de dificuldades, e agora acham que é o momento mais adequado
 6 para apresentar essa proposta. Hoje a Unicamp conta com cerca de 20 mil alunos de graduação,
 7 divididos em 65 cursos, mais o ProFIS, em três *campi*: Campinas, Piracicaba e Limeira. Quando
 8 olham o quadro relativo à graduação desses últimos cinco anos, veem uma estabilidade muito
 9 grande no número de alunos, de vagas de vestibular, de número de cursos diurnos e noturnos.
 10 Isso, por um lado, é bom, por outro lado os deixa frustrados, porque gostariam de ver a
 11 Universidade cada vez mais aumentando. É uma universidade pública, gratuita, de alta
 12 qualidade, reconhecida internacionalmente pela sua qualidade de graduação, mas possui essa
 13 responsabilidade de tentar aumentar o número de vagas. A relação estudante-docente não é
 14 ruim, ela está em segundo lugar; a Unesp tem uma relação um pouco pior, mas ela tem *campi*
 15 muito separados, é uma universidade muito diferente da Unicamp. Além disso, a Unicamp tem
 16 muito mais pós-graduação relativamente do que a Unesp. No que se refere a vagas no vestibular,
 17 a USP tem 11.147, a Unesp 7.680 e a Unicamp 3.340 no total. Em seguida, mostra a divisão do
 18 ICMS: a USP tem 5,02%, a Unesp 2,34% e a Unicamp 2,19%, mas com uma diferença
 19 significativa, que é o fato de que, na Unicamp, uma parte do orçamento vai para a área da Saúde.
 20 Conversou com a Aeplan e fizeram o cálculo excluindo a parte da Saúde, e isso dá 1,77% do
 21 ICMS. A USP tem um ICMS 2,83 vezes maior, mas ela tem 3,33 vezes mais alunos do que a
 22 Unicamp. A Unesp tem um ICMS 1,32 maior e uma quantidade de alunos 2,29 vezes maior que
 23 a da Unicamp. Então, diante dessa vontade de criar novos cursos, consultaram o Regimento
 24 Geral da Universidade. No artigo 9º, está escrito que a Universidade poderá criar novos cursos,
 25 cuja iniciativa cabe ao Reitor ou a qualquer conselheiro mediante proposta apresentada ao
 26 Conselho Universitário. A proposta precisa conter finalidade, cursos, conveniência da criação,
 27 possibilidade de criação, forma de entrosamento com as outras unidades. Recebida a proposta
 28 e acolhida pelo Conselho Universitário, a ideia é propor, na Ordem do Dia do Conselho
 29 Universitário de março, alguns cursos. Se for aprovada pelo Conselho Universitário, o Reitor
 30 designará uma comissão de especialistas para avaliação do projeto. Depois do parecer dessa
 31 comissão de especialistas, o assunto volta para o Conselho Universitário. Apresenta o caminho
 32 burocrático de uma proposta: há uma pré-proposta que, no caso, vai ser feita pela PRG, mas
 33 pode ser feita por qualquer membro do Consu. O Reitor pode ter a iniciativa de colocar na
 34 Ordem do Dia e, se for aprovada, ele designa uma comissão de especialistas que vai trabalhar
 35 em cima de um projeto completo feito pela unidade ou por um GT, no caso de ser um curso
 36 novo que não esteja ligado a nenhuma unidade. Se for ligado a alguma unidade, passa pela
 37 congregação, depois pela CCG, pela COP, pela Cepe e, novamente, pelo Consu. Portanto, o
 38 caminho é extremamente longo. Como já comentou brevemente, essa proposta está sendo
 39 apresentada agora, no final da gestão, porque no começo não havia número suficiente de cargos,
 40 havia e há ainda uma necessidade de reposição docente nos cursos já existentes, mas, nesta

gestão, contrataram perto de 380 docentes nível MS-3, o que não é suficiente, mas é um excelente número do ponto de vista de reposição. As condições econômicas ainda estavam mais instáveis, agora possuem alguma estabilidade, uma reserva adequada. No começo da gestão, tinham muito temor das consequências da pandemia, que ainda deixa sequelas, principalmente no corpo docente, mas que agora, dois, três anos depois, tendem a voltar à normalidade. Dos cursos que chegaram à PRG, utilizaram como critério os cursos que já estavam na PRG até o primeiro semestre de 2024. Um dos cursos, que vai tratar de uma maneira separada, é o curso de Licenciatura em Teatro Noturno; ele já havia sido aprovado pelo Consu em 2019, havia chancela para o início do curso, mas em 2020, com a pandemia, e depois pela lei que proibia contratações de docentes e de servidores, foi solicitada pelo IA a suspensão da instalação do curso. Existe um problema de restrição de espaço em razão da reforma do Paviartes, mas analisaram que é um curso muito interessante de ser implantado. Primeiro, porque já está autorizado pelo Consu, segundo porque o número de vagas docentes necessário para implantação é extremamente baixo, só três docentes, e ele acrescentaria 25 novas vagas de alunos no vestibular. Então, é um curso que, além da Licenciatura, poderia ser uma opção para outros alunos de Artes Cênicas também desempenharem licenciatura noturna depois. Então, acham que esse curso tem que ser tratado de uma maneira separada, porque ele já fez todo aquele trajeto pelo Consu. Fora ele, existem 12 projetos na PRG, nove apresentados pelas unidades: Engenharia Agrícola noturno, Bioprocessos pela FEA, Biotecnologia e Biomedicina pelo IB, Filosofia noturno e História noturno pelo IFCH, Habilitação em Inglês pelo IEL, Fisioterapia pela FCM e Farmácia noturno pela FCF. Tomaram a liberdade, dentro da PRG, de fazer grupos para estudar três propostas de cursos novos: Direito, Ciência de Dados e Medicina em Piracicaba. Conversando dentro da Administração, decidiram que teriam alguns pré-requisitos, sendo um deles a parte financeira. Tentaram limitar a implantação de novos cursos com a contratação em torno de 65 novos docentes; seria dada preferência para aqueles cursos em que haveria maior número de vagas com menor número de contratação docente nos seus projetos. Pensaram em dar preferência aos cursos noturnos e levarão em conta também a procura no vestibular, na Comvest nos casos de cursos que a Universidade já possui, ou nas estaduais, de uma maneira comparativa. E atendimento de necessidades da Unicamp e da sociedade também como um pré-requisito, além da infraestrutura, que é sempre importante. Era uma decisão difícil escolher entre os 12 cursos dentro desses critérios, e pediram ajuda de uma comissão, à qual agradece publicamente, composta pelos professores Dirceu, Roberta, Cataia, Célio, que juntamente com a PRG trabalharam na discussão desses cursos e na implementação dessa proposta. Dessa forma, acabaram fechando em cinco cursos prioritários: Habilitação em Inglês, Fisioterapia, História noturno, Farmácia noturno, Direito, além do curso do IA que já foi comentado. Os outros cursos apresentados têm um mérito extremamente importante, são todos bons cursos, mas tinham, pela dificuldade econômica, que priorizar alguns. Isso não significa que esses cursos estão descartados; eles podem ser apresentados em qualquer momento do ano que vem, por proposta dos conselheiros ou da própria Reitoria, e serão analisados dentro daqueles critérios que já comentou. Agradece a todas as unidades que tiveram

1 essa preocupação de aumentar o seu número de alunos, de continuar crescendo, para a
 2 Universidade ficar cada vez melhor. Falando um pouco de cada curso, comenta que o pré-
 3 projeto de Licenciatura em Inglês está pronto, já está aprovado pela congregação do IEL e é um
 4 curso muito importante para a internacionalização da Universidade. Ele aumentaria 30 vagas
 5 de estudantes e seriam necessárias contratações de sete docentes para o IEL e quatro vagas para
 6 o CEL. Mas essas vagas do CEL também poderiam ser usadas em outros cursos de apoio a
 7 línguas. Já o curso de Fisioterapia é um curso integral, já tem pré-autorização dada pelo Consu,
 8 passou por comissão de especialistas, falta muito pouco para ele voltar para o Consu e ter o
 9 início da sua implantação. As congregações da FCM e do IB também já aprovaram, haveria um
 10 aumento de 40 vagas de estudantes e seria necessária a contratação de 12 docentes. O pré-
 11 projeto do curso de Licenciatura em História noturno também está pronto, a congregação do
 12 IFCH já aprovou, e ele geraria um aumento de 52 vagas de estudantes, lembrando que História
 13 é um curso com demanda alta no vestibular, e seriam contratados 10 novos docentes. No caso
 14 do curso noturno de Licenciatura em Farmácia, o pré-projeto também está pronto, aumentaria
 15 32 vagas de estudantes e seria necessária a contratação de cinco docentes. O curso de Farmácia
 16 tem uma demanda também muito alta no vestibular. E, por último, o curso de Direito; houve
 17 um GT que trabalhou muito nesse projeto, que está bem avançado. Falta ainda uma discussão
 18 sobre o local da sede, a proposta da PRG é que ele fique em Campinas, mas respeitam muito a
 19 posição de Limeira, que gostaria de levar o curso para lá. A ideia é que ele tenha 50 vagas de
 20 estudantes no curso integral e que no projeto já conste uma necessidade de abrir vagas noturnas
 21 assim que a implantação estiver concluída. O número de contratações ainda não está muito
 22 certo, mas no novo curso da USP de Ribeirão Preto foram contratados 35 docentes, então acham
 23 que o número de docentes contratados deve girar mais ou menos em torno disso. No pré-projeto
 24 do curso, consta que seria um curso que tentaria fugir um pouco da forma tradicional dos cursos
 25 de Direito, ele teria um viés mais de interpretação de leis com princípios de democracia,
 26 desenvolvimento, sustentabilidade e interesse público. Ele deve ser um curso multidisciplinar,
 27 a ideia é que haja várias clínicas e escritórios modelos, em que possam ajudar a sociedade nos
 28 seus problemas legais, e que seja mais um curso da Unicamp com protagonismo local, nacional
 29 e até internacional. O MAGNÍFICO REITOR diz que o assunto voltará no Consu de março, e
 30 assim terão tempo para discutir nas unidades. Se não for possível deliberar em março, pelo
 31 menos terão encaminhado uma sugestão para conduzir a discussão e a nova Reitoria irá
 32 encaminhar a continuidade disso. O importante é que está lançada a ideia, todos os conselheiros
 33 têm acesso aos trabalhos feitos pelos GTs e podem ponderar sobre isso. Sabem que é uma
 34 questão delicada, seja pelo envolvimento financeiro, seja por concorrer com a contratação de
 35 docentes e técnicos para os cursos que já existem, seja pelas visões de quais são os cursos mais
 36 importantes. Portanto, não é uma coisa simples de resolver, mas o importante é que
 37 desencadeiem a discussão e vejam se é possível chegar a algum consenso em termos de
 38 prioridades. O que ilumina a sugestão de encaminhar essa discussão é acreditarem que a
 39 Unicamp deve pensar na possibilidade de aumentar vagas no ensino de graduação. O
 40 Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO aponta uma correção às folhas 02 do

relatório: no item 1, está escrito “no médio prazo o IFCH compromete-se a abrir novos cursos, seja em áreas ainda não atendidas pela instituição”; essa frase está errada, não tem nada a ver com áreas não atendidas pela instituição, então pede desculpas. Aproveita para agradecer muito o trabalho do IFCH, que fez uma proposta para a PRG de aumento de vagas nos cursos já existentes, o que é uma atitude extremamente interessante. Com o mesmo quadro docente, eles vão aumentar o número de alunos em sala de aula. O MAGNÍFICO REITOR reforça que a ideia é só realmente desencadear a discussão e, se possível, ver se podem dar os primeiros passos, em alguns casos, nas cinco propostas, em março do ano que vem. Então pediria que as pessoas acompanhassem essa conversa, os diretores podem debater entre si, preparar o terreno, ver se é possível chegar a algum acordo, essa discussão pode se estender às representações discente, docente e de servidores e PQs, para verem no que podem avançar em termos de construir algum acordo em torno dessa possibilidade. Passa a palavra ao professor José Alves, presidente da Comvest, para que ele apresente as questões associadas às cotas e a ação afirmativa para pessoas trans. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO agradece a oportunidade de trazer aqui o relatório do GT, a proposta inicial, e diz que a ideia é que o tema seja apresentado aqui, discutido nas unidades, para que venha a ser votado também em março do ano que vem no Consu. O contexto é a questão de uma das pautas negociadas na greve estudantil do ano passado, há uma primeira parte no documento que apresenta a diferença entre diversidade, orientação sexual e de identidade de gênero, que é um debate muito importante e muito rico para a Universidade aprender, em relação a temas que surgem, em relação a dúvidas que muitas vezes as pessoas têm. Não possuem dados precisos sobre a população trans, mas estima-se que em torno de 2% da população brasileira seja, e há uma expectativa de que seja feita uma divulgação oficial ainda em 2024 sobre esses dados. Nas universidades federais, onde já existem políticas e existem dados mais precisos, fala-se em apenas 0,2% dos estudantes matriculados. Colocando objetivamente na situação da Unicamp neste ano, no vestibular, cuja segunda fase terminou ontem com muito êxito, foram aproximadamente 203 pessoas inscritas, sendo o parâmetro exclusivamente o uso de nome social, então pode ser que o dado seja um pouco maior. Os cursos mais demandados por esses candidatos são Artes Visuais e Artes Cênicas, com 21 e 15 candidatos, respectivamente. Dessas 203 pessoas, 71 foram convocadas para a segunda fase realizada nesta semana. No ano passado, houve 173 pessoas inscritas com nome social e 21 delas foram aprovadas. Os cursos que hoje possuem maior número de pessoas com nome social são Química, Geologia e Letras, dentro dos aprovados em relação ao ano passado. A apresentação mostra rapidamente a história de política de cotas da Unicamp, as universidades em que essa política já existe. Definem-se pessoas trans como aquelas cuja identidade de gênero é incongruente com o sexo atribuído ao nascer. A proposta do GT é oferecer uma a duas vagas por curso, sendo que cursos que tenham até 30 vagas ofereceriam apenas uma e cursos com mais de 30 ofereceriam duas vagas. Havendo duas vagas, uma delas necessariamente será destinada para pessoas pretas, pardas ou indígenas e fica o limite, como em todas as outras políticas, de até 5% do total de vagas. As vagas podem ser extras ou regulares, considerando o desenho que se tem. As vagas para pessoas trans serão oferecidas

pelo sistema Enem Unicamp, porque ele é mais abrangente do ponto de vista da territorialidade, pode atrair um maior número de pessoas e estaria aberto no primeiro momento para pessoas vindas de escola pública e de escola privada. Lembra que esse é um grupo com baixíssima escolaridade, uma expectativa de vida de apenas 35 anos e é esse um dos fatores que motiva a realização dessa proposta da política de cotas para pessoas trans. Recentemente, no Estado de São Paulo, a Unifesp acaba de aprovar, mas dentre as universidades com maior número de estudantes ou de maior relevância no cenário nacional está a Universidade Federal de Santa Catarina, que também tem cotas para pessoas trans. Políticas de permanência, obviamente, passam por uma adaptação da Universidade e pelo acompanhamento pedagógico e psicossocial, que é um dos detalhes primordiais no atendimento a este grupo especificamente, grupo que já está dentro da Universidade. Há na Unicamp 173 pessoas com nome social, segundo os dados da DAC, na última atualização relacionada ao ano de 2024. Considerando os dados de 2024, houve 137 inscritos mas existem 174 matriculados no todo, porque a transição, o uso do nome social muitas vezes acontece aqui dentro e não fora, até por conta da questão da faixa etária, muitos fazem 18 anos após o ingresso, e tantas outras questões. Em linhas gerais, a ideia é que o GT está à disposição para debater com as unidades, para atender as especificidades de cada um dos cursos, para que venha a ser votado e efetivamente implementado no edital Enem Unicamp do ano que vem. Então, ressalta que a proposta é de uma ou duas vagas, a depender do tamanho do curso, e as vagas são pelo Enem, lembrando que no Enem existe nota mínima de desempenho. Quando são vagas regulares, o que recomendam é que a vaga, se não preenchida, se não há demanda por esses cursos, não há obrigação. Em boa parte dos cursos não há demanda, há uma demanda mais visível para cursos que estão no Instituto de Artes, no Instituto de Estudos da Linguagem, no Instituto de Computação. Veem, porém, que outros cursos não estão destacados como mais demandados mas tem mais aprovados, como é o caso de Química. O MAGNÍFICO REITOR agradece pela apresentação e diz que essa é mais uma etapa da política de inclusão da Universidade. Foi feito um GT, ele está com sugestões, então a ideia é a mesma do caso anterior, discutem nas unidades, as unidades se posicionam e tomam uma decisão no Consu de março. Uma política bastante parecida com a que utilizaram em alguns dos outros casos, e têm a oportunidade de aprender também realizando essa política. Solicita aos diretores que encaminhem as discussões nas unidades, com base no relatório do GT, e que as bancadas docente, discente e de PQ e servidores também discutam essa política, para poderem decidir em março. Em seguida, passa a palavra à doutora Maria Augusta em relação às câmaras de mediação, lembrando que discutiram essa questão, há cerca de seis meses, de como encaminhar e teve todo um procedimento feito junto às unidades e acho que ela vai relatar o resultado final disso. A senhora MARIA AUGUSTA PRETTI RAMALHO diz que a Câmara de Mediação foi criada em 2019, mas só começou a atuar em 2021, depois da capacitação dos mediadores e conciliadores, que foi um curso via Educorp. Ela foi criada com base em mais uma tentativa de promover a cultura de paz na Universidade, é uma forma de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa – os mediadores, no caso da Unicamp, servidores docentes e não docentes –, neutra, imparcial, utilizando as técnicas da mediação,

1 facilita o diálogo entre as partes para que elas mesmas construam, com autonomia, a melhor
2 solução para o conflito. O conflito nem sempre é ruim, nem sempre é negativo, mas sim o que
3 se faz a partir dele. A Câmara trabalha com alguns princípios, que são voluntariedade,
4 imparcialidade do mediador, confidencialidade, isonomia entre as partes, com a intenção de
5 favorecer o diálogo e restaurar relações na comunidade. Ela é usada para relações continuadas,
6 que têm uma continuidade no tempo, que são aluno–aluno, docente–docente, aluno–docente,
7 funcionário–docente, funcionário–aluno, ou seja, o que possuem aqui no *campus*. Acha que,
8 com isso, conseguem minimizar um pouco o número de instaurações de sindicâncias, de
9 denúncias, de processos disciplinares. Podem procurar a câmara alunos de graduação, de pós-
10 graduação, servidores docentes e não docentes, que estejam envolvidos diretamente ou não em
11 um conflito, ou ainda os gestores que tenham conhecimento de uma situação de conflito que já
12 se arrasta. Realizaram, de 2021 para cá, 61 mediações, há várias entrando agora, sendo que
13 algumas delas são resolvidas em duas ou três sessões, muitas em seis meses, e já tiveram casos
14 até de um ano e meio. Então, acha que é um bom número, tendo em vista essa mudança de
15 cultura na Universidade para o diálogo, o que não é muito fácil. Apresentaram a câmara em
16 todas as unidades, mas toda semana aparecem pessoas dizendo que não sabiam da existência
17 de uma câmara de mediação aqui. Há muita questão envolvendo alunos, muitas questões
18 acadêmicas, critérios de avaliação, disciplina, conflitos entre orientadores e alunos, no mestrado
19 e doutorado, muita exposição em rede social, ameaça física por descumprimento de regras,
20 conflito geracional entre alunos, uso de espaço, regras na moradia, são muitos temas. Fazem
21 muito acolhimento que acaba não sendo objeto de mediação, porque não se enquadra no que
22 podem mediar na Unicamp, e então encaminham para outros órgãos. Atualmente, contam com
23 87 mediadores, que trabalham sempre em duplas, mediadores e comediadores. O nome
24 completo é Câmara de Mediação e Ações Colaborativas da Unicamp, sendo que, dentro das
25 ações colaborativas, implantaram um projeto de espaço de acolhimento nas unidades e demais
26 órgãos da Unicamp. Em 2021, a Unicamp já contava com dois espaços de acolhimento, um na
27 Feec e um no IFGW, voltados unicamente para atendimento a alunos. No início de 2021,
28 apresentaram um projeto para o Gabinete, na pessoa da professora Adriana Nunes, que foi quem
29 acabou interagindo muito com eles, para ampliação desses espaços de acolhimento para todas
30 as unidades e para atendimento de toda a comunidade, não mais somente alunos. Então, para
31 atender alunos de graduação e pós-graduação, servidores docentes e não docentes. Atualmente,
32 já implantaram esses espaços em 20 unidades, assim como no CEL e no ProFIS, e a meta, até
33 o final da gestão, é conseguir instalar nas quatro unidades que ainda não aderiram ao projeto.
34 Trata-se de uma ação de cuidado para acolher a comunidade, alunos, servidores docentes e não
35 docentes, que apresentem dificuldade, dúvida, conflito, queixa, identificar a questão e fazer o
36 encaminhamento adequado. É um espaço de escuta qualificada, ética, equidistante,
37 confidencial, cujos atendimentos e desdobramentos vão depender sempre da vontade da parte.
38 Muitas vezes, as pessoas precisam só ser ouvidas, acolhidas, e não querem fazer mais nada.
39 Outras vezes, o encaminhamento é feito na própria unidade e, muitas vezes, não. Esse
40 acolhedor, que passa por uma capacitação, feita via Educorp em seis encontros, e depois em

1 encontros mensais, encaminha para a rede de apoio, DAC, DeDH, DGRH, DSO, Ouvidoria,
2 SAVs, Sappe, Cecom, para a Câmara de Mediação. Esse acolhedor acompanha o assunto até a
3 conclusão, recebendo suporte do Sappe e da Câmara de Mediação, pois o acolhedor também
4 precisa ser acolhido. Hoje já são 110 acolhedores capacitados no *campus*, entre servidores
5 docentes e não docentes. Veem como benefício disso ter uma pessoa de referência na unidade
6 para o acolhimento no momento de crise, para encaminhamentos assertivos, para que a pessoa
7 não precise ficar pensando onde procurar ajuda. Esse acolhedor já encaminha para o lugar certo,
8 acompanha até a conclusão, e veem isso como uma prevenção de agravamento de situações.
9 Além disso, é uma ferramenta de gestão que, resguardados o sigilo e a confidencialidade, pode
10 promover ações com vistas a tratar essas questões políticas. A câmara tem atendimento
11 presencial, ao lado da CooperUnicamp, também pelo *e-mail* mediacao.unicamp.br e por ramais,
12 que vai disponibilizar na apresentação que será encaminhada via Secretaria Geral a todos os
13 conselheiros. Estão também no Instagram, que é [@mediacao.unicamp](https://www.instagram.com/mediacao.unicamp). O MAGNÍFICO
14 REITOR passa a palavra aos conselheiros inscritos. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO
15 TORSONI diz que se inscreveu, primeiro, para falar do relatório do GT, que o professor Ivan
16 acabou de apresentar. Para além do que a FCA já se manifestou, com relação ao interesse de
17 que esse curso de Direito seja instalado em Limeira, fará um comentário com relação ao número
18 de vagas. Ontem, na CVD, comentou com a professora Maria Luiza e com o professor Sarti
19 que, na FCA, os cursos de Administração e Administração Pública recebem 240 alunos todo
20 ano. Só no curso de Administração, são 180 vagas, e isso tem um impacto grande na qualidade
21 da atividade dentro de sala de aula, com turmas de 120 até 140 alunos. O curso que está sendo
22 proposto de Direito, com 50 vagas, terá 35 docentes, ao passo que na FCA são 240 vagas para
23 38 docentes nos cursos de Administração e Administração Pública, e isso tem um impacto
24 grande na atividade desses docentes. É importante o crescimento do número de vagas que a
25 Unicamp oferece, mas acha que ela tem que pensar na qualidade dessa atividade dentro de sala
26 de aula com turmas tão grandes como têm encontrado na FCA, principalmente no início dos
27 cursos de Administração e Administração Pública e nos dois cursos de Engenharia. O
28 Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que fará uma declaração do seu
29 voto na última COP, até porque se sente confortável em tratar deste assunto. Há mais de um
30 ano, apresentou a este Conselho uma moção da congregação do Instituto de Biologia
31 consultando a atual gestão sobre a possibilidade de oferecimento de um bônus de produtividade
32 aos servidores ativos. O referido documento foi rechaçado por cada um dos membros da Mesa
33 sequencialmente e ritualisticamente. Aquilo lhe sugeriu que havia algo de dogmático com
34 respeito à questão em si, ser contrário à revelia do contexto, dos argumentos e da natureza dos
35 demandantes. Ficou claro também haver um coro de jovens professores demandantes, dadas as
36 suas condições de trabalho e perspectivas de aposentadoria. Este coro foi engrossado com a
37 adesão de servidores não docentes ao longo dos meses, e em vários momentos a Reitoria sugeriu
38 que mostrassem de onde sairia o recurso para esse pagamento. Na oportunidade de endossar
39 uma carta pedindo inclusão na pauta da COP, não hesitou. Não quis perder a oportunidade de
40 apontar que o valor de R\$90 milhões existe e aparece no orçamento na forma de duas folhas de

1 pagamento com valor aproximado de R\$520 milhões. A razão da existência desta reserva, em
2 particular, é que sejam possíveis ações no caso de catástrofes, como, por exemplo, o não repasse
3 de valores pelo Governo de Estado. Isso lhe parece errôneo; concorda com um colega da COP
4 que mencionou que parece ser incompetência administrativa ter na reserva o valor aproximado
5 de R\$600 milhões sem endereço ou aplicação prevista. Em uma emergência, em uma catástrofe,
6 todo o valor da reserva, ou seja, R\$1,6 bilhão, poderá ser mobilizado e não apenas aquele sem
7 destinação. É nesses termos que acredita ser possível o pagamento de um bônus de R\$10 mil
8 para todos os servidores ativos. Finaliza afirmando que as questões jurídicas ou políticas
9 mencionadas na reunião da COP não cabem à COP, e sim à CAD ou ao Consu, mas infelizmente
10 não terão a chance de fazer isso. O Conselheiro EMILSON PEREIRA LEITE diz que se
11 inscreveu para fazer uma homenagem à professora Sueli Yoshinaga Pereira, do Departamento
12 de Geologia do IG, que faleceu na quinta-feira retrasada, aos 63 anos de idade, muito jovem.
13 Receberam essa notícia no IG com profundo pesar. A trajetória da professora Sueli no IG foi
14 marcada por uma dedicação exemplar ao ensino e à pesquisa, deixando um legado que será
15 sempre lembrado por alunos e colegas. Desde que a professora se aposentou, em 2017, ela
16 manteve uma presença ativa na Unidade, como professora colaboradora, muito ativa em
17 projetos de extensão e pesquisa, sempre buscando conectar a academia com as demandas da
18 sociedade. Ela era bolsista de produtividade do CNPq. Sua visão crítica e espírito inovador
19 foram essenciais para a implementação de iniciativas sobre a preservação de águas, já que era
20 especialista em águas subterrâneas. Sueli era graduada em Geologia pela USP, fez mestrado e
21 doutorado em Geociências pela USP e obteve o título de livre-docente pela Unicamp no ano de
22 2013. Como professora, Sueli se destacou pela paixão em transmitir conhecimento e pela
23 capacidade de inspirar seus alunos, sempre criando um ambiente de aprendizado estimulante e
24 acolhedor. Além disso, seu comprometimento com a formação de novos profissionais na área
25 de recursos hídricos foi fundamental para o desenvolvimento do curso de Geologia. Ela esteve
26 presente desde as primeiras turmas de graduação em Geologia da Unicamp, que teve início em
27 1998. Sueli foi diretora da Divisão de Geologia do Instituto Geológico, atual Instituto de
28 Pesquisas Ambientais - IPA, e pesquisadora científica na área de Hidrogeologia e Planejamento
29 Territorial. No IG, foi responsável pela disciplina Hidrogeologia e trabalhou com os temas de
30 gestão de recursos hídricos e estudos integrados. Em 2016, ajudou a fundar um grupo de
31 pesquisas sobre resiliência em cidades e comunidades, juntamente com a Defesa Civil e o
32 Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, aqui da Unicamp. Lembram da professora Sueli
33 não apenas por suas conquistas acadêmicas, mas também por sua generosidade, sua empatia e
34 sua qualidade ímpar em cultivar amizades. Seu legado vai perdurar em cada um que teve o
35 privilégio de conhecê-la e aprender com ela. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE
36 ALMEIDA HASHIMOTO diz que o primeiro assunto é manifestar o pesar do Instituto de Artes
37 pela perda de dois docentes, fundadores do Instituto, um é o professor Paulo Bastos, do
38 Departamento de Multimeios, um dos fundadores do curso. Colocaram uma homenagem na
39 página do IA que convida as pessoas a olhar. Outro é o professor Rogério Cerqueira Leite,
40 falecido nesse fim de semana, um dos fundadores e o diretor mais longo do Instituto de Artes

no início, que foi muito importante para sua implementação, atribuindo grande importância à arte na Universidade desde o seu início. Expressa o pesar do Instituto e ressalta toda essa trajetória, não só na implementação do curso, mas também com estímulo. Ele era um amante da arte, especialmente da música, então o IA tem um grande carinho e uma história de um relacionamento muito longa com o professor Rogério. Para quem quiser assistir, na página do IA consta o Projeto Memória do Instituto de Artes, e no primeiro capítulo o professor Rogério conta histórias bem interessantes da fundação do Instituto de Artes. O segundo assunto é sobre o curso de Licenciatura em Teatro noturno. Agradece aos professores Célio, Ivan e Antonio José; logo depois que viu o relatório na semana passada, se espantou muito com as informações que estavam naquele documento que está em pauta do Consu para análise, rapidamente entrou em contato com os professores Célio e Ivan, e ontem o professor Ivan lhe contou como seria encaminhado hoje no Consu. Então agradece bastante o encaminhamento e faz algumas solicitações: uma vez que foi retirado do GT como foi apresentado, é preciso modificar esse documento geral que possivelmente vai ser enviado para as unidades, porque lá ainda consta como exclusão do curso de Teatro noturno, sem informações gerais. Acha que foi um problema, pelo que entendeu, conversando com o professor Célio, decorrente do fato de que o GT não tinha todas as informações do curso. Trouxe até o processo aqui, os novos cursos que vão começar agora terão um processo longo. Viu a expectativa de abrir os cursos, ou ter que finalizar, em março, mas a experiência do Instituto de Artes é de uma demora de mais de um ano, com bastante envolvimento, começando em 2018 e terminando no final de 2019. A aprovação ficou vinculada com a contratação de três docentes, sendo que um locado no IA mas que dará aulas na FE, e um funcionário para atuação no período noturno, porque será o primeiro curso noturno do Instituto de Artes. De 2019 até 2021, todas as disciplinas foram oficializadas e documentadas na DAC, mas o andamento do curso parou porque não havia mais como contratar devido à lei complementar 173. Agradece pelo tratamento diferenciado, mas seria um pouco esquisito colocar entre os cursos que ainda necessitam passar por esse trâmite, sendo que já foi aprovado pelo Consu. Pergunta como vai ser o encaminhamento relativo às contratações dos docentes e do funcionário, se o IA já pode iniciar, ou se espera o GT de novos cursos que começam. Uma vez que está no Expediente, entende que está sendo tratado com algo aprovado, mas o Instituto não sabe como encaminhar a partir de agora. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA diz que tem dois pontos a mencionar, sendo o primeiro uma pergunta de colegas a respeito do auxílio-saúde. No texto não está claro se o auxílio é para quem tem plano de saúde contratado, porque a preocupação deles é que muitos docentes não conseguem contratar plano por uma restrição imposta no GGBS da margem consignável disponível. O segundo ponto diz respeito ao item 02 do Expediente, sobre o qual o professor Márcio Torsoni já comentou. A criação de novos cursos na universidade pública é sempre desejada, importante, ainda mais no período noturno, para o acesso da população. Sua fala diz respeito exatamente ao curso de Administração e Administração Pública da FCA. Ingressam no curso de Administração 180 estudantes por ano, mais 60 em Administração Pública, e esse é o maior número de vagas por curso na Unicamp. Pelo apresentado no GT, a média de estudantes por

docentes na Unicamp é de 10,7, ao passo que na Administração essa média sobe para 31,7 estudantes por docente, considerando somente os docentes do curso. Vale lembrar que muitas dessas disciplinas do curso servem também os cursos de Engenharia, Administração Pública e outros. Agora mesmo foi citada a criação do curso de Direito, com 50 vagas e 35 docentes, sendo que os dois cursos de Administração têm 240 vagas por ano com 38 docentes. É docente do curso de Administração e junto aos colegas sente muita dificuldade em diversos aspectos em razão desse volume de estudantes. Primeiro em termos pedagógicos, pois é com regularidade que possuem 130, 140 estudantes em sala de aula, impedindo qualquer uso de métodos pedagógicos ativos, reflexões, avaliações mais qualitativas, assim como ações de integração com extensão. Seria inviável, por exemplo, levar 140 alunos a uma comunidade; e esses números não são só para o início do curso, até em disciplinas finais de curso encontram 130 alunos em sala. Os laboratórios de informática e de ensino têm capacidade de 60 lugares, tornando inviável a aplicação de metodologias mais ativas, integração com tecnologia, utilização de recursos e resolução de problemas, adoção de novas metodologias. Trata-se de um ensino em massa, o que prejudica grandemente a qualidade e também o acompanhamento e acolhimento desses estudantes, apesar de todo o esforço que é realizado na FCA. Propõe um repensar, uma redistribuição dessas vagas para que haja melhores condições pedagógicas de acompanhamento e acolhimento desses estudantes de Administração e Administração Pública.

O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que participou da COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, que ocorreu entre os dias 11 e 23, com a prorrogação em função da necessidade de um tempo para se obter um acordo. Participou na condição de membro de uma delegação da Unicamp e lá esteve entre os dias 12 e 22 de novembro; agradece a oportunidade de ter participado da delegação e cumprimenta a Administração da Universidade pela maneira como foi feito o processo de seleção de alguns membros da delegação. Coloca-se à disposição para quem quiser conversar a respeito do evento e dos resultados. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que dará alguns informes sobre premiações recentes dos docentes do Imecc. O professor Caio Azevedo recebeu destaque científico na celebração dos 60 anos do curso de Estatística da Universidade Federal do Ceará; o professor Carlos Trucios, que foi eleito recentemente membro do Instituto Internacional de Estatística; o professor Stefano De Leo foi premiado como Cavaleiro da Ordem da Estrela da Itália, a premiação da presidência da República da Itália, principalmente pela sua atuação junto à embaixada italiana no Brasil na época da pandemia, no desenvolvimento de trabalhos, de trabalhos matemáticos na sub disseminação da pandemia. E também a professora Larissa Matos, que foi laureada na 19ª edição do Prêmio para Mulheres na Ciência, o Prêmio da L'Oréal e da Academia Brasileira de Ciências da Unesco. A professora Larissa foi reconhecida na categoria Ciências Matemáticas e o principal objetivo desse prêmio é “promover e reconhecer a participação da mulher na ciência, favorecendo o equilíbrio dos gêneros no cenário brasileiro e contribuir para o papel chave que elas desempenham na transformação social”, como está escrito no texto relativo à concessão do prêmio. Sobre os cursos novos, observa que o curso de Ciência de Dados não foi priorizado desta vez, mas não atribui isso a nenhuma escolha do GT

da PRG. Participou como convidado de algumas reuniões do GT que foi criado para analisar a criação desse curso e a ideia inicial era um curso multiunidade. Porém, ficou claro para ele nas reuniões que nem todas as unidades que foram convidadas inicialmente para a criação desse curso pareciam de fato estar dispostas a apoiar essa criação, talvez com receio de alguma concorrência com cursos já existentes. Acha isso uma pena, porque a Universidade deixa de investir na criação de um curso que poderia atrair muitos estudantes e principalmente que é um curso com bastante potencial para desenvolvimento de convênios e projetos tanto com o setor industrial como com o setor governamental. Enquanto a Unicamp não cria esse curso, outras universidades brasileiras têm criado o curso com foco específico em ciência de dados e inteligência artificial, que têm sido cursos com bastante sucesso. Outro ponto sobre a criação de cursos novos é que a unidade que propõe a criação do curso sempre recebe algumas vagas docentes para ampliar seu quadro no caso de oferecimento de um curso noturno ou mesmo para criar outro curso. Mas sempre se esquecem de que parte importante das disciplinas dos primeiros semestres desses cursos acaba sendo oferecida por outras unidades, são as chamadas disciplinas de serviço. E as outras unidades que não recebem esses docentes por conta da criação de cursos novos precisam absorver esses novos alunos em suas disciplinas, o que é sempre uma logística bastante complicada. Fala em particular no caso do Imecc, pois sempre que se abre algum curso que tenha alguma coisa de Exatas, o Instituto precisa absorver, se forem 45 vagas, 45 alunos em disciplinas como Cálculo, Cálculo Numérico, Estatística e tudo o mais. Outro ponto é sobre o que o professor Ivan comentou em relação ao orçamento das universidades, comparando com o número de vagas. Acha que devem solicitar, não sabe se à Comvest ou à própria PRG, um estudo sobre a quantidade de vagas nos cursos atuais, considerando aspectos como evasão e até represamento de alunos. Verificando o índice de egressos, na formatura dos alunos, talvez pudessem ajustar as quantidades de vagas; parece-lhe que em alguns cursos talvez pudessem diminuir a quantidade de vagas e em outros aumentar, para equilibrar melhor a quantidade de vagas que a Universidade está oferecendo. O Conselheiro SANDRO DIAS parabeniza a Administração Central e a Comvest pela excelente ideia da alteração do período do vestibular a partir deste ano. Salvo engano, nessa edição houve o menor número de abstenção em 15 anos, então é um número expressivo. O Cotil vai procurar copiar essa iniciativa, fazendo também o seu processo de seleção no período matutino. Também ficou muito feliz com a possibilidade da abertura de novos cursos, em especial o de História no período noturno. Se isso tivesse ocorrido na década de 1990, certamente concorreria a uma vaga. Não pôde fazê-lo naquela oportunidade, seu encontro com a universidade pública se deu posteriormente, no mestrado, no doutorado, no pós-doutorado aqui e na USP, mas sempre viu o curso de História da Unicamp com muito carinho. Essa iniciativa vai beneficiar muitos estudantes; vivem hoje uma crise das licenciaturas, mas a Unicamp parece estar na contramão desse processo, uma vez que o curso de História sempre fica entre os dez mais concorridos. Informa que foi realizado no Cotil o “Outubro da Inclusão”, com a realização de palestras, horas de conversa; têm solidificado este evento a cada ano e trazido uma nova sensibilidade para a comunidade em Limeira. Também manifesta sua satisfação por tudo o que aprovaram na semana passada, em

especial a reserva de vagas de cargos públicos para pretos e pardos e também para PCDs. Comemora também a aprovação e criação do Neab e parabeniza todos os professores e pesquisadores, principalmente os professores dos colégios técnicos, que serão homenageados com os prêmios de reconhecimento docente, e especialmente à aluna Mariana Melo Pereira, do Cotil, que receberá o Prêmio de Reconhecimento Discente de Desempenho em sua Formação Técnica dos Colégios Técnicos da Unicamp. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a Universidade subiu no último *ranking* divulgado, inclusive o sindicato colocou isso como uma motivação para solicitar o prêmio de R\$10 mil. Na questão do ponto eletrônico, o STU encaminhou ofício para a Reitoria solicitando uma reunião conjunta entre STU, Ministério Público e Reitoria para discutir alternativas ao ponto eletrônico junto ao Ministério Público, criação de planos de desenvolvimento e metas, como fez o governo federal. Informa que no dia seguinte à rejeição do prêmio de R\$10 mil na COP, ocorreu a reunião técnica do Cruesp, e os próprios técnicos do Cruesp avaliam que a arrecadação vai ser superior àquela previsão de R\$164,5 bilhões feita pela Secretaria da Fazenda. Portanto, ele tinha razão, deveriam ter aprovado por unanimidade o prêmio de R\$10 mil e todos estariam recebendo até o dia 20 de dezembro. Em relação ao auxílio-saúde, protocolaram os pedidos de alterações; são várias alterações solicitadas, inclusive a que foi levantada aqui pela professora Muriel sobre a questão do consignado. Pediram alteração para que a pessoa possa, mesmo sem a margem consignável, acessar o auxílio-saúde. São vários itens que discutiram durante a paralisação, com diversos servidores que estavam presentes na reunião do sindicato, o documento foi entregue, e aguardam porque a regulamentação deve estar indo no dia 10 já para a votação no Consu do orçamento, portanto precisam ter um *feedback* em relação a essas solicitações. A ADUnicamp também apresentou alteração, então acha importante abrir o diálogo, porque o auxílio-saúde não vai conseguir gastar os R\$85 milhões de recursos, não será gasto todo esse dinheiro por conta dessas restrições na inclusão dos servidores. Segundo o senhor Everaldo, na reunião da COP, cerca de 6.400 dos 9.000 servidores atuais teriam a possibilidade de estar no auxílio-saúde, porque ele inclui o Iamspe também, mas se tirarem essas restrições podem ampliar o número de pessoas que podem ter acesso ao auxílio-saúde. Portanto, considera importante essa discussão em torno das alterações que foram solicitadas pelo sindicato. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que apoia com entusiasmo a proposta de criação de cursos novos, já que é algo tão essencial para que possam ampliar o acesso à Universidade. O IFCH se soma a esse movimento de duas formas, ampliando as vagas para os ingressantes e também aprovando a criação de cursos noturnos para completar o oferecimento de cursos de graduação nesse período, de modo a ampliar o acesso de estudantes trabalhadores à Universidade. Agradece ao professor Sandro pela lembrança com relação ao curso de História. No que se refere à ampliação de vagas, o Instituto está propondo 26 vagas novas para o vestibular nos quatro cursos de graduação que já existem, considerando as seis vagas para cotas PCD aprovadas recentemente. Portanto, o documento precisa ser corrigido com relação ao número de vagas novas. Mas lembra que o IFCH sempre adere a todas as políticas de ação afirmativa adotadas pela Universidade, como vestibular indígena e agora as cotas PCD, sempre acrescentando vagas extras ao total de

vagas regulares. Chegaram a esse número de 26, considerando os limites da capacidade de trabalho do corpo docente, do pessoal técnico-administrativo e também da infraestrutura física do Instituto. Agora essa ampliação é uma espécie de contrapartida que estão oferecendo para demandas de contratação docente e Paepe, necessárias para sustentar a criação dos cursos noturnos. Com relação à proposta dos cursos noturnos, diz que ela manifesta o compromisso com a inclusão e com a diversificação social do corpo discente e também o interesse da sociedade nos cursos de graduação que são oferecidos pelo IFCH. O curso de História, como já foi falado, é um dos dez mais procurados no vestibular. O critério de alta demanda é importante para ajudá-los a decidir, mas acha que não deve ser o único critério. Defende a inclusão do curso de Filosofia nesse documento, ele não está contemplado agora, mas embora ele não seja um dos mais procurados, possui uma demanda importante por parte da sociedade, e tem uma contribuição muito expressiva para a formação de docentes para o ensino médio. Possuem uma responsabilidade de contribuir para melhorar a qualidade da escola pública. Têm observado um aumento da proporção de inscritos de baixa renda e uma dificuldade de permanência desses estudantes no período integral. A criação do curso noturno de Filosofia é fundamental porque na região há apenas uma instituição pública de ensino superior que oferece gratuitamente o curso de Bacharelado e Licenciatura em Filosofia, que é a Unicamp, e a única das universidades paulistas que não possui curso noturno de graduação em Filosofia. Em todas as universidades, o curso noturno tem mais demanda do que o curso integral, portanto entendem que a criação do curso noturno pode contemplar essa questão. Com relação à necessidade de contratação, gostariam muito de criar cursos novos sem atrelar isso à necessidade de vagas, mas precisam reconhecer que estão no limite. Existe um temor de parte dos colegas docentes, a julgar pela história pregressa da Universidade, e para dar só um dado com relação ao curso de Ciências Sociais, que é o curso noturno que o IFCH possui, criado nos anos de 1990, eram 63 docentes de Ciências Sociais em 1993, quando o noturno foi criado. Hoje são 49 docentes, portanto houve uma queda no número de docentes. E isso porque retomaram o número de contratações docentes; no caso do IFCH, voltaram ao patamar de 2016. Portanto, precisam de vagas docentes, precisam de vagas Paepe. Fizeram um cálculo para solicitar 10 docentes para História e nove para Filosofia, considerando a distribuição do trabalho, a carga didática na graduação e na pós-graduação e as atividades de gestão. Sobre o critério baseado na relação estudante–docente na graduação, entendem que esse seja o critério porque estão falando da criação de cursos de graduação, mas acha importante mencionar a particularidade da Unicamp, mencionada pelo professor Ivan quando apresentou o documento. O IFCH possui quase tantos alunos de pós-graduação quanto de graduação, então ele dobra praticamente a sua relação professor–aluno. Faz essa ponderação também para lembrar que a distribuição de vagas que fizeram nesta Sessão do Consu se baseou no cálculo para definir o quanto cada unidade receberia. Então pensaram na análise do tamanho da unidade, considerando o número de alunos de graduação e de pós-graduação. Por isso lembra da importância de considerar a pós-graduação. Definiram esse número pensando, portanto, na carga didática, na distribuição do trabalho de gestão. Acha que esses são indicadores importantes para pensarem na necessidade

1 de contratação docente. Estão mais do que dobrando o número de vagas nesses dois cursos,
2 porque estão propondo 40 vagas para Filosofia, que é mais do que oferece atualmente o período
3 integral, e 52 vagas novas no curso de História noturno. Portanto, estão mais do que dobrando
4 a capacidade de receber estudantes com um número muito menor de docentes. E podem também
5 pensar em toda a capacidade de esses docentes contribuírem para outras atividades da
6 Universidade, inclusive na pós-graduação. Portanto, reitera seu apoio à proposta e defende que
7 o curso de Filosofia seja incluído. O Conselheiro DANIEL MARTINS DE SOUZA diz, em
8 linha com o que o senhor José Luis citou sobre os desdobramentos depois da última COP, que
9 procura se comunicar por *e-mail* com os que representa aqui, que são os docentes MS-5 da
10 Universidade. Recebeu por *e-mail* diversas manifestações, também conversou com colegas
11 pessoalmente na Universidade, e os diversos tipos de sentimento em relação ao que foi discutido
12 na COP. Desânimo, incredulidade e falta de compreensão são algumas das coisas que cita da
13 fala dessas pessoas que representa e de todos os colegas da Universidade, não necessariamente
14 só os docentes. Sempre reitera nas discussões sobre esse assunto que a bonificação não é em
15 detrimento dos direitos trabalhistas, da valorização da carreira, em relação à estrutura que vai
16 ser provida aqui na Universidade para trabalhar, ou reajuste salarial, ou outros benefícios. A
17 ideia não é substituir uma coisa pela outra, mas que seja em adição, para uma valorização da
18 carreira dos trabalhadores da Universidade. Vai ler um trecho do *e-mail* que recebeu de uma
19 colega do IEL, a professora Elena Brugioni, escrito na sequência da reunião da COP, a qual ela
20 acompanhou, para esclarecer algumas coisas, porque às vezes acontecem alguns equívocos de
21 argumento e acha que há algumas coisas que realinham algumas dessas coisas aqui. Ela escreve:
22 “A valorização da carreira docente na Unicamp é uma pauta em discussão entre corpo docente
23 e Reitoria há mais de seis anos, desde o congelamento das progressões, fim das incorporações,
24 cortes de GR, e voltou a ganhar visibilidade na sequência da carta ‘Qual carreira docente?’,
25 divulgada em fevereiro de 2024, e assinada por mais de 80 docentes da Unicamp. A carta
26 expressava as inquietações de uma parte significativa do corpo docente da Unicamp, diante das
27 graves desigualdades salariais e previdenciárias que afetam mais da metade dos docentes ativos
28 na nossa Instituição. Na sequência da carta, foi convocada uma reunião pela Reitoria, dia 10 de
29 abril, que contou com a presença do Reitor, Vice-Reitora, Pró-Reitores, Chefe de Gabinete,
30 DGRH, assessores da PRDU e com participação dos representantes da Adunicamp e do STU,
31 bem como grande número de docentes de diversos níveis de carreira. E ali iniciou-se uma
32 discussão”. Há um GT sobre carreira acontecendo agora, do qual participa, inclusive. “Em maio
33 de 2024, na congregação de diversos institutos e faculdades, foi lida e votado o ‘Manifesto
34 contra o futuro preconizado da Unicamp’, onde se exigiam medidas e atos concretos para
35 promover uma maior equidade da carreira docente, atualmente desigual em justa e assimétrica.
36 Ao longo deste ano, diversas propostas e iniciativas levadas a cabo por grupos docentes foram
37 sempre articuladas e discutidas com a diretoria da ADunicamp e do STU e trazidas para as
38 assembleias das respectivas entidades, onde as propostas foram protocoladas junto à Reitoria,
39 de forma que foram votadas”. Isso tudo para dizer que o assunto não vai morrer aqui, precisam
40 continuar discutindo sobre isso, porque o sentimento de insatisfação com o que foi discutido na

1 COP passada continua bastante presente. As pessoas entendem que parte da valorização é sim
2 esse prêmio e, portanto, o assunto continua. O Conselheiro CLAUDIO FRANCISCO
3 TORMENA informa o falecimento do servidor Luiz Aparecido de Freitas, ocorrido na última
4 quarta-feira, nas dependências do Instituto, o que abalou toda a comunidade do IQ. Agradece à
5 Administração pelo empenho, principalmente do Programa de Acolhimento e Reinserção no
6 Trabalho – Part, que deu apoio à comunidade; agradece também ao GGBS, que está dando todo
7 o apoio à família, tanto psicológico quanto financeiro. A Conselheira KETHLYN KETHRINY
8 DA COSTA BRITO diz que precisa haver uma mobilização dos estudantes junto aos
9 trabalhadores, porque, de fato, a bancada discente não compactua com o ponto eletrônico e não
10 acha que essa vai ser a saída. Precisam, como o senhor José Luis colocou, de um diálogo aberto
11 com a Reitoria, então é importante ceder um espaço para os trabalhadores conseguirem
12 conversar mais profundamente sobre como vai ser feito isso. Não concordam que seja
13 implantado a partir de janeiro, até porque estão no Expediente conversando sobre isso, então é
14 muito atropelado. Em março, certamente aprovarão as cotas trans na Universidade, têm
15 aprovado diversas maneiras de ingresso dos discentes que são a minoria dentro da Universidade
16 mas a maioria no país, e que sustentam este país, que são as pessoas pretas, pardas, indígenas,
17 pessoas com deficiência, e agora pessoas trans. É importantíssimo que possam conversar mais
18 profundamente sobre isso com o corpo estudantil, e principalmente com o movimento trans, o
19 Núcleo de Consciência Trans, para que de fato consigam colocar da maneira como estão
20 reivindicando as suas questões. Essas pessoas têm uma expectativa de vida de apenas 35 anos,
21 e a entrada no vestibular pode dar uma esperança maior de conseguirem sobreviver nesta
22 sociedade que, por conta do capitalismo, já está falida. Precisam ter vontade de viver, e uma
23 maneira de o povo conseguir ter isso é conseguir uma educação de qualidade. Essas pessoas
24 são aquelas que vão ser atingidas pelo corte de R\$11 bilhões na educação, pela escola cívico-
25 militar, que não vai ser aprovada porque não vão deixar. Também são as pessoas mais
26 assassinadas pela Polícia Militar, a mesma polícia que recentemente jogou um homem de uma
27 ponte sem ele ter feito nada, essa polícia que também assassinou diversas pessoas durante a
28 ditadura militar. Portanto, considera importantíssimo ter esse espaço em que possam denunciar
29 isso que tem acontecido. O antigo prédio do DOI-Codi vai servir de memorial, isso é
30 fundamental para a história do país e a Unicamp tem a maneira de conseguir trazer essa história
31 de volta para que não aconteça novamente. Em seguida, comenta sobre a importância dos cursos
32 noturnos, que possibilitam a permanência da classe trabalhadora dentro da Universidade,
33 portanto precisam investir nisso. Um curso noturno no Instituto de Artes é muito importante,
34 inclusive porque grande parte das pessoas trans prestam vestibular para cursos do IA, e assim
35 terão essa oportunidade. Defende também o curso de História noturno, que tem sido uma
36 reivindicação dos estudantes, e chegou o momento de conquistar isso, através de um diálogo
37 profundo e aberto com os docentes e com todos aqueles que trabalham nesta Universidade. O
38 MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira RACHEL
39 MENEGUELLO diz que se solidariza com as muitas perdas que foram informadas neste
40 Expediente. Relata que no dia 10 de novembro ocorreu a assinatura do Plano de

1 Aperfeiçoamento da Pós-Graduação, em que estão envolvidas as seis instituições paulistas
2 públicas, as seis universidades, as três estaduais e as três federais, além da Capes e da Fapesp,
3 em um projeto que busca fazer uma certa transformação na pós-graduação a partir de um projeto
4 piloto com os programas de excelência de nota 6 e 7. Trata-se de uma mexida nos mestrados e
5 de uma possibilidade de eventualmente ter doutorados mais céleres, mas esse não é, na verdade,
6 o grande tom dessa mudança. O grande tom é fazer com que os mestrados estejam muito mais
7 voltados para demandas que a sociedade de contemporânea tem colocado, no mundo da
8 produção, da tecnologia, da inovação, no mundo das Ciências Humanas, da inserção social, e
9 das próprias atividades de extensão que têm sido colocadas para a pós-graduação, sobretudo
10 pela própria Capes, de implantação dessas novas visões de ensino, de aplicação das profissões
11 e de um novo profissional, de fato mais voltado para aquilo que a sociedade brasileira precisa,
12 sem, obviamente, abrir mão de toda formação e capacitação que as profissões nas distintas áreas
13 de conhecimento precisam. Esse plano foi aprovado, já houve uma conversa com os programas
14 Proex aqui da Universidade. A ideia é que as pró-reitorias das seis instituições lancem editais
15 internos para esses programas que queiram aderir, observando que é um programa de adesão,
16 não um programa obrigatório. Haverá esse edital aberto em meados do semestre que vem, para
17 que os programas de pós-graduação apresentem seus planos de mudança e se insiram nesse
18 convênio, que terá o apoio da Capes, com novas bolsas de doutorado direto, com apoio da
19 Fapesp, que fará a complementação em valor dessas bolsas, e também com a dotação de uma
20 bolsa pós-doutorado para cada um dos programas aderentes, pela Capes, com a
21 complementação em valor pela Fapesp. Entendem que esse é um projeto importante, estão todos
22 envolvidos com esse novo programa, haverá uma reunião com a diretoria de avaliação da Capes
23 ainda em dezembro, até para verem como essas mudanças afetam ou não, embora não devam
24 afetar a avaliação dos programas Proex, mas essa é uma reunião importante, até para definir
25 procedimentos. Outra colocação é que o Conselho Universitário passado foi muito importante
26 no campo da inclusão, pois fizeram muitas aprovações que mostram a direção que esta Reitoria
27 deu para o campo da inclusão, tanto dos alunos como de professores, sempre com a intenção de
28 transformar o perfil da Universidade. Com relação às cotas para docentes, neste ano de 2024 a
29 PRPG teve essa preocupação e aprovou em instrução normativa a adição de duas vagas
30 adicionais em cada programa para candidatos PCD. Entendem que só terão sucesso com o
31 programa de inclusão de professores, nesse edital que aprovaram, se formarem esses doutores.
32 Então, acha que essa aprovação de vagas adicionais na pós-graduação é muito importante para
33 dar sequência a esse programa. Também tiveram, nessa mesma direção da inclusão de pessoas
34 com deficiência, a aprovação de bolsas de mentoria para alunos da pós-graduação, para apoiar
35 a inclusão desses alunos. São bolsas que estarão sob a gestão da Deape, mas a PRPG trouxe
36 essa iniciativa e acha que ela tem sido bastante bem-sucedida e vai ser ainda mais agora com
37 essas novas iniciativas. A pró-reitoria montou o núcleo interno de inclusão para tratar das
38 políticas, para fazer uma avaliação, para conversar com os órgãos gestores desse campo de
39 conhecimento na Universidade. Tiveram este ano conversas mais intensa com o Cepre e com
40 os vários órgãos que fazem essa gestão e, utilizando os recursos da pós-graduação do

Planejamento Estratégico, fizeram um investimento de compra de equipamentos para os candidatos PCD com deficiência visual. Fizeram uma grande compra que deve ser completada agora em janeiro, que ficará na PRPG para os programas que eventualmente necessitem dessa utilização com eventuais novos alunos PCD. Ao longo dos últimos dois anos, vêm estimulando que os programas implantassem as cotas para alunos pretos, pardos, indígenas, e o resultado é que 84% dos programas de pós-graduação desta Universidade ou já implantaram, ou implantarão no próximo semestre as cotas para alunos PPI. Acha que essa é uma conquista importante da Universidade, de compreensão da necessidade dessa política de inclusão. Em seguida, informa que estão fazendo o acordo do Programa de Governança Colaborativa de Informações da Pós-Graduação – GoPG, que é uma mudança na gestão de dados da pós-graduação que a Capes está implantando. A Unicamp está assinando o convênio para fazer uma gestão dos dados da plataforma Sucupira, dos dados da Universidade, a Detic tem ajudado com isso e a CGU, por intermédio da senhora Silvine Rodrigues, também está envolvida bastante nessa inovação. A Universidade já recebeu o recurso, a Capes gosta de adiantar, porque em dezembro ela precisa implementar recursos, então ela já dá o recurso antes mesmo de o projeto acontecer. Com isso a Unicamp já recebeu da Capes R\$2,212 milhões para o Pró Equipamentos, que é um projeto que será implantado em fevereiro. Informa ainda que, junto com a CGU, conseguiram implantar oficinas para o planejamento estratégico dos programas de pós-graduação, e hoje mais de 70% dos programas fazem isso com a ajuda da CGU. Isso é muito importante, inclusive para o uso dos recursos que têm em mãos. No campo da internacionalização, informa que a Unicamp vai receber no próximo ano, através do programa Move América, 39 doutorandos sanduíche e 10 mestrados sanduíche oriundos de vários países da América Latina. E pelo edital do Programa GCUB, do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras, que é um programa em que há dotação de bolsas orçamentárias, receberão seis mestrados e seis doutorandos da região. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que vai começar comentando as falas dos professores Márcio e Muriel, que fizeram colocações extremamente importantes, mas cuja discussão deve ser feita de uma maneira separada. A implantação de novos cursos não deve concorrer com a melhoria do sistema dos cursos de graduação que já existem. O que eles falaram é muito importante, mas não podem deixar de criar novos cursos só pensando nos critérios dos cursos existentes. A PRG está à disposição para receber sugestões de como melhorar os cursos existentes e trabalhar em conjunto. Concorde que classes com 120 pessoas são inadequadas, e gostariam muito de trabalhar nesse sentido. Agradece ao professor Hashimoto pelas palavras e pede que o IA encaminhe um ofício à PRG solicitando a retomada da tramitação do curso, porque o último ofício do processo foi do IA, pedindo a suspensão da implantação. Dessa forma, poderão levar essa demanda às entidades administrativas da Universidade para a contratação e para a implementação do curso. Respondendo ao professor Ricardo, diz que também consideram Ciência de Dados um curso extremamente importante, interessante, que deve ser pensado. Quanto à outra sugestão do professor Ricardo, diz que a PRG teve uma conduta, que não sabe se está certa ou errada, de não permitir a diminuição de vaga em nenhum curso, a não ser que

1 fosse feita alguma proposta de criação de novo curso ou aumento em outros cursos já existentes.
 2 Por exemplo, a FT está estudando uma proposta nesses moldes que considera muito interessante
 3 e que vai ser apresentada para a PRG. Mas acha importante a Universidade se debruçar sobre
 4 os cursos existentes e analisar a demanda, a evasão e ter coragem de modificar isso, que é uma
 5 coisa bastante difícil. Em seguida, informa que na terça-feira passada o Secretário Estadual dos
 6 Direitos da Pessoa com Deficiência anunciou a disciplina paulista de acessibilidade e inclusão,
 7 que é uma disciplina totalmente digital das três universidades paulistas, que vai ser oferecida
 8 pela Univesp. Terão mil vagas, o que para a quantidade de alunos da Unicamp é um número
 9 extremamente importante. Não é o ideal, porque esse curso não foi pensado aqui na Unicamp,
 10 mas acha que é um primeiro passo importante em dar ferramentas aos alunos para trabalhar
 11 com inclusão, principalmente os alunos de licenciatura. Informa também que houve três
 12 reuniões com docentes falando de educação inclusiva, a gravação desses encontros está no site
 13 do EA2, e convida todos a compartilhar com os docentes das unidades esse tipo de discussão.
 14 Estão com uma disciplina da Engenharia Mecânica, que é a EM093, aberta à comunidade, sobre
 15 emergência climática, um assunto tão importante, mas precisam divulgar melhor a disciplina,
 16 pois há muito poucos alunos interessados. Estão fazendo isso na PRG, mas pede a ajuda dos
 17 senhores diretores para a divulgação dessa disciplina. Informa ainda que o programa de
 18 professor visitante fechou e o resultado saiu no dia 18 de novembro. Foi realizado o vestibular,
 19 como os professores José Alves e Sandro comentaram, com a menor evasão dos últimos anos,
 20 principalmente na segunda fase, portanto a iniciativa de fazer o vestibular de manhã comprovou
 21 ser um sucesso. Parabeniza a Comvest por isso, acha que foi uma ótima ideia. Relata que esteve
 22 ontem, junto com a professora Ana Frattini, no Congresso do ProFIS de Ciência e Cultura, onde
 23 são apresentados os trabalhos de iniciação científica e outros trabalhos dos alunos do ProFIS.
 24 Comenta que o GGTE está com uma série de iniciativas extremamente importantes, uma delas
 25 é a plataforma de ensino aberto, onde o aluno vai poder enxergar em um espaço reduzido todas
 26 as suas plataformas que são utilizados por disciplinas, avisos, recursos disponíveis para estudo
 27 etc. no Moodle, de uma maneira muito agradável, muito fácil de o aluno entender o que ele
 28 precisa fazer. O Moodle também foi atualizado, está na versão 4.4, preparando para a versão
 29 4.5, que seria já o Moodle com inteligência artificial. E estão também implantando, de uma
 30 maneira experimental, a plataforma Indico, que é uma plataforma para gestão de eventos, que
 31 talvez ajude muito os senhores diretores em eventos das unidades. Para finalizar, comenta que
 32 foi à China para uma viagem de dois dias, a convite do governo chinês, que os convidou a ir
 33 para Macau discutir o ensino de língua portuguesa na China e o ensino de chinês nos países de
 34 língua portuguesa. No dia 17, receberão um professor brasileiro que vive em Macau, que virá
 35 aqui conversar sobre o ensino de chinês no Brasil. A Conselheira ANA MARIA FRATTINI
 36 FILETI diz que tem várias notícias, mas primeiramente se solidariza com as diversas perdas
 37 que a Universidade teve. Vai começar aqui falando de uma nova competição elaborada pelo
 38 Espaço Plasma, sede do Programa de Projetos Estudantis Espontâneos – PE². Essa competição
 39 está sendo proposta para que os estudantes se engajem em algum projeto com manufatura e que
 40 atendam, resolvam ou mitiguem um problema social. Então, nos mesmos moldes do Inova

1 Jovem, da Inova, só que um projeto social que tenha alguma mão na massa em que possa ser
 2 usado o espaço *maker* do Plasma. As inscrições estão abertas até 06 de dezembro, é a primeira
 3 vez que essa competição está acontecendo, e a diferença maior entre ela e o Inova Jovem é que
 4 nessa os alunos têm que estar presencialmente aqui, então ela é aberta só aos estudantes da
 5 própria Unicamp. E esses estudantes, se forem de graduação, vão poder se matricular na
 6 disciplina de extensão EX 067 e ganhar os créditos, desde que cumpram todas as etapas dessa
 7 competição. Informa que o programa Ciência e Arte nas Férias vai ocorrer no período de 08 a
 8 29 de janeiro, com a previsão de participação de 120 alunos do ensino médio de escolas públicas
 9 da região de Campinas, Limeira e Piracicaba. Informa também que o Congresso de Iniciação
 10 Científica – Pibic, que aconteceu no Ginásio da Unicamp nos dias 06, 07 e 08 de novembro, foi
 11 um sucesso, contando com a participação de quase 1.600 alunos. Os trabalhos foram avaliados
 12 por um comitê interno, que selecionou 98 projetos de pesquisa e esses passaram pela avaliação
 13 de um comitê externo, sendo que 20 serão premiados com o Prêmio Pibic de Mérito Científico,
 14 que será entregue no dia 12 de dezembro, em cerimônia nesta sala. Relata que a Universidade
 15 foi homenageada em uma cerimônia da Academia de Ciências do Estado de São Paulo – Aciesp,
 16 em uma cerimônia no dia 08 de outubro, na qual teve o privilégio de representar a Unicamp,
 17 que recebeu essa homenagem, assim como a USP e a Unesp. Os fundadores e ex-presidentes
 18 dessa associação também receberam homenagens. Estende essa homenagem à comunidade da
 19 Unicamp, que também foi homenageada pela Fapesp, especialmente na área de pesquisa em
 20 bioenergia. A Pró-Reitoria de Pesquisa recebeu uma homenagem que foi concedida pela
 21 Sociedade Internacional de Bioenergia e pela Fapesp, em reconhecimento ao apoio para o
 22 desenvolvimento de pesquisa em bioenergia. Teve a satisfação também de representar a
 23 Unicamp, junto com o professor Renato Garcia, em Buenos Aires, no lançamento do *ranking*
 24 do Times Higher Education da América Latina, no qual a Unicamp passou de terceiro lugar da
 25 América Latina para segundo lugar. Parabeniza a equipe do professor Sarti, em nome do
 26 professor Renato Garcia, que fez um trabalho excepcional na coleta de informações, para que a
 27 Unicamp pudesse estar tão bem classificada nesse *ranking*. Esteve lá porque foi convidada a
 28 falar sobre inovação, em um reconhecimento pela atuação da Unicamp na área de inovação,
 29 embora o ensino tenha sido o grande motivador dessa passagem de terceiro para segundo lugar.
 30 O mais interessante é que as três universidades estaduais paulistas ficaram entre as cinco
 31 melhores da América Latina, dentre cerca de 210 instituições avaliadas. Portanto, estão todos
 32 de parabéns. Informa ainda que há vários editais do Faepex finalizando, o edital de apoio às
 33 pesquisas de tecnologias assistivas foi um sucesso, como teve a oportunidade de ser falado aqui
 34 pelo doutor Marcos da Costa, Secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 35 Foram propostas muito interessantes em que tiveram parceria ou da USP ou da Unesp, e foram
 36 seis propostas aprovadas na Unicamp, em um total de R\$2,4 milhões. Vários outros editais
 37 estão finalizando, como o de Cardiff, cujo resultado deve ser divulgado até a semana que vem.
 38 Relata que no meio do ano fizeram uma solicitação à Finep no edital de recuperação de
 39 infraestrutura; juntaram várias unidades de laboratório multiusuários da Unicamp e, em um
 40 primeiro momento, não tinham conseguido essa aprovação. Entraram com recurso, com a ajuda

de todos os que estavam participando, e tiveram a liberação hoje de R\$19,935 milhões para esse edital de recuperação de infraestrutura. Isso envolve projetos especificamente da FECFAU, FEM, FEA, FEQ, IFCH, FOP, Cenapade, CCSNano e FT. Todos os laboratórios multiusuários dessas unidades que entraram nessa proposta serão contemplados. No programa de apoio aos grandes centros temáticos de pesquisa, começaram as mentorias para os pós-doutorandos em gestão da pesquisa. O programa está sendo muito bem aceito, com várias atividades já programadas, que estão no *site* da PRP, no apoio aos grandes centros temáticos. Possuem também um edital aberto de apoio à infraestrutura de pesquisa chamado InfraPeq, com inscrições que vão até de 19 de dezembro aos grandes centros temáticos de pesquisa já credenciados, ou os que são passíveis de credenciamento. São R\$3 milhões que a Universidade vai aportar nesse edital, com um valor máximo por proposta de R\$300 mil, portanto pretendem liberar 10 propostas no valor de R\$300 mil, e o resultado preliminar sai até final de janeiro. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO informa que, no final de outubro, ocorreu na Unicamp a 1ª Semana de Desenvolvimento Territorial e Transformação Social. Esse seminário tem como pano de fundo a primeira participação intensa de várias associações aqui de Campinas com a Unicamp, envolvendo também algumas outras universidades. Receberam o pessoal da Fundação Feac, da PUC-Campinas, da Universidade Mackenzie. Foi uma oportunidade muito interessante, porque o evento aconteceu nas três universidades e promoveu uma interação muito intensa, todas elas baseadas no financiamento que a Feac vem dando para o desenvolvimento territorial. A Feac tem desenvolvido trabalhos em algumas regiões aqui de Campinas não só de qualificação da comunidade, mas também de avaliação de riscos de terreno. É algo bastante interessante, e há uma tendência muito grande de ser potencializado com a participação dessas outras universidades. Informa também que, no último dia 21, foi divulgado o resultado do edital ProEEC, que liberou R\$600 mil e teve R\$10 mil por projeto e até R\$50 mil por programa. Comenta que hoje está acontecendo uma atividade muito interessante, resultado de uma interação que aconteceu em agosto, quando a Unesp reuniu as três universidades paulistas em Agudos-SP, no Congresso de Extensão Universitária da Unesp. Nessa oportunidade, começou uma discussão bastante interessante sobre a possibilidade de as três universidades organizarem um evento para discutir política pública de esportes, e esse evento está acontecendo hoje, aqui na Faculdade de Educação Física. É o primeiro encontro de políticas de esporte das universidades públicas paulistas, ele vai ocorrer durante o dia todo e conta com a participação de representantes da Unesp, da Unicamp e da USP para discutir políticas públicas voltadas ao esporte e o planejamento que pode ser feito entre as três universidades públicas paulistas para potencializar as atividades de esporte capitaneadas pelas universidades. Então, é algo que vai ter um desdobramento muito interessante daqui a muito pouco tempo. No último dia 21, teve o prazer de participar, junto com a Cocem, o Gabinete do Reitor, a Faculdade de Educação e outras unidades, da inauguração do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – Neab. Ele foi uma demanda da comunidade e está instalado na antiga sede da Cori, que fica no Centro de Convenções. É um espaço que está devidamente adaptado, um espaço bem bonito, bem agradável para a realização das atividades do núcleo. No último dia 23,

ocorreu na Universidade a segunda versão do Museu de Portas Abertas, apresentando as inúmeras atividades que os museus fazem em todas as áreas. Contaram com a participação dos museus de Biologia, do Museu Exploratório de Ciências, do Museu de Geologia, do Museu de Informática e da Diretoria Oeste de Educação aqui de Campinas, que trouxe 2.300 alunos. Foi um evento muito interessante e proveitoso e a tendência é que ele tenha um aumento significativo na participação de estudantes, pois é um evento que faz muita divulgação da ciência das várias atividades que a Universidade realiza via museus. Relata ainda que entre os dias 26 e 29 de novembro aconteceu na Unicamp o 54º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – Forproex, que reuniu 65 Pró-Reitores de Extensão e Cultura das universidades, entre participações presenciais e na versão *on-line*. Foi um evento realmente muito interessante porque discutiram as redes de extensão voltadas para a sustentabilidade e o desenvolvimento do Brasil. Então, foi um momento bastante interessante, inclusive contando com participação de vários órgãos governamentais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Capes, CNPq, Ministério da Educação, em que puderam discutir várias ações de extensão financiadas por esses órgãos. Comenta que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar tem uma ação que vem sendo desenvolvida com a participação de várias universidades públicas, pensando em extensão voltada para a agricultura familiar. Provavelmente no início do próximo ano haverá um edital que vai trabalhar com grandes programas para a agricultura familiar. O diagnóstico que se tem é que a agricultura familiar é a responsável pelo fornecimento de legumes e hortaliças para as famílias brasileiras e que é extremamente importante aumentar o conteúdo tecnológico desses pequenos agricultores, bem como de treinamento, de qualificação. Tudo isso vai acontecer em vários projetos integrados envolvendo uma boa parte das universidades públicas do Estado de São Paulo e também universidades federais espalhadas por todo o Brasil. Em seguida, convida todos para a apresentação da Orquestra Sinfônica da Universidade, no dia 12 de dezembro, na Faculdade de Ciências Médicas. Ela vai apresentar a belíssima 9ª Sinfonia de Beethoven. O Conselheiro FERNANDO SARTI informa que estão caminhando finalmente para o término do processo de certificação. Hoje à tarde, na CAD, aprovarão as últimas certificações, com uma única exceção ainda, que é o HC; os demais 100 órgãos da Universidade estarão, se aprovados, certificados hoje à tarde. Contemplaram aproximadamente 1.830 gratificações, que envolvem valores da ordem de R\$4,8 milhões mensais. Agradece ao professor Oswaldo Gonçalves Junior, da FCA, que coordenou os trabalhos do comitê de certificação. A professora Ana já fez referência ao *ranking* THE, no qual a Unicamp ficou na honrosa segunda posição, com a educação pegando em primeiro, e o ambiente de pesquisa também como destaque. Evidentemente a coleta das informações é fundamental, só que em um processo tão complexo e amplo como esse tem sido fundamental a colaboração de todos os órgãos e unidades. Isso foi o que certamente ajudou muito, e é desnecessário comentar que para poder divulgar é necessário produzir, então quem está de parabéns é a Universidade, pela produção de todo esse material. O próximo informe tem a ver com os programas de incentivo, tanto a novos docentes quanto a pesquisadores. Em

relação ao PIN-PQ, o resultado sairá dia 28 de fevereiro; foram 15 projetos submetidos, em um valor, se aprovados, de R\$1,061 milhão. Os aprovados começarão seus trabalhos em 1º de março de 2025 e vão até 28 de fevereiro de 2027. Parabeniza os que submeteram e deseja boa sorte nas análises. No que diz respeito ao Pind, já foram realizadas três rodadas, que contemplaram 330 projetos aprovados, envolvendo recursos da ordem de quase R\$21 milhões, e lançarão agora a quarta rodada em fevereiro de 2025, dentro dos mesmos critérios de submissão, com valores de até R\$75 mil, como já é de conhecimento da comunidade. Esperam uma adesão bastante substantiva nesta rodada, incluindo os novos docentes que estão em processo de contratação na Universidade. Entendem que essa é realmente uma política bastante importante, sobretudo para os novos docentes e pesquisadores, que têm a oportunidade de obter esses recursos para financiar as suas atividades de pesquisa. Um outro ponto importante tem a ver com o processo de progressão da carreira Paepe, lembrando que nas três últimas rodadas promoveram 5.075 progressões, das quais 3.334 na horizontal e 1.741 na vertical. Isso envolveu recursos da ordem de R\$95 milhões. O quarto processo está em pleno andamento, já foram feitas revisões e aprovações das legislações dentro da CIDEF, já foi montado o comitê de acompanhamento, desde 07 de novembro, já foi também homologado na PRDU e nas instâncias equivalentes, e a aprovação nas congregações e instâncias equivalentes deverá ocorrer agora até 20 de dezembro. As próximas fases depois serão devidamente divulgadas. Respondendo ao professor Márcio, diz que essa é uma questão fundamental, começaram a discutir isso ontem na CVD, e tentam fazer os esforços dentro do possível. Observa que com a distribuição recente que fizeram no caso de cargos docentes, vão atingir o patamar de 2016 na Universidade, uma vez que esses sejam concursados. No caso específico da FCA, entendem a dificuldade, o projeto que era a FCA, a importância social da FCA, inclusive, com os cursos noturnos, e houve, por parte desta gestão, uma tentativa de minimizar um pouco essa dificuldade. Aumentaram de 97 para 130 docentes na FCA, nesta gestão; já foram 10 contratações, tem mais 12 em processo de contratação e 12 vagas livres para começarem já levando em consideração essa última distribuição. Certamente isso não resolve o problema, a Universidade precisa de mais contratações docentes, mas entende que isso minimiza um pouco essa preocupação dos professores Márcio e Muriel. Na reunião da CAD, vai se aprofundar mais nos assuntos, vai comentar sobre o conceito que possuem de valorização profissional, e respondendo ao professor Hernandes, dirá que é fundamental diferenciar entre catástrofe e reserva de segurança. Vai tentar recuperar algumas das frases que recebeu sobre responsabilidade institucional, credibilidade, transparência e coerência. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI informa que está disponível o relatório de avaliação institucional em português e em breve estará disponível também em inglês, na página da CGU. Comenta que, nos dias 21 e 22 de novembro, esteve no Fermilab para visitar o projeto de física de partículas que envolve neutrinos. Tanto ela como o professor Antonio José têm acompanhado esse projeto já há pelo menos dois anos. Viajaram para o Fermilab, em Dakota do Sul, Estados Unidos, onde estão as cavernas, onde o experimento será em parte realizado, e anualmente, no mês de novembro, o projeto é avaliado. Então, vêm todos os presidentes das organizações de diversos países que subsidiam esse

projeto. Foi uma reunião onde estiveram presentes, por parte do Brasil, ela, o professor Pascoal Pagliuso, do IFGW Unicamp, e o professor Silvio Canuto, da Fapesp e USP. Foi muito interessante a reunião desse grupo para debater a importância do projeto e também a Fapesp estar presente para vê-lo de perto, esse que é um projeto de longo prazo. Informa que, no final do mês de outubro, a Unicamp participou do Congresso da Rede Ibero-Americana de Universidades Promotoras da Saúde, em Niterói, representada pela doutora Patrícia Leme, com compartilhamento de informações e apresentação de trabalhos. No dia 04 de novembro, a Unicamp apresentou um projeto do Centro Avançado de Oncologia, especializado em protonterapia, à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, através da sua secretária executiva, Priscila Pericardis. Nessa ocasião, estavam presentes membros da Reitoria, o professor Antonio José e ela, além da secretária executiva e da diretora do CVC de São Paulo, onde esse trabalho foi apresentado. A Copei aprovou uma área para que se desenvolva esse centro nacional de pesquisas, que é também uma colaboração com o CNPEM. Precisam, para que esse centro tenha sua funcionalidade total, da aprovação e do convênio da Secretaria de Estado da Saúde. Informa que nos dias 09, 10 e 11, a CGU receberá a visita de uma comitiva da Universidade Católica de Maule, do Chile, composta por profissionais especialistas em gestão e planejamento estratégico. O objetivo da visita será compartilhar as experiências referentes às boas práticas de avaliação institucional, planejamento estratégico e gestão de dados que a Unicamp possui. Buscam estabelecer com essa Universidade uma rede de trabalho internacional em gestão, que provavelmente se iniciará a partir desse contato na próxima semana. O professor Sarti comentou sobre a questão dos *rankings*, e lembra que a CGU ajuda bastante na coleta dos dados e também está trabalhando juntamente com a PRPG para o aprimoramento da participação da Unicamp na Capes. A CGU também está fazendo uma parceria com o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen, para a inclusão da Unicamp na Rede de Parcerias da Biodiversidade e como núcleo acelerador do uso sustentável do patrimônio genético. O objetivo é fomentar parcerias e transformar a Unicamp em um órgão central para o acesso e a distribuição de patrimônio genético no Brasil. Essas ações estão sendo coordenadas pelo professor José Luiz Modena, assistente docente do Gabinete. O MAGNÍFICO REITOR destaca a importância deste Consu, considerando as Sessões de terça-feira passada e de hoje. Talvez seja o Consu dos últimos anos que teve mais densidade e que tomou as melhores decisões. Houve a aprovação dos concursos PP em um modelo bastante inovador, além da aprovação das vagas PCD para docentes. São coisas caras para a Unicamp, mantendo seu compromisso histórico com a democracia, lembrando que houve eventos recentes que colocaram a Universidade em xeque. Fizeram uma declaração pública bastante expressiva a respeito disso e hoje possuem o relatório associado ao DOI-Codi, que é importante considerar para o futuro. Permanecem nesse movimento de inclusão com as decisões do GT de cotas trans, que também serão motivo de discussão, provavelmente, em março. Uma coisa que tem caracterizado, de alguma forma, a gestão desta equipe, é que não necessariamente ela tem o apoio das câmaras e conselhos em todas as decisões que sugerem. E, para ele, perder não é uma coisa complicada. Por exemplo, foi muito favorável às questões PP, inclusive era algo sobre o

1 qual se debatia há mais de dois anos, pensando em como poderiam formular um concurso que
2 seja decisivo na inclusão de pretos e pardos no corpo docente, como podem evitar polêmica em
3 torno disso, se essa pessoa não é a primeira classificada. Além disso, como poderiam resolver
4 um problema que é próprio dos concursos docentes, que é eles serem específicos por área, e
5 chegaram àquela formulação. No entanto, tinha uma opinião diferente do que foi aprovado aqui
6 em relação à composição da comissão, mas não tem problema, porque isso é completamente
7 secundário. Às vezes perdem, em função do secundário, aquilo que é o mais importante, que é
8 a grande conquista que isso significa para a história da Unicamp. Acha importante que as
9 decisões tenham pais e mães, pois uma instituição só se fortalece e amadurece quando ela
10 assume as consequências das suas decisões. Tiveram essa discussão no caso do relatório do
11 professor da Filosofia, por exemplo, e isso cria a história, porque começam a saber lidar com
12 as coisas usando os limites do poder que possuem. Gostaria que entendessem a sua fala a seguir
13 à luz dessa questão. Sobre a questão do ponto eletrônico, informa que fecharam um Termo de
14 Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. Não precisava ter submetido à CAD, nem
15 a nenhuma comissão da Unicamp, poderia ter fechado sozinho, mas fez questão de submeter à
16 CAD, e lá foi aprovado. Houve pessoas que votaram favoravelmente e depois não conseguiram
17 sustentar a posição. Acha que, em política, coerência é essencial. Se falam uma coisa, devem
18 conseguir justificar com muita competência uma eventual mudança de posição, caso contrário
19 não crescem como instituição. Tem pouco sentido a solicitação do STU de irem ao Ministério
20 Público, porque o STU já foi lá, e isso não é mencionado. Ele já foi e ouviu “não” do mesmo
21 procurador que a Universidade ouviu. Ir novamente só vai criar ruído e piorar a situação, porque
22 foi oficialmente dito pelo procurador que ele não vai aceitar isso. Lembra que a
23 responsabilidade não é da Administração, mas da CAD, que votou esse termo de ajustamento
24 de conduta. Em relação aos novos cursos, diz que sem dúvida é um problema, veem pelas
25 manifestações aqui que é difícil. O que tem por trás disso é algo que importa para o futuro da
26 Universidade, pois percebem a diferença entre a oferta de vagas daqui e de outras universidades.
27 Podem não tratar disso, mas isso tem que estar no radar. Por exemplo, a Unicamp não possui o
28 curso de Direito nem Filosofia no noturno. A USP tem um curso de Engenharia de Bioprocessos
29 na Escola de Engenharia de Limeira, a Unesp tem dois cursos de Bioprocessos, em Botucatu e
30 em Araraquara, a Unicamp não tem nenhum. Está entre os cursos propostos também, mas não
31 foi dada prioridade. Sendo da área de Alimentos, gostaria muito que fosse dada, mas não o
32 incomoda que não tenha sido, porque essa tem que ser uma decisão olhando a Universidade
33 como um todo. Se olharem sob a ótica de cada unidade, não vão sair do lugar. Um dos cursos
34 hoje mais solicitados no mercado, do ponto de vista do seu impacto, é Ciências de Dados, e
35 lamenta que ele não esteja entre as prioridades. Várias universidades criaram, e se olharem a
36 história da área de inovação da Unicamp, onde principalmente as coisas estão ocorrendo, é na
37 área que envolve ciência de dados. Portanto, não fazer isso em parte significa que perderam um
38 bonde no qual teriam oportunidade de subir com muita força. A biotecnologia é uma revolução
39 que já está em curso e que vai aumentar cada vez mais; no Brasil, possuem o Proálcool, a
40 produção de ácido cítrico por fermentação, sendo o único país ao sul do Equador que chegou a

1 produzir insulina engenheirada, com uma patente que vinha da UnB e que foi testada na
2 Biobrás, em Minas Gerais. Particularmente teve um pequeno envolvimento nisso na parte de
3 purificação. Na época de um certo Ministério da Saúde, pararam de comprar insulina da
4 Biobras, começaram a comprar da Novo Nordisk. O resultado é que o Brasil não produz insulina
5 engenheirada, que tem duas vantagens: a primeira é que é insulina humana do começo ao fim,
6 a segunda é que não precisa usar órgãos de suínos ou bovinos que não produzem insulina
7 exatamente igual à humana. Perderam esse bonde também, e precisam pensar nisso, pois são
8 coisas que têm um impacto brutal no desenvolvimento do Brasil. No momento em que pensam
9 em cursos, precisam olhar onde estão as oportunidades para que a ação da Universidade forme
10 pessoas que ajudem o desenvolvimento do país. Sua preocupação é que podem não sair do
11 empate nos cursos; percebem que nas falas existe uma tensão razoável sobre isso, mas seria
12 importante se desarmarem um pouco e olhar qual é a perspectiva da Universidade como um
13 todo. Precisam olhar onde estão aquelas áreas em que possuem mais chance de preencher
14 espaço e resolver problema. Isso não é algo só para a sociedade, mas também para a
15 legitimidade da Unicamp como instituição. Garantir o financiamento da Universidade passa em
16 parte por se associar ao que a sociedade demanda em termos de desenvolvimento. Ganham
17 legitimidade, por exemplo, no que mencionou a professora Maria Luiza sobre a protonterapia;
18 ela está falando da possibilidade de construir um equipamento que sirva ao SUS, que sirva
19 à oncologia nacional, e isso é uma coisa brilhante. Se isso acontecer, a Universidade estará
20 ajudando a resolver um problema muito importante da área de Saúde, que hoje importa uma
21 série de equipamentos, que tem que pagar a manutenção desses equipamentos, que tem que
22 importar muitos medicamentos. Tudo isso a Unicamp pode ajudar a resolver, e como dirigentes
23 precisam pensar nisso como um todo, o que não significa desprezar nenhuma área de
24 conhecimento, porque precisam injetar humanidade, arte, na tecnologia também, mas precisam
25 ter um olhar um pouco mais abrangente. Abono e benefícios são uma discussão difícil, por
26 várias razões, uma das quais é que possuem uma história, da qual algumas pessoas podem estar
27 se arrependendo, mas ela é verdadeira: cortaram 30% de todas as gratificações de representação
28 nesta Universidade, e inclusive assumiram um prejuízo por conta disso, porque estão tendo que
29 pagar multa. A Unicamp foi a única universidade a fazer isso, tanto na questão da GR, como na
30 questão de desvincular a livre-docência da progressão para professor assistente doutor. A USP
31 não fez isso, assim como a Unesp também não fez. Então, às vezes se preocupa se o
32 arrependimento de ter feito isso não vai gerar, em um momento futuro, o arrependimento do
33 arrependimento. Porque coerência na decisão política é importante. Ele, em nenhum momento,
34 propôs aqui reduzir nenhuma remuneração de ninguém. Ao contrário, aumentaram
35 significativamente os salários, criaram o vale-alimentação, depois o vale-refeição, aumentaram
36 os valores, fizeram progressões intensas, e valorizaram sempre aquilo que fique permanente.
37 Então, quando disseram que havia chance de elevar o vale-alimentação para R\$1.800, sabem
38 que em 2026 o aumento do vale-alimentação vai ser sobre R\$1.800, não sobre R\$1.500. Não
39 se trata somente de o Reitor tomar uma decisão aqui, pois nem tudo é possível de ser feito. A
40 USP ficou anos sem contratar docente, fez plano de demissão, e só contrata funcionário por

regime CLT. A Unesp ficou anos sem pagar o reajuste anterior à pandemia. A Unicamp nunca fez isso e esta gestão não criará as bases para fazer isso, portanto irresponsabilidade com o uso do orçamento é algo que não possuem. Folha serve, sim, para defender de eventualidades, e essas eventualidades não são só catástrofes. Estão diante de uma reforma tributária, e há vários aspectos que podem expor a Universidade a altos e baixos da economia. Portanto, ter reservas guardadas para pagar salário é essencial. Reforça a fala do professor Arnaldo sobre a COP29, na qual foram com uma delegação grande, chefiada pelo professor Roberto Donato, assessor de Gabinete. Têm a intenção de ter uma participação bastante significativa na COP30, que se realizará em Belém do Pará, portanto será significativo contemplar o papel do Brasil na questão da sustentabilidade internacional. E como instituição envolvida no Amazon Face, na transição energética, que tem o curso de pós-graduação Ambiente e Sociedade, a Unicamp tem que dar força a isso. Informa que amanhã ocorrerá uma reunião aqui com pessoas do Ciesp para apresentar a área de inovação da Unicamp. A professora Rachel já falou do evento com a Capes. Em seguida, comenta que no dia 18 de novembro acompanharam uma iniciativa que a Unicamp possui junto com a Universidade Federal de Goiás e com o IBGE, que é o Centro de Colaboração Interinstitucional de Inteligência Artificial Aplicada às Políticas Públicas. Na Unicamp, quem coordena essa participação é o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, mas sabe que há talvez outros órgãos e unidades da Unicamp que tenham interesse em se vincular a isso. Informa também que ocorreram vários eventos associados à transição energética: a renovação do contrato do Centro de Inovação e Novas Energias, a inauguração de um novo laboratório financiado pela Equinor no Centro de Inovação em Produção de Energia – Epic, que é um dos programas de transição energética, uma parceria entre Unicamp, Equinor e Fapesp, saindo da área de petróleo e indo incentivar novas energias. Houve também um evento de inauguração de uma microrrede que está instalada no estacionamento atrás da Biblioteca Central e ao lado do CDC e do restaurante, que permite fazer a gestão interna da energia elétrica na Faculdade de Educação Física, no CDC e no restaurante, de forma inteligente. Vai também captar a energia fotovoltaica, que pode ser, quando tiver excesso, colocado na rede e distribuído. Isso faz parte do programa *Campus* Sustentável, mas também serve para a pesquisa, porque hoje há uma tendência de montar essas microrredes, que têm certa autonomia em relação à rede geral, já que ela pode também acumular energia em baterias e usar em momentos de baixa energia. Ocorreu também, no dia 18 de novembro, um evento com a Tsinghua University, que é talvez a mais importante universidade chinesa, e a empresa Envision, também de propriedade chinesa, que está interessada em investir em energias renováveis. Talvez se estabeleça um acordo de colaboração, assim como com a Envision, terão com a Xamano Energy, que também aposta em energias renováveis. Comenta ainda que ocorreu a inauguração do Neab, então é mais um compromisso de campanha cumprido, embora um pouco tardiamente. A professora Débora batalhou por isso desde antes da gestão. Relata que, no dia 22 de novembro, o Hospital Regional de Piracicaba, administrado pela Unicamp, ganhou um Selo de Qualidade Internacional, o Quality Global Alliance, uma certificação de qualidade internacional de atendimento hospitalar. Os dois hospitais gerenciados pela Unicamp, em Sumaré e Piracicaba,

estão hoje entre os melhores hospitais do país. Têm tido dificuldade para manter não essa qualidade, mas para manter o papel da Unicamp nesses hospitais, e acha importante destacar que manter qualidade exige uma Faculdade como a que existe aqui na Unicamp. No dia 27 de novembro, ocorreu a comemoração dos 50 anos da DGA, com a participação de pessoas do Ministério Público, pessoas do Governo Estadual, foi bastante importante, com o auditório da FCM cheio. No dia 28 de novembro, foi realizado o evento Perspectivas da IA Generativa na Unicamp, pelo qual parabeniza a Detic. E no dia 29 já teve uma decorrência, uma atividade com os administradores das unidades, para verificar como podem incorporar essa ferramenta na melhoria dos serviços, na ampliação deles. Devem pensar, inclusive, como podem usar esses instrumentos para ampliar o número de alunos, sem necessariamente ampliar na mesma intensidade o número de professores. Quando foi estudante da FEA, a Faculdade tinha mais de 80 professores, hoje deve ter cerca de 55. O IFGW e o IB já foram institutos muito grandes. A Unicamp cresceu em termos de cursos, não aumentando significativamente o número de alunos; como mostra um artigo que saiu em 2019 na revista da Fapesp, sobre a autonomia universitária, o número de docentes ao longo dos 30 anos, de 1989 a 2019, não aumentou, mas o número de vagas na graduação e na pós-aumentou. Com isso, podem prestar mais serviço, sendo mais produtivos, então devem alargar um pouco o espectro de visão que possuem. Se ficarem querendo aqui retomar coisas da década de 1970, vão estar olhando para trás e não para a frente, não para todas essas novas tecnologias que permitem fazer as coisas melhor, às vezes mantendo o mesmo número de pessoas, mas tendo mais alunos nas cadeiras. Não precisam fazer isso na Universidade como um todo, mas podem testar, fazer experimento; precisam procurar a verdade a partir dos fatos. Podem testar essas coisas em cursos, em disciplinas, em uma unidade e medir, levantar, ver se a estatística é favorável ou não, porque senão ficam só querendo retomar um passado que consideram glorioso, mas precisam fazer o futuro ser glorioso, e não o passado. Já têm bastante glória hoje, então devem olhar para frente e fazer desafios para que o futuro seja mais glorioso ainda, para que não sejam só o segundo colocado na América Latina e no Caribe, e não estejam na posição 240 internacional. A ideia é ficar entre as 200, ou entre as 100, mas para isso precisam olhar para frente; não podem ser inovadores para fora e conservadores para dentro. Precisam achar soluções que atendam o que possuem de possibilidade hoje da melhor forma possível. Em termos de internacionalização, ocorreram visitas da embaixada tcheca, visitas de universidades belgas, a Bélgica também promoveu em São Paulo um evento com o consulado. Todas essas questões estão muito associadas ao desejo de colaboração entre cursos, fazer duplo diploma, trocar estudantes a nível de pós-graduação, a nível de graduação, mas também muito vinculada à inovação. A visão que as pessoas têm de sustentabilidade e inovação da Unicamp, do Brasil em geral, mas da Unicamp em particular, gera muitas possibilidades de colaboração. Ocorreu um *workshop* da Unicamp na Amazul; a Universidade coordena o Centro de Inovação Teranóstica em Câncer – CancerThera, um Cepid da Fapesp, dos mais importantes para tratamento oncológico, e precisa se tornar capaz de produzir radioisótopos. Essa é uma colaboração muito importante, envolve também um docente do IQ, não só da FCM, é um grande projeto que pode estar associado também a protonterapia, porque protonterapia também é uma

oportunidade de fazer radioisótopos. Relata ainda que ocorreu um fórum permanente, “A inovação nas cidades inteligentes através das universidades”, com participação de três prefeitos, inclusive o presidente do Conselho da Região Metropolitana de Campinas. No dia 30 de novembro, participou da audiência pública na Câmara de Vereadores sobre o Hids e Pids, um projeto que está discutindo como vai ser a legislação que regula a ocupação aqui, associada também à área da Fazenda Argentina. Ontem ocorreram três celebrações aqui na Unicamp: a professora Ana Frattini já comentou sobre a premiação pela Academia de Ciências do Estado de São Paulo; na Alesp, por iniciativa do deputado Carlos Giannazi, a Academia de Ciências do Estado de São Paulo foi homenageada, teve a oportunidade de fazer um discurso nesse evento, inclusive consta a matéria na página do Jornal da Unicamp, e fez questão de reforçar muito a importância da academia, a importância da Unicamp e das universidades do Estado de São Paulo naquilo que é o impacto econômico da ação das universidades. É uma coisa que vem falando muito e acha que é algo essencial para legitimar as universidades frente à sociedade. Comemoraram os 40 anos das relações internacionais da Unicamp, que começou em 1984 de forma mais intensa, mas obviamente existia antes, com iniciativas que eram mais individuais. Ela tomou corpo institucional em 1984, e homenagearam as várias pessoas que passaram por essas histórias de relações internacionais da Unicamp. E, por fim, ontem foram comemorados os 55 anos da Sociedade Brasileira de Matemática, com um *workshop* realizado no Imecc. Em seguida, propõe votos de pesar às famílias de: Paulo Bastos Martins, professor aposentado do Instituto de Artes, que faleceu no dia 15 de novembro; Sueli Yoshinaga Pereira, professora aposentada do Instituto de Geociências, que faleceu no dia 21 de novembro; Edmur Franco Carelli, professor aposentado da Faculdade de Ciências Médicas, que faleceu no dia 22 de novembro; Luiz Aparecido Freitas, funcionário do Instituto de Química, que faleceu no dia 27 de novembro; e Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Professor Emérito desta Universidade, que faleceu no dia 1º de dezembro. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 03 de dezembro de 2024.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **190ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 1ª de abril de 2025, sem alterações.